

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

THIAGO CAVALCANTE DOS SANTOS

**POR PORTUGAL, PELA SANTA FÉ E PELO AÇÚCAR:
MANOEL CALADO E AS INVASÕES HOLANDESAS.**

Maringá

2012

THIAGO CAVALCANTE DOS SANTOS

**POR PORTUGAL, PELA SANTA FÉ E PELO AÇÚCAR:
MANOEL CALADO E AS INVASÕES HOLANDESAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Linha de pesquisa: Instituições e história das ideias.

Orientador Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes

Maringá

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

THIAGO CAVALCANTE DOS SANTOS

**POR PORTUGAL, PELA SANTA FÉ E PELO AÇÚCAR:
MANOEL CALADO E AS INVASÕES HOLANDEASAS.**

Aprovado em 24/02/2012

Banca Examinadora

Prof.º Dr.º Milton Carlos Costa

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP)

Prof.º Dr.ª Solange Ramos de Andrade

Universidade Estadual de Maringá

Prof.º Dr.º Sezinando Luis Menezes (orientador)

Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor da vida, que tem me sustentado em todos esses anos e feito muito mais daquilo que eu penso e peço. Aos meus pais, que sempre me apoiaram e nunca desistiram de mim. Meu amor por eles é incondicional! À minha família que fica encantada, ou finge que fica encantada, quando escuta a razão desse estudo. Ao Professor Sezinando Luiz Menezes, que muito mais que orientador, tornou-se um grande amigo.

Ao Thalisson Valduga que sempre me ajudou e me apoiou. Ao Angel Tateishi, pela paciência que teve comigo. À Lívia Miranda, pelas horas dedicadas em ler meus textos e ouvir minhas histórias. À Thaís Ramalho que, nesses anos de pesquisa, esteve ao meu lado em todos os momentos, apoiando e me compreendendo. Aos meus amigos e irmãos de IBS, Abateen e JUBS que sempre me incentivaram e cuidaram de mim. Aos amigos João Pereira Coelho, Narcimário Coelho, Douglas Rabelo e Gedalias Martim.

Ao professor Célio Juvenal Costa e meus companheiros de LEIP. À professora Solange Ramos por ter aberto meu campo de visão. Ao professor Milton Carlos Costa pela participação em nossa banca de mestrado. À Giselle Moraes por todo apoio e auxílio. Aos companheiros de estudo da graduação à pós-graduação. Aos professores do PPH e DHI que muito contribuíram para minha formação acadêmica. Ao CCH e à PPG que financiaram parte do estágio na Universidade da Pensilvânia. Ao professor Michael Zuckerman da Universidade da Pensilvânia. Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado.

**POR PORTUGAL, PELA SANTA FÉ E PELO AÇÚCAR:
MANOEL CALADO E AS INVASÕES HOLANDESAS.**

Resumo

O trabalho estuda a presença holandesa no nordeste da América Portuguesa entre 1630-1654. Além de utilizarmos documentos e obras pertinentes ao assunto em questão, usaremos como documento principal o clássico do clérigo português Manoel do Salvador (Manoel Calado), *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. Morador de Pernambuco desde as primeiras décadas do século XVII, Manoel Calado tornou-se, durante o Brasil-Holandês, uma figura de destaque e influência para luso-brasileiros e holandeses. Essa posição o levou, durante a insurreição local contra os holandeses, a escrever uma obra em forma de diário que destaca as ações empreendidas pelos moradores locais em busca da restauração do território perdido. A utilização dessa obra como documento principal de nossa pesquisa deve-se ao nosso interesse específico em estudar a relação entre a Companhia das Índias Ocidentais (CIO), empresa responsável pela ocupação do nordeste da América Portuguesa, e os moradores locais.

Palavras-Chave: Brasil-Holandês. Holandeses. Manoel Calado.

**FOR PORTUGAL, FOR THE HOLY FAITH AND FOR THE SUGAR:
MANOEL CALADO AND THE DUTCH INVASIONS.**

Abstract

This work aims to study the Dutch presence in the Portuguese America northeastern, between 1630-1654. Beyond the use of documents and works relevant to the subject matter, we will use as the main document the classic of the Portuguese clergy Manoel do Salvador (Manoel Calado), *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. Resident from Pernambuco since the early decades of the seventeenth century, Manoel do Salvador became during the Brazil-

Dutch a major figure and influence to Luso-Brazilians and Dutch. This position led him, during the local uprising against the Dutch, to write a book in a diary form that highlights the actions taken by local residents in search of restoration of lost territory. The use of this work as the main document of our research is due to our specific interest in study the relationship between the West India Company (WIC), responsible for the occupation of Portuguese America northeastern, and the locals, an event that leads to believe in the clash between two institutions. Thus, we believe that the realization of this work will contribute to the study of Dutch Brazil and the work of the Portuguese clergy

Keywords: Dutch. Dutch-Brazil. Manoel Calado.

SUMÁRIO

Esclarecimentos da pesquisa.....	09
INTRODUÇÃO	10
a) estrutura da dissertação.....	14
CAPÍTULO 1: CALADO E SUA DIMENSÃO HISTÓRICA.....	16
a) autonomia da leitura.	17
2) Discussão bibliográfica selecionada.....	27
a) Os nacionalistas: do fim do século XIX ao início do século XX.	28
Francisco Adolpho de Varnhagen	29
Capistrano de Abreu.	36
Manoel Bonfim.	39
b) Novas perspectivas nos meados do século XX.	44
José Honório Rodrigues	45
José Antonio Gonsalves de Mello Neto.	49
Mário Neme.....	50
CAPÍTULO 2: MANOEL CALADO E A LUTA ENTRE DUAS INSTITUIÇÕES	53
1) Cenário e Antecedentes Históricos.	54
a)Os contatos com a América Portuguesa e a criação da Companhia das Índias Ocidentais (CIO).	59
2) Características das instituições: Os choques institucionais entre a Companhia das Índias Ocidentais e os insurretos.	65
a) Funcionalidade das instituições.	66
b) O teste da aceitação.....	70

c) As instituições e suas contradições	72
d) Os Insurretos.	73
e) A Companhia das Índias Ocidentais	77
Os funcionários da CIO	81
f) As estruturas da Companhia das Índias Ocidentais: escabinos e eclesiásticos.	
Escabinos	84
Eclesiásticos	88
g) Aplicação das práticas institucionais.....	89
CAPÍTULO 3: OS COLONIZADORES PORTUGUESES E A COMPANHIA DAS ÍNDIAS	
OCIDENTAIS.	92
a) Da conquista inicial aos conflitos	92
b) O chamado à unidade pela defesa do Império Português.	96
c) Os insurretos e a fé	103
d) As práticas da Companhia das Índias Ocidentais.....	112
2) As ações insurrecionais	117
3) Aspirações Pessoais	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
FONTES DOCUMENTAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	141

Esclarecimentos da pesquisa

- 1) Embora escrita em 1645 e publicada 20 anos depois, a edição da obra de Calado que temos em mãos para o desenvolvimento dessa pesquisa é a versão de 1942.
- 2) A versão de 1977 da obra de Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*, preserva parte da escrita do português do século XVII. As citações que fazemos sobre esse autor, possuem parte dessa escrita. Assim, deve haver um esforço maior na leitura de suas citações. O mesmo se aplica a outros cronistas, como Brandão e Rafael de Jesus.

INTRODUÇÃO

Em fins de 2006, no primeiro ano da graduação, surgiu nosso interesse em estudar a presença holandesa no Brasil. A partir daí, boa parte do tempo, no período letivo ou nas férias, foi absorvido por leituras de obras e textos que falavam sobre o tema. Nesse ínterim, realizamos entre os anos de 2007 e 2009, dois projetos de iniciação científica sobre a presença holandesa em Pernambuco, que foram importantes para nos mostrar que seriam necessários mais alguns anos de estudos para chegarmos a uma melhor compreensão sobre o domínio holandês no nordeste açucareiro.

De maneira sucinta, poderíamos resumir o estudo realizado nesses anos da seguinte maneira: no primeiro momento, fizemos um estudo geral da presença holandesa e, embora a análise tenha sido um tanto quanto superficial, foi importante para nos dar uma dimensão do tema. No segundo momento, procuramos analisar a presença da Companhia das Índias Ocidentais (CIO)¹, empresa que coordenou a ocupação do território. Finalmente, nos dedicamos a analisar a relação entre a Companhia das Índias Ocidentais e os moradores locais, especialmente o grupo dos insurretos que tinham os senhores de engenho como seus líderes.

Entendemos que uma abordagem a partir da história das instituições poderia dar suporte aos nossos estudos. Assim, interessou-nos analisar as normas e as práticas da empresa que foram observadas em fontes e documentos oficiais da Companhia das Índias Ocidentais².

Embora houvesse uma quantidade considerável de documentos ou fontes para serem explorados, pois, de acordo com Mello (2010) o período dominado pelos holandeses é o que possui a maior riqueza de acervo da historiografia brasileira, optamos por um dos autores

¹ Desse momento em diante, quando usarmos no texto a abreviação CIO, estaremos nos referindo a Companhia das Índias Ocidentais.

² Como veremos a seguir, autores como Castoriadis, Douglas, Lourau e outros foram importantes na construção do nosso segundo capítulo.

mais conhecidos no período, mas pouco estudado de maneira mais profunda. Assim, *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, de Manoel Calado, tornou-se uma das fontes, se não a principal, dessa pesquisa.

Manoel Calado, pseudônimo do Frei Manoel do Salvador, nasceu em Vila Viçosa (distrito de Évora em Portugal) em 1584 e faleceu em Lisboa em 1654. Ainda jovem ingressou na Ordem de São Paulo da Congregação dos Eremitas de Serra D'Ossa (também conhecida como Ordem dos Paulistas).

Serra d'Ossa era distrito de Évora, cidade que teve sua Sé restaurada em fins do século XII logo após as lutas contra os mouros. Segundo Santos (2009), a Ordem dos Eremitas de São Paulo da Serra de Ossa foi fundada em 1366 e por muito tempo foi - juntamente com outro grupo de eremitas conhecido como Jerônimos - a única representação de ordem com prática de mendicância³.

Após ingressar na ordem dos paulistas, Calado foi enviado ao nordeste da América Portuguesa, onde morou por quase trinta anos. Também conhecido como o “Frei Manoel dos Óculos”, Calado presenciou as duas invasões holandesas no nordeste: a primeira em 1624 em Salvador e a segunda em 1630 no Pernambuco.

Calado escreveu sobre os acontecimentos em Pernambuco, desde o início da invasão até o momento em que os as forças locais estavam se rebelando e reconquistado o nordeste das mãos dos holandeses. Em 1645, o clérigo partiu para Lisboa disposto a informar ao rei Dom João IV, por meio de seu diário, como estava o processo de reconquista do território português.

Sua obra, liberada pelos inquiridores, só foi publicada 20 anos após o pedido de autorização de Calado a Santa Sé. Segundo Mello (1947), Calado preparava um segundo

³Devemos mencionar que o texto de Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos (*As Ordens Religiosas na Diocese de Évora 1165 – 1540*) foi um dos poucos materiais encontrados sobre a Ordem de São Paulo.

volume do seu diário em que relatava os acontecimentos que se passaram desde 1645, contudo seu falecimento em 1654 impediu a conclusão do volume.

Quando Calado partiu para Lisboa, em meados de 1645, as forças locais já tinham reconquistado boa parte do interior do nordeste. Os momentos mais tensos entre os invasores e os insurretos já haviam passado, os fortes que pertenciam aos holandeses no interior do nordeste já estavam nas mãos dos insurretos e as forças holandesas estavam circunscritas apenas no Recife.

Mas porque se utilizar da obra de Manoel Calado como um dos documentos dessa dissertação? Qual sua importância para o estudo do Brasil Holandês próximo do aniversário de 400 anos do domínio holandês no nordeste?

O diário de Calado é um dos poucos registros escritos em português do processo de reconquista empreendido pelas forças luso-brasileiras contra os holandeses. Em razão disso, a obra é frequentemente utilizada pela historiografia para analisar os últimos anos do domínio holandês no nordeste.

Os anos que sucederam a escrita da obra (período pós - nassoviano marcado pela insurreição local⁴), a situação religiosa do escritor, suas particularidades (como por exemplo, o uso do pseudônimo para retratar os atos de Manoel do Salvador) e sua historicidade são alguns dos elementos essenciais que dão a essa obra uma importância singular.

Na obra *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*, José Honório Rodrigues tece a seguinte análise sobre Calado:

Escrita em plena luta, é uma das mais simples e humanas histórias dos seiscentos, saborosa pela vivência, pela simpatia e antipatia com que tratou episódios e pessoas [...] a ingenuidade e a simplicidade com que Calado escreveu, no meio do vozerio, das trombetas, dos assobios de balas, dão ao seu livro um alto índice de autenticidade. É certo que foi parcial, mas nem de outro modo poderia proceder quem por tantas vezes declarou, no correr de

⁴ Período pós – nassoviano é o período posterior ao governo do conde Maurício de Nassau, que governou o Brasil Holandês entre 1636-1644.

suas páginas vivas e coloridas, tomar partido pelos da facção da liberdade católica e lusitana [tais desejos] conduziram-no muita vez ao erro, à parcialidade, à falsidade. Muitas vezes estava escrevendo a sua obra quando chegavam à sua casa feridos de guerra que lhe pediam agasalho e absolvição. É evidente que não podia ser imparcial, pois se engajara na guerra, uma espécie de guerra santa, contra os hereges holandeses. Muitas vezes torce a verdade, outras vezes é anti-semita. Ele escreveu não só com o coração quente, mas também com a cabeça inflamada. (RODRIGUES, 1949, p. 21)

Calado procurava apontar aquilo que considerava determinante na conquista do território pelos holandeses: a queda do prestígio socioeconômico dos senhores e a perda da exclusividade do culto católico.

Sua obra também é pautada por uma forte crítica à presença holandesa no nordeste, pelo uso de elogios para qualificar os comportamentos dos insurgentes e por uma atmosfera de crença na reconquista do território perdido, mesclando seus princípios religiosos - o fato de ser um religioso católico em uma região que foi invadida por protestante - e os acontecimentos que caracterizavam o período vivido pelo mesmo, isto é, os conflitos entre moradores e invasores.

Por fim, devemos destacar que a obra de Calado tornou-se um importante documento para essa pesquisa, sobretudo em razão dos papéis desempenhados pelo prelado durante o Brasil - Holandês. Calado não era apenas o clérigo que rezava pelos combatentes e bradava do altar contra o invasor protestante. Dentre as outras ocupações desempenhadas pelo prelado estava a de representante dos luso-brasileiros diante da CIO, advogando em defesa de religiosos e leigos, condenados pelas forças holandesas, para que as penas fossem revertidas em multas, em prisões ou em mortes.

Paralelamente, a proximidade de Calado com as lideranças holandesas, como Nassau, fez com que em outros momentos o clérigo agisse como confidente e conselheiro do conde para os assuntos do governo holandês. Por fim, os últimos meses de Calado no nordeste foram importantes para que ele realizasse a função de estrategista dos insurretos orientando-os a adotarem medidas que trouxessem danos aos holandeses. Somados, todos esses papéis

legitimariam Calado como porta voz dos insurretos perante a corte de Dom João IV, conferindo-lhe assim sua identidade dentro do grupo e para o grupo.

No trecho a seguir vemos como sua narrativa expõe sua proximidade dos fatos e dos personagens.

Estou esperando por a chegada do dito Mestre de Campo [Henrique Dias], para me informar bem, e verdadeiramente do principio, e modo deste encontro, e de seu bem-afortunado fim, para o escrever bem e fielmente,[...] (CALADO, 1942, v. 2, p. 279).

Ao narrar o encontro que o capitão Ascenso da Silva, descrito como valente e qualificado, teve com os holandeses durante os primeiros momentos da ocupação, Calado dá outra amostra de sua proximidade com os homens e os eventos locais.

[...] e nesta hora em que estou escrevendo este capitulo me chegou ele (ASCENSO DA SILVA) a porta ferido com duas balas, uma em um braço e outra no peito esquerdo, de um encontro que tivemos com os Holandeses, querendo lhe escalar uma fortaleza. (CALADO, 1942, v. 1, p. 94)

Deste modo, cremos que o uso de *O Valeroso Lucideno* e dos demais documentos serão importantes a realização dessa pesquisa e para o estudo do Brasil Holandês.

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo, foi realizada uma discussão sobre a produção historiográfica sobre o Valeroso Lucideno. Para tanto, iniciamos o primeiro capítulo analisando o ato de leitura e o momento histórico da obra, do leitor e do autor. Após isso, discutimos a obra de historiadores que utilizaram o diário de Calado como fonte.

No segundo capítulo, iniciamos nossa discussão apresentando uma contextualização histórica dos Países Baixos, situando o contexto histórico e apresentando as prováveis causas que levaram os holandeses a invadirem o nordeste brasileiro. Após isso, apresentamos uma proposta de leitura da obra de Calado que nos permite visualizar nesse documento a relação das duas instituições.

No terceiro capítulo, analisamos a relação entre a Companhia das Índias Ocidentais e os moradores locais, em específico aos senhores de engenho. Optamos por essa análise em razão da liderança do movimento insurrecional ter sido exercida pelos senhores de engenho luso-brasileiros.

Procuramos verificar como era a relação destes senhores com a empresa antes da insurreição, quais foram as razões que os levaram a liderar o motim e quais ferramentas eles utilizaram para dar unidade a um exército formado por estratos tão distantes socialmente, como negros e índios.

Diante disso, analisamos textos e documentos de contemporâneos de Calado que traz outras informações sobre alguns personagens citados pelo autor. Entre os escritos que consultamos estão os documentos oficiais holandeses, como as Nótulas Diárias (Dagelikse Notulen), que contemplam as decisões tomadas pelo governo holandês em Recife, bem como os escritos de funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, como o alto conselheiro Adriaen Van der Dussen, autor de *Relatório sobre o estado das Capitâneas conquistadas no Brasil*; do secretário Pierre Moreau, autor de *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*; e do viajante holandês Johan Nieuhof, autor de *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*

CAPÍTULO 1: CALADO E SUA DIMENSÃO HISTÓRICA.

Como sabemos, existe uma enorme distância entre a História e a história. Enquanto à segunda refere-se aos fatos do passado, à primeira refere-se a reconstrução desse passado pelos historiadores. Nesse sentido, as fontes se constituem na “matéria prima” do historiador, no meio utilizado para as “aproximações” construídas sobre a história. No entanto, a leitura das fontes é historicamente situada, ou seja, a construção da História deriva tanto da historicidade do historiador quanto das fontes escolhidas e diferentes historiadores “leem as fontes” a partir de distintas historicidades. Ao eleger como fontes ou como objeto de pesquisa historiográfica fontes literárias, o historiador deve lembrar, sempre, que um texto literário tem sempre um triplo envolvimento: autor-obra-leitor.

Iniciemos discutindo esse envolvimento baseado em duas perspectivas: a leitura autônoma, exemplificada pelo exagero da livre interpretação textual e a leitura fiel, ligada à reprodução das ideias do texto por meio da interpretação do leitor, ou seja, a crença na veracidade/fidelidade textual.

Neste capítulo, autores como Ítalo Calvino, Roger Chartier, Umberto Eco e Norberto Bobbio nos darão suporte no que diz respeito ao trabalho de analisar fontes e documentos. Contudo, devemos mencionar que Michel de Certeau e sua obra *A Escrita da História* constitui-se no principal referencial teórico utilizado nesse capítulo.

A importância desse autor para nossa pesquisa deve-se ao fato de termos extraído de sua obra o conceito de *operação histórica*, útil no direcionamento do ofício do historiador. Daremos significado a esse conceito ao longo de nossa pesquisa e cremos que ele será fundamental para trazer mais consistência e fôlego ao nosso trabalho.

Por fim, faremos na segunda metade desse capítulo, uma discussão bibliográfica selecionada de alguns leitores do passado que escreveram suas impressões sobre Manoel

Calado. Assim, cremos, daremos mais um passo para a compreensão da obra do clérigo português, e, por conseguinte, de um novo conhecimento sobre o Brasil – Holandês.

a) A autonomia da leitura.

Por se tratar de um clássico da historiografia brasileira, a obra de Calado exige a adoção daquilo que Ítalo Calvino chama de “*ato de leitura responsável*”. Em *Como ler os clássicos*, Calvino enxerga a “leitura responsável” como um ato pertinente à leitura de um clássico. De acordo com Calvino (2007), todo clássico tem um peso vinculado a uma importância histórica que lhe foi transmitida de geração em geração por intérpretes que influenciaram dado grupo e /ou sociedade.

Segundo Calvino (2007), a ausência de uma leitura responsável faz com que muitas vezes realizemos leituras equivocadas sobre clássicos porque, em geral, não lemos os clássicos diretamente, mas nos baseamos em análises de intérpretes inseridos em momentos históricos distintos, tanto do clássico, quanto de nós. Consequentemente, o (s) intérprete (s) do clássico, e não o clássico, torna (m)-se no referencial dos leitores. Calvino utiliza-se, para exemplificar, do conhecimento que se tem da obra *A Odisséia*, de Homero. Segundo o autor, a obra teve tantas interpretações ao longo dos séculos que poderíamos dizer que dentro de *A Odisséia* há outras *odisséias*.

Para Calvino (2007), isso acontece em razão dos clássicos chegarem até nós trazendo as marcas de leitores que nos precederam, logo, se leio um clássico, não posso esquecer o quão significativo esse clássico foi ao longo do tempo e devo questionar se o significado do clássico para a posteridade é algo pertinente à obra, ou ocorreram deformações e dilatações interpretativas ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, quando somos influenciados por análises prontas de uma dada obra clássica, podemos ser induzidos a crer que a interpretação de um texto está encerrada, como

se o mesmo não tivesse mais o que falar. Para Calvino (2007), essa concepção vai contra as verdades que o texto quer dizer e que o leitor quer encontrar. Segundo o autor, um clássico é uma obra que “nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 2007, p.11), ou seja, o clássico tem a capacidade de não se esgotar.

Embora concordemos com Calvino no que diz respeito à releitura de um clássico, devemos lembrar que a nossa interpretação também é marcada por uma historicidade. Ou seja, se um clássico sempre tem algo a nos dizer, isso também resulta das diferentes historicidades em que o texto é lido. Assim, a releitura de um clássico, como o de Manoel Calado, enriquece o conhecimento da obra baseado nas ferramentas e nos questionamentos que o (s) intérprete (s) tem (êm) no seu momento histórico⁵. O mesmo se aplica à releitura dos documentos holandeses, como por exemplo, as Nótulas Diárias. Calvino não é uma voz isolada quando propõe a releitura dos clássicos. Umberto Eco, em *Interpretação e Superinterpretação*, afirma que mesmo que os textos tenham chegado intactos até nós, a relação que estabelecemos com eles tende a não ser a mesma que a dos leitores do passado, pois o ato de ler nada mais é que um ato de se fazer história e, por isso, nós contribuimos para o seu prolongamento.

Segundo Eco (2005), portanto, não são apenas os documentos e as fontes que possuem historicidade; o ato de leitura também possui. A obra que chega até nós não é um produto acabado e muito menos esgotado pelas interpretações históricas, mas algo em contínua produção não só pelas ferramentas que o leitor tem em seu momento histórico, mas também pela historicidade do mesmo.

⁵Chartier enfatiza que a interpretação de um documento também depende da historicidade desse documento, isto é, a forma como outros intérpretes lidaram com esse documento. Assim diz Chartier: “[...] é fundamental lembrar-se que nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade, qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor”. (CHARTIER, 1996, pg. 220):

Eco conclui que a história perpetua o conhecimento do passado à medida que prima por revisitar seus objetos de estudo por meio de novos pontos de vistas. Tal análise vai de encontro ao texto de Calvino e sua afirmação em ver no clássico algo que não se extinguiu com as interpretações ao longo do tempo. Diante disto, entendemos que pensar a produção das ideias em Calvino ou em qualquer documento, é pensar em um processo de olhar para a fonte, para o seu contexto, para o momento do leitor e para a produção do conhecimento que a dada fonte proporcionará.

Paralelamente, temos consciência da dificuldade de reler uma obra que já foi lida, citada e interpretada ao longo dos últimos séculos. Acreditamos que a grande dificuldade desse trabalho reside na maneira de realizar questionamentos no século XXI, sem deixar de pensar no Calvino do século XVII. Entendemos claramente que há um distanciamento temporal entre o leitor do século XXI e o autor do século XVII e, por mais que o leitor tente ser o mais cuidadoso possível, é muito provável (para não dizer certamente) que sua interpretação seja incompleta, visto que a mesma está carregada de simbolismos de seu tempo.

A releitura da história é algo que tem instigado os principais teóricos das ciências humanas. Uma das preocupações atuais quanto ao ato de ler se baseia naquilo que poderíamos chamar de “princípio da autonomia da leitura”. Este princípio se aplica à relação entre o leitor e o autor-texto, na qual o leitor pratica uma busca incessante em achar segredos e detalhes daquilo que foi escrito

A soma dos questionamentos pessoais e das conclusões dos variados intérpretes podem levar à ocorrência de verdades sobre uma mesma obra, traço pertinente da história. De acordo com Certeau (1982), as verdades de um texto é que o fazem ser tão variável para leitores de uma mesma ou de uma distinta época. Devemos levar em consideração que cada pesquisador propõe as fontes questões que são de seu interesse, seja esse interesse marcado

pela historicidade do pesquisador, pelo lugar social que está inserido ou até mesmo por opções pessoais, como uma ideologia, por exemplo.

Inserido em seu lugar social, o pesquisador intenta descobrir se o texto diz a verdade e se a historiografia soube se relacionar com a obra que o pesquisador está investigando. Ao mesmo tempo, os novos questionamentos, que o historiador de cada época faz ao texto, também é fruto de uma desconfiança com as fontes e com a historiografia.

Michel de Certeau vai adiante com a dialética do Eu com o Outro. Para Certeau (1982), ainda que ocorra algum tipo de aproximação entre esses “dois sujeitos da história”, há um conflito do historiador com o objeto em razão do distanciamento temporal que há entre ambos. Segundo Certeau (1982), cada tempo novo deu lugar a um discurso que considera morto aquilo que o precedeu. Logo, o papel do historiador quando se depara com o estudo do objeto é o de trabalhar com um “morto” que deve ter vida novamente⁶.

De acordo com Certeau (1982), essa “dissecação” do objeto faz com que ocorra uma triagem do que pode ser compreendido e esquecido, visto que a escrita usada para ressuscitar o que estava morto, transforma-se, gradualmente, ao longo dos anos. Assim, não é o objeto que muda, mas sim a forma como ele é decodificado e reinterpretado ao longo dos anos. Assim, sempre que se tenta restaurar o documento, as análises são distintas uma das outras e distinta (talvez) da própria análise feita pelo escritor da obra.

Certeau (1982) prossegue seu texto afirmando que a objetividade do discurso do historiador residiria na busca de possibilidades e hipóteses de abordagem ligadas às suas preocupações específicas, ocorrendo assim a existência de verdades.

A partir das questões anteriormente expostas sobre o ato da leitura e o tratamento das fontes, podemos afirmar que a análise da obra de Calado, assim como de qualquer

⁶ Não devemos menosprezar o trabalho empreendido pelos intérpretes anteriores e simultâneos a nós. Contudo, entendemos que trabalhar com o morto (o passado) se faz priorizando as fontes, e só após isso utilizando-se da historiografia desse morto, desse documento.

documento, não pode ser feita como se pudéssemos afirmar algo que inexistente no texto. Afirmar a existência de algo não mencionado pelo texto parte por aquilo que Umberto Eco chama de procura pelo segredo, por um “não dito”.

Para Eco (2005), a busca (e o uso desse não dito) leva o intérprete a superestimar os detalhes do texto em detrimento do conteúdo essencial, fazendo com que a obra perca sua originalidade. Eco (2005) cita Santo Agostinho e sua análise bíblica para enfatizar que uma parte do texto não pode se contradizer dentro do todo: “qualquer interpretação feita de uma certa parte de um texto poderá ser aceita se for confirmada por outra parte do mesmo texto, e deverá ser rejeitada se a contradizer” (ECO, 2005, p. 76).

Segundo Eco (2005), a busca pelo segredo é caracterizada pela descoberta de várias interconexões ao longo do texto. Para demonstrar a perda de foco ou a ocorrência de afirmações errôneas, Eco compara o ato de leitura ao trabalho de um investigador. Para ele, quando no ofício da investigação ocorre a superestimação das pistas, tem-se a tendência a se considerar os elementos mais imediatamente aparentes como significativos. Assim diz o autor:

Para ler tanto o mundo quanto os textos de modo suspeito, é preciso elaborar algum tipo de método obsessivo. A suspeita, em si, não é algo patológico: tanto o detetive quanto o cientista suspeitam em princípio que certos elementos, evidentes mas aparentemente sem importância, podem ser indício de uma outra coisa que não é evidente – e, baseados nisso, elaboram uma nova hipótese a ser testada. Mas o indício é considerado um signo de outra coisa somente em três condições: quando não pode ser explicada de maneira econômica; quando aponta para uma única causa (ou uma quantidade limitada de causas possíveis) e não passa um número indeterminado de causas diferentes; e quando se encaixa com outro indício. Se na cena do crime encontro uma cópia do jornal matutino de maior circulação, devo antes de tudo perguntar (o critério de economia) se poderia não ter pertencido a vítima; se não, a pista indicaria um milhão de suspeitos em potenciais. Se, por um lado, na cena do crime encontro uma jóia de forma estranha, considerada exemplar único deste tipo, e que todos sabem pertencer a único indivíduo, a pista fica interessante; e, se depois descobro que esse indivíduo não pode mostrar-me sua jóia, as duas pistas se encaixam. Mas notem que, a esta altura, minha hipótese ainda não está provada. Parece apenas razoável, e é razoável porque me permite estabelecer algumas das condições em que poderia ser refutada: se, por exemplo, o suspeito desse provas indiscutíveis de que havia dado a jóia a vítima há muito tempo, então

a presença da jóia do crime deixaria de ser uma pista importante...se um médico percebe que todos os seus pacientes que têm cirrose hepática bebem regularmente uísque com soda, conhaque com soda ou gym com soda, e conclui daí que a soda causa cirrose hepática, ele está errado. Está errado por não perceber que há um outro elemento comum aos três casos, ou seja, o álcool, e está errado por ignorar todos os casos de pacientes abstêmios que bebem apenas soda e não tem cirrose hepática. (ECO, 2005, p. 57-58)

Na análise acima, vemos como é característica aos textos a existência de uma polifonia de sentidos (ao que Certeau em sua obra denomina como “*verdades*”), de modo que do texto possam surgir interpretações tidas como inaceitáveis ou inapropriadas. Em geral, isso se dá quando o leitor isola o texto do autor e das circunstâncias de sua criação, caminhando assim para uma interpretação do texto baseada em um leque de variações possíveis.

Em nossa prática investigativa, deve-se ser atento às perguntas feitas aos documentos, visto que as perguntas construídas são baseadas em informações deixadas por eles. Nesse ponto, lembramos que Eco insiste em dizer que o cuidado e a percepção devem ser aplicados para evitar o não-dito.

Eco afirma que a fonte age como uma carta destinada a diversos intérpretes, em diversos momentos e diversos espaços sociais. Logo, podemos enxergar a obra de Calado como uma carta que atravessou séculos e encontrou diferentes destinatários, mesmo que em um primeiro momento a corte portuguesa era seu destino.

O rei Dom João IV leu o diário de Calado em Portugal após a restauração. Na metade do século XIX, Capistrano de Abreu a interpretou em um contexto de crescimento do nacionalismo. Mário Neme leu Calado influenciado pela efervescência da historiografia marxista no Brasil do século XX.

O presente trabalho, ao mesmo tempo em que incorpora aspectos da obra baseados em interpretações de autores (como os acima) que o antecederam, o lê em uma realidade de abordagens sobre um documento baseado em indagações e em ferramentas dos séculos XX e XXI.

Se, no tempo em que foi escrito o texto é confrontado pelos contemporâneos, ao longo do tempo o mesmo é confrontado pela historicidade, elemento que pode interferir na aplicação da metodologia do pesquisador.

Que impacto a leitura da obra de Calado teria nas interpretações de um republicano brasileiro do século XIX, como Capistrano de Abreu, avesso a visão eurocêntrica da história do Brasil? Que impacto a leitura da obra de Calado teria nas interpretações de um pensador marxista brasileiro na década de 1960, como Mário Neme, que via na Companhia das Índias Ocidentais uma empresa que desejava apenas o lucro e a exploração no nordeste açucareiro?

Diante disso, mais uma vez reiteramos a necessidade de realizar uma leitura responsável de *O Valeroso Lucideno* por entendermos que as distintas interpretações da obra ao longo dos séculos não foram suficientes para esgotar o seu estudo (e não serão), cremos que a leitura de Calado ainda tem o que dizer sobre o estudo do Brasil Holandês.

Ao esboçarmos tais considerações, veio-nos à mente a dificuldade de nos inserirmos em um espaço que observa e procura entender a historicidade do autor e da obra sem, contudo, deixar de ser o homem pensante do século XXI, influenciado por uma historicidade e por modelos epistemológicos adotados pela academia. Ao mesmo tempo, não queremos ser “leitores-fiéis” da obra *caladiana*, aceitando seus escritos como uma verdade absoluta.

Entendemos que o autor e a obra devem ser considerados, não apenas pela importância histórica, mas também porque a leitura de Calado é uma “leitura sedutora”. Seus relatos, que parecem ter sido escritos em meio a traços de bala que cruzavam os ares, podem nos transportar a aquele momento, como se assistíssemos a todos os conflitos narrados pelo clérigo português.

Para Marrou (1978), o historiador que não se preocupe com a autenticidade do documento que consulta, terá como resultado um trabalho irreal e fantasioso. Assim, aplicar o

princípio da desconfiança é uma forma do pesquisador fugir da militância e buscar uma interpretação tão isenta quanto possível.

A obra de Calado está inserida em um contexto de tensões religiosas e de disputas dos estratos sociais pelo poder e por privilégios. Nesse cenário, os homens buscavam justificativas para as atitudes que tomavam, fossem eles católicos ou calvinistas, fossem eles senhores de engenho ou mercadores holandeses.

Se compararmos a obra de Calado com a do holandês Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, por exemplo, vemos a diferença entre ambos sobre o papel exercido pelos líderes locais. Para Calado (1942), os líderes da insurreição eram exemplos de fidelidade a Deus e a Coroa Portuguesa, que tomavam medidas válidas dentro de um cenário de guerra. Já para Nieuhof, esses líderes eram homens frios que praticavam adultérios, assassinatos e esartejamentos por onde passavam; não honrando assim a nobre posição de liderar, o que não deixava de ser, um exército⁷. Os líderes fiéis à Igreja e a Portugal eram aqueles governados por João Fernandes Vieira, chamado por Calado de Valeroso Lucideno.

Para Certeau (1982), a fonte tem em seu interior uma relação tácita entre a história e a ideologia. Em nosso caso específico, a obra de Calado, o ideal de superação é exemplo de algo revestido de caráter ideológico.

O ideal de superação aparece na obra de Calado quando ele se remete ao passado de Vieira para explorar a biografia do homem que se tornou num dos mais ricos senhores de engenho após trabalhar por anos a fio como lavrador de outros senhores. Calado cultivava a esperança de que se Vieira conseguiu superar as dificuldades pessoais, ele seria apto a liderar o grupo de insurgentes e superar os rigores das batalhas frente aos holandeses.

Para compreendermos melhor o uso de um ideal de superação, nos remetemos mais uma vez a Calvino. Para Calvino (2007), na linguagem dos mitos ou de algo portador de

⁷ NIEUHOF, John. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, pg. 130, 236 e 278

justiça, ocorre em geral uma restauração de uma ordem ideal anterior, o desejo de um futuro a ser conquistado garantido pela memória de um passado perdido. Esse tipo de superação é qualificado sobre duas maneiras: 1ª maneira, um príncipe que declina e depois reconquista o que perde, e na 2ª alguém que não possui nada quando nasce e que por virtude ou ajuda consegue tornar-se príncipe.

Por meio da obra de Calado, vemos o primeiro caso na figura de Vieira e dos demais senhores de engenho. Já o segundo exemplo é visto nas honras atribuídas a negros e índios como Dias e Camarão, respectivamente.

Além disso, encontramos na obra de Calado outra maneira de compreender a relação ideologia e história. A criação de uma identidade se encaixa a essa relação e quando criada procura compreender uma separação entre os personagens. Como dito anteriormente, Calado valoriza os insurgentes por serem fiéis a Deus e à Coroa Portuguesa. Ao mesmo tempo, encontramos na leitura de Calado, relatos de senhores de engenho que não eram vistos pelo clérigo com a mesma honra. Dentre esses homens, Calado citou repetidas vezes Gaspar Dias Ferreira⁸.

Segundo Calado (1942), Ferreira era influente tanto entre holandeses quanto entre portugueses e usava desta influência para alcançar poder e prestígio, ao mesmo tempo em que causava danos aos moradores. Ferreira procurava conquistar a confiança do conde de Nassau para atuar como seu conselheiro em assuntos relativos aos luso-brasileiros. A distinção entre Ferreira e os demais senhores de engenho pode ser observada no seguinte trecho de Calado.

Havia em Pernambuco dous homens, que privavam muito com o Príncipe João Mauricio de Nassau, e com os do supremo, e político Concelho dos holandeses, e ambos mui encontrados na vida, e costumes, um se chamava João Fernandes Vieira, e outro Gaspar Dias Ferreira; um tratava de grangear sua vida, e também a amizade dos holandeses com o dispêndio de sua fazenda, e outro tratava de seu próprio interesse, e de fazer ricos aos holandeses à custa da fazenda, e sangue dos moradores. (CALADO, 1942, p. 117)

⁸ O capítulo 3 trará maiores informações acerca de Gaspar Dias Ferreira e suas ações no Brasil-Holandês

Quando o autor estabelece modelos de classificação dentro de uma obra, implica dizer que o mesmo está se colocando como parte dessa classificação. No caso da identidade vista em Calado, o clérigo utiliza desse fator porque o momento encontrado pelo autor permitia isso⁹.

Ao escrever seu diário, Calado procurou chamar atenção da Coroa Lusitana, recém independente da Coroa de Castela, para realizar uma investida no nordeste contra os holandeses, a fim de consolidar a reconquista. Essa postura daria a posição de voz legitimadora dos insurgentes a Calado. Ser voz legitimadora lhe confere a identidade necessária para caracterizá-lo como um representante do grupo, característica essencial para afirmar seus escritos

Diante disso, não é difícil colocar Calado como representante do dado grupo, visto que sua condição enquanto clérigo lhe permitia a alcunha de sábio no século XVII. Segundo Boxer (2002), o conhecimento valorizado no Império Português no século XVII era destinado aos sábios da Igreja e, neste sentido, Calado não seria apenas o clérigo ou o autor de uma dada obra, seria o “*intelectual*” do momento, o observador dos acontecimentos que ocorriam, o transmissor de ideias, alguém que poderia emitir as informações dos acontecimentos internos. Contudo, que tipo de intelectual seria Calado?

Em *Os Intelectuais e o Poder*, Bobbio analisa como se dá o exercício do poder ideológico através do papel desempenhado pelo intelectual. Segundo Bobbio (1997), em uma dada sociedade, o papel do intelectual como portador de ideias é sustentar modelos políticos a qual ele está inserido. O intelectual, prossegue o autor, busca falar em nome dos explorados à medida que estes não possuem voz legitimadora.

⁹ Momento de restauração da Coroa Portuguesa após ficarem 60 anos sob o domínio da Coroa de Castela, período denominado como União Ibérica (1580-1640).

Embora Bobbio fale de um tipo específico de intelectual (o político) em um dado momento histórico (o século XX), as características de um intelectual afirmadas por Bobbio (como sustentar modelos e representar explorados) é aplicável à figura de Calado.

Assim, Calado não pode ser relido apenas como um documento que narra episódios de combate, mas alguém que em razão de sua posição tinha “poder” para influir na ação de seus personagens e nas decisões de quem lia seu diário.

2) Discussão bibliográfica selecionada

Ao longo dos anos, a obra de Calado foi utilizada como um documento que trazia informações da insurreição, da sociedade recifense, dos episódios de combate, da relação entre os diversos grupos, etc. Ao mesmo tempo, os escritos de *O Valeroso Lucideno* provocaram dois questionamentos interpretativos que inquietaram boa parte dos historiadores do Brasil Holandês.

O primeiro, na maior parte das análises, deu-se com a discussão sobre quem teria sido o verdadeiro líder dos revoltosos. Alguns, influenciados por Calado, atribuíram a João Fernandes Vieira a condução do processo insurrecional. Outros viram em André Vidal de Negreiros, nascido no Brasil e companheiro de Vieira, o líder. Foi com essa última discussão que surgiram interpretações que acreditavam na existência de uma nacionalidade brasileira no século XVII.¹⁰

Uma segunda discussão, inspirada pela obra de Calado, considera que a ação dos insurretos demonstrou o descontentamento do meio rural com o meio urbano, acarretando assim no primeiro conflito de estratos sociais distintos na América Portuguesa.

¹⁰ A discussão do surgimento da nação brasileira em Vieira ou em Vidal de Negreiros se deu da seguinte maneira: Em Vieira seria uma nacionalidade formada ainda sob a égide do colonizador português. Em Vidal seria uma nacionalidade formada por uma inicial ação nativista contra o holandês, e posteriormente contra a Coroa portuguesa.

Veremos, nas páginas a seguir, como alguns historiadores interpretaram as informações contidas na obra de Calado.

a) Os nacionalistas: do fim do século XIX ao início do século XX.

Logo após a Independência do Brasil, houve um esforço em fortalecer a imagem do novo país e trazer unidade aos diversos grupos sociais e étnicos. Influenciados pelo romantismo europeu, intelectuais passaram a buscar no passado colonial as raízes da nacionalidade brasileira.

Se na literatura destacavam-se nomes como Gonçalves Dias, Castro Alves, José de Alencar, etc; na história, homens como Francisco Adolpho Varnhagen, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco e outros retomavam os escritos clássicos da época colonial no intuito de afirmarem suas posições sobre a brasilidade.

No interior dessa busca, divergências interpretativas quanto à colonização brasileira e o papel desempenhado pela Coroa Portuguesa eram frequentes. Enquanto alguns (mais precisamente Varnhagen) afirmavam que a força da nova nação era fruto do trabalho empreendido pela Coroa Lusitana por mais de três séculos, outros afirmavam que a força do país era sufocada pelos resquícios do domínio português, logo, o período colonial teria sido um tempo de opressão da metrópole sobre a colônia.

Em comum a estas linhas interpretativas, havia o uso de conhecidas obras e clássicos escritos entre os séculos XVI e XIX. Dentre as obras analisadas, os escritos pertinentes ao Brasil - Holandês eram relidos com frequência. Os historiadores indagavam se a insurreição que expulsou os holandeses do Pernambuco em 1654 teria sido um movimento com o germe nacionalista ou ainda era fruto das ações da Coroa Portuguesa em defender seus territórios, tal como havia acontecido no século XVI no Ceará, Maranhão e Rio de Janeiro contra franceses e holandeses.

Em razão disso, a obra de Manoel Calado tornou-se, para os historiadores brasileiros do século XIX, o principal referencial para o estudo das lutas contra os holandeses.

Francisco Adolpho de Varnhagen: História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 – 1654.

Filho de um alemão com uma portuguesa, Francisco Adolpho de Varnhagen (visconde de Porto Seguro) passou sua infância e juventude em Portugal e obteve nacionalidade brasileira em 1844. Varnhagen foi um dos fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), e seu interesse em conhecer as origens do Brasil lhe rendeu o título “O Heródoto Brasileiro”¹¹.

Varnhagen propôs-se a estudar a história do Brasil baseado nos fatos e não mais naquilo que ele afirmava serem “boatos ou lendas históricas”. Os estudos historiográficos no século XIX ocorrem em um momento que o romantismo passa a influenciar boa parte dos intelectuais do país. Com o perfil de uma jovem nação, recém independente do domínio português, coube a homens como Varnhagen oferecer ao país um passado que valorizasse os grandes feitos e os grandes homens.¹²

¹¹ Conforme Reis (2002), Varnhagen e os nativistas do IHGB acreditavam que a colonização portuguesa foi um enorme feito ao Brasil, de maneira que uma das razões para o surgimento dessa instituição de pesquisa era deixar que seus membros analisassem os documentos que versavam sobre os fatos e os personagens do Brasil - Colônia, dando a História do Brasil, procedimentos mais “profissionais”.

¹² O romantismo foi um movimento artístico, filosófico e político que surgiu na Europa no século XVIII e atravessou todo o século XIX. Uma das características do romantismo era o nacionalismo que buscava no passado de cada nação os heróis e os grandes feitos numa tentativa de demonstrar a força e a glória de um país. No Brasil, o romantismo assume, para alguns, uma postura conhecida como indianista, isto é, a valorização do índio como herói nacional. Já para outros, como Varnhagen, a figura do índio não era de alguém digna de heroísmo. Para esses, o homem local, oriundo do sangue português (seja esse homem local, um filho, um neto ou um bisneto de português), era o herói nacional e os feitos realizados por ele eram dignos de louvor. Para mais informações sobre o

Paralelamente, a fundação do IHGB, nesse momento de definição do “ser brasileiro”, tinha também o objetivo de trazer à tona os valores ligados à unidade nacional, realizada no passado e colocar o país como herdeiro da ocupação portuguesa. Logo, tanto o IHGB quanto a obra de Varnhagen só foram possíveis porque as condições do Brasil, caracterizadas pelo processo da independência política e a constituição do Estado nacional, amadurecia nos anos 1850. Em síntese, a nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro.

Para os indianistas, buscar valores nacionais no passado da colônia era negar qualquer tipo de benefícios da ocupação portuguesa (como por exemplo, a própria língua e a presença real da Coroa Portuguesa em solos brasileiros) e isso era de difícil aceitação para Varnhagen.

Para Reis (2002), o interesse de Varnhagen pelo passado do Brasil se confundia com a fidelidade à família real portuguesa (os laços de cumplicidade que o próprio Varnhagen tinha com o Imperador Dom Pedro 1º) e pelos anos que morou em Portugal. Logo, era necessário para Varnhagen encontrar no passado referências a heróis luso-brasileiros que praticaram ações em benefício do Brasil e dos luso-brasileiros, pois para Varnhagen a elite precisava ter conhecimento de uma história que falasse da unidade entre Portugal e Brasil.

A admiração pelos feitos portugueses e sua ligação com o Imperador fez com que o patriotismo descrito por Varnhagen fosse parcial e unilateral. Em suas obras, o Brasil continuaria a história que os portugueses fizeram no passado, de modo que a ruptura com Portugal seria apenas no campo político, mas não na identidade de nação. A identidade nacional descrita por Varnhagen excluía o papel social exercido por negros e índios e enaltecia uma história feita por grandes homens, como reis, guerreiros, governadores e bispos.

romantismo e o nacionalismo, indicamos a leitura de José Carlos Reis, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a Fernando Henrique Cardoso*.

Como escritor do Brasil Holandês, Varnhagen escreveu *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 – 1654* e dedicou alguns capítulos de *História Geral do Brasil* para falar do governo do Conde de Nassau e de alguns episódios da insurreição. Seus escritos influenciaram uma gama de historiadores do Brasil Holandês que vieram após ele, tais como, Watjen, Netscher e outros.

Em seus estudos sobre o Brasil – Holandês, Varnhagen estudou as obras de Calado e Frei Rafael de Jesus, e classifica o *Valeroso Lucideno* como mais uma “fábula” do século XVII¹³.

Assim diz Varnhagen sobre Calado:

Como testemunha de vida, deve este autor ser consultado; porém sempre com o possível tento e critério. Ministro de uma religião toda de paz e tolerância, mostra-se de ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos; partidário de Fernandes Vieira, compromete-o com o seu pouco tino, quanto mais o pretende exaltar; e presta-se até a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos (VARNHAGEN, 1955, p 21)

Segundo Varnhagen (1955), a obra de Calado é tão incompleta e foi tão mal recebida em Portugal que foi necessária outra obra para falar da insurreição. Segundo o autor:

Os conhecidos defeitos do livro *Valeroso Lucideno*, principalmente no que toca à falta de correção da linguagem, e de ordem e dignidade na narração, fizeram sentir a necessidade de outra história da restauração pernambucana. Lançou-se a obra à empresa o monge beneditino Fr. Rafael de Jesús, publicado em 1679, em estilo de antítese, o seu famoso *Castrioto*, cujo título é já quase por si uma verdadeira antítese (VARNHAGEN, 1955, 22)

Varnhagen ignora o fato de *O Castrioto Lusitano* fazer mais apologia à Vieira e à luta dos portugueses do que à obra de Calado. Em suas críticas aos escritos do *Valeroso Lucideno*, o autor também critica a historiografia que teria assumido um grande erro ao não dar valor a

¹³ Frei Raphael de Jesus, procurador geral da ordem de São Bento em Braga, escreveu em 1676 *O Castrioto Lusitano* com o intuito de destacar os feitos de João Fernandes Vieira e de demais capitães.

homens como Mathias de Albuquerque e priorizar obras de “leituras tendenciosas” como as de Calado e Brito Freire¹⁴.

Contudo, ainda que crítico de Calado, o autor utiliza de seus escritos para enfatizar alguns eventos do Brasil Holandês. O autor considera correta a narrativa de Calado sobre a traição de Calabar, mas a interpreta como uma maneira de colocar a brasilidade em pauta. Para Calado (1942), Calabar seria perdoado por Deus pelos seus pecados, mas para Varnhagen, o índio nunca seria perdoado pela pátria e que, por isso, teria seu nome no rol dos traidores da história luso-brasileira¹⁵.

O tema patriotismo é corrente em sua obra sobre a insurreição. Sobre isso, diz o autor.

Entre os moradores que emigravam contavam-se muitos proprietários de engenhos, tanto da Paraíba, como da Guiana e Pernambuco, com grande número de escravos, e muitas senhoras que pela primeira vez se viam por caminhos pouco freqüentados e inhóspitos, sujeitas à inclemência dos tempos, e até aos ataques das feras, quando se extraviaram. Figuremo-nos que cenas de dor e de ternura se não passariam nesta triste transmigração, através de países de montanhas, quase não trilhados, e onde as melhores belezas da natureza virgem pareciam horrores e abismos aos que levavam os ânimos contristados. Aqui ficava desfalecido o ancião respeitável, a quem já as forças físicas não igualavam às do patriotismo; ali se via com os pés feridos a donzela, que apenas em sua vida passeavam à distancia de sua casa

¹⁴ Francisco de Brito Freyre participou da última batalha contra os holandeses, em Guararapes, em 1653. Em 1675, publicou sua obra *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*. Obra que segundo Freyre se propunha a enaltecer a ação dos insurretos e colocá-los em seus devidos lugares na história.

¹⁵De acordo com Calado (1942), a partir de 1631 os portugueses que resistiam à invasão no Arraial do Bom Jesus tiveram que conviver com a traição de indivíduos que contavam aos holandeses tudo o que se passava entre os defensores. Um dos exemplos de traição teria sido a do índio Domingos Fernandes Calabar que em 1632 passou para o lado holandês depois de ter sido acusado pelos lusitanos de furto. Conhecedor do território e das estratégias lusitanas, Calabar tornou-se um elemento importante para os avanços territoriais dos invasores. Contudo, sua sorte mudou quando um grupo chefiado pelo governador Matias de Albuquerque parte em direção a Alagoas e trava no caminho uma batalha contra os holandeses sitiados em Porto Calvo. Nesse lugarejo, holandeses e outros indivíduos acusados de traição foram capturados, dentre eles, Domingos Calabar. Com Calabar preso, teria Matias de Albuquerque chamado Calado para ouvir a confissão de Calabar antes dele ser condenado pelos crimes de roubo e traição. A pena de Calabar foi a morte e o esquartejamento.

até a igreja; acolá a jovem espôsa, que vendo o momento de dar à luz o fruto do seu amor, tinha de misturar às lágrimas das dôres do parto com as da de perder o filho ao exalar o primeiro suspiro [...] Mesquinha condição humana que ao menor sôpro do infortúnio tanto tem de padecer (VARNHAGEN, 1955, p. 170)

Varnhagen apresenta dois motivos pelo qual ele defendia uma posição nacionalista do processo insurrecional. O primeiro motivo deve-se ao fato de terem sido os habitantes os primeiros que deram passos com destino à insurreição. O segundo deve-se às ações praticadas por Vidal e Camarão, chamados pelas tropas espanholas em 1639¹⁶ (período da vinda do Conde da Torre) a guiarem seus batalhões. O papel desempenhado por esses líderes faz com que Varnhagen os chamasse de *caudilhos*¹⁷.

Para Varnhagen (1955), Vidal foi o responsável por organizar as campanhas no interior e em participar da integração dos senhores das mais diversas partes do nordeste, como Paraíba a Alagoas. Assim, Varnhagen acredita que Vidal foi a alma do plano posto em execução.

Ao dar o crédito da insurreição a Vidal, Varnhagen acaba negando qualquer tipo de papel, exercido por Vieira, como líder e mentor do processo insurrecional. Assim diz Varnhagen:

Em todo caso não há menor dúvida que não foi João Fernandes Vieira o autor da idéia da restauração de Pernambuco com aparência de espontânea como se chegou a acreditar, em virtude das asserções dos seus aduladores Fr. Manuel Calado e Fr. Rafael de Jesus. (VANRHAGEN, 1955, p. 263)

¹⁶ Esse período foi marcado pela adoção de estratégias militares da defesa lusitana em usar o interior como um meio de cercar o inimigo e surpreendê-lo. É importante destacar que, até então, a ação no interior se dava de maneira não oficial por negros e luso-brasileiros que preferiam esse tipo de estratégia enfrentar a bater o inimigo de frente, como era feita pelas esquadras vindas de Portugal e Castela para deter o holandês.

¹⁷ Caudilhos foram os primeiros líderes nacionais e regionais surgidas após a independência das nações latino americanas no século XIX. Vistos pela historiografia como pessoas carismáticas, os caudilhos eram em geral oriundos das fileiras militares ou das camadas dos grandes proprietários de terras.

Foi em Calado que Varnhagen encontrou elementos para justificar seu questionamento sobre a liderança de Vieira, visto que o próprio Calado afirmava que “em Vidal obravam (como diz o grande panegirista de Vieira, Fr. Manuel Calado) não só os impulsos do patriotismo como também os da religião” (CALADO, 1942, p. 264)

Para o autor, o próprio rei Dom João IV teria visto em Negreiros a figura de liderança do movimento insurrecional:

Vieira não chegou nunca ser o conductor da insurreição, como depois nunca foi o diretor da guerra. O seu papel restringiu-se antes ao que em linguagem vulgar se costuma designar por testa de ferro. Em vista dos fatos, quem se nos apresenta como verdadeiro conductor da insurreição, e segundo dissemos, como verdadeira alma deles, é o paraibano André Vidal; embora a sua muita abnegação e modéstia quase o chegaram a ocultar à posteridade, a ponto que não poucas resistências e reações temos encontrado para levantá-lo, prestando culto ao mérito e à verdade [...] rei D. João lhe fez pessoalmente promessa de lhe dar, quando se restaurasse, o governo do Maranhão, ainda então sob o domínio holandês [...] (VARNHAGEN, 1955, p.268)

Varnhagen acredita que as pessoas teriam escolhido Vieira como líder da insurreição em virtude de sua posição social e, para o autor, mal elas sabiam o quanto seria ruim para as suas vidas a escolha de alguém que poderia com o tempo se tornar cruel com os moradores:

A preferência com que os nosso procuravam captar a João Fernandes Vieira não tinha outra origem mais que o ser ele, de todos os moradores de Pernambuco, o que gozava de mais favor entre os dominadores [...]. Por outro lado parecia Vieira de caráter bastante bazófilo e mui acessível aos estímulos da ambição; de modo que não foi fácil angariá-lo, por meio de promessas a vir a receber postos e comendas lucrativas, e de ficar, juntamente com os filhos que viesse a ter, engrandecido e rico [...] o que temos por certo é que o mesmo Vieira exigiu, para tomar parte no movimento, ser dele o primeiro caudilho, com preferência a todos os outros moradores, e ficar autorizado a declarar quites os que deviam aos holandeses, em cujo número, segundo estes, entrava com uma avultada quantia ele próprio Vieira. (VARNHAGEN, 1955, p. 264-265)

Para o autor, os benefícios que Vieira receberia com a vitória não ficariam restritos ao nordeste, mas também chegariam a outras partes do Império Português, como Angola, por exemplo:

Sabemos que, no tempo de Nassau, não só a maior parte das vendas se fizeram a crédito e pagáveis a largos prazos, mas que a muitos lavradores,

principalmente depois de ocuparem os holandeses Angola, foram abonados, igualmente a crédito, para ser o seu valor indenizado em açúcares, centenas de escravos; e não é de crer que, sendo João Fernandes Vieira um dos mais favorecidos e com mais créditos, como contratador de vários monopólios, fosse ele executado de aproveitar destes benefícios (VARNHAGEN, 1955, p. 266)

Segundo Varnhagen, a grande lacuna da história da insurreição reside na inexistência de um cronista que desse real valor a Vidal de Negreiros:

André Vidal era homem tão superior que necessitara um Plutarco para apreciá-lo. Enquanto empreendeu, sempre com muito esforço e valor, não levava a mira no prêmio, nem talvez nesse mesmo fantasma na glória que tantas vezes nos embriaga; tudo fez por zelo e amor do Brasil, ou por caridade cristã. Sua abnegação a bem da pátria chegou ao excesso de consentir que sem a mínima reclamação, circulassem essas infimas narrações contemporâneas desta campanha, que sempre lhe atribuíam um papel tão secundário. Quanto possuía era primeiro dos bons soldados do que seu. E tinha o raro mérito de saber grangear amigos, sem lhes ofender sequer melindre por agradecidos (VARNHAGEN, 1955, p. 369)

Para Varnhagen (1955), Vidal teria o papel de grande libertador, pois ao contrário de Vieira, ele andava em cada parte na Nova Holanda combatendo contra os holandeses. No Maranhão e na Paraíba, ele foi o responsável pela restauração local e o mesmo seria feito em Pernambuco. Tudo isso, afirma Varnhagen, deu-se com o consentimento do governo de Salvador que foi convencido por Vidal depois deste informar que 40 soldados de linha, “todos destros na milícia e capazes de serem oficiais na guerra e governar companhias” (VARNHAGEN, 1955, p. 284), serem enviados a Pernambuco.

A análise de Varnhagen atravessou o século XIX e sua obra influenciou a outros que o sucederam. Para Watjen (1938), Varnhagen foi brilhante, pois escreveu sua obra¹⁸:

¹⁸De origem alemã, Wätjen tornou-se um dos principais intérpretes do Brasil Holandês. Seu interesse em estudar esse momento histórico ocorreu quando passou a analisar as cartas trocadas entre o Supremo Conselho da CIO no Recife e a Assembleia dos XIX¹⁸ na Holanda. Parte dessa documentação foi utilizada pela primeira vez por Watjen, trazendo à tona novas informações sobre o evento estudado. A inserção dos documentos coletados por Wätjen faz da sua obra um texto bem planejado e pensado no que diz respeito à metodologia. Além disso, a utilização de dados até então desconhecidos, como por exemplo, a entrada e a saída de capital, os naufrágios de navios

Desfazendo a aureola lendária que desde os tempos de Calado e Raphael de Jesus se formara em torno da figura de Vieira, - e trazendo o merecimento de Vidal á luz da ribalta, rompeu Varnhagen vantajosamente com as versões tradicionais dominantes. (WATJEN, 1938, p. 42-43)

Para José Honório Rodrigues, “foi uma injustiça sem nome a que cometeu o austero sorocabano Varnhagen quando remeteu ao fogo da inquisição a obra de Calado, julgando-a defeituosa e sem dignidade histórica” (RODRIGUES, 1949, p. 12).

Contudo, ainda que tenha feito tal crítica, Rodrigues afirma que os escritos de Varnhagen são os melhores escritos em língua portuguesa sobre a ocupação holandesa, mesmo que para ele o Heródoto brasileiro tenha apresentado defeitos e falhas, como a crítica a Calado e predominância dos fatos militares e administrativos, deixando de lado aspectos sociais e econômicos.

Capistrano de Abreu.

Precursor de uma análise histórica que passou a valorizar personagens até então descaracterizados pela historiografia, como o negro e o índio, Capistrano de Abreu está no rol dos historiadores clássicos brasileiros do século XIX.

Ao contrário de Varnhagen, Abreu inovou a análise historiográfica com a inserção dos excluídos, pois vinha de posição social distinta e época intelectual diferente da do conde de Porto Seguro.

Enquanto Varnhagen escreveu no momento que a monarquia se consolidou, Abreu escreveu quando a monarquia entrou em abalo. Enquanto Varnhagen criticava a ausência de um projeto político nacional, Abreu afirmava que o surgimento do novo povo deu-se com a adesão de um projeto político. Enquanto Varnhagen escreveu durante a Guerra do Paraguai,

pertencentes a Companhia das Índias Ocidentais, etc.; faz com que ela seja a obra mais completa sobre o domínio holandês realizada por alguém de origem germânica.

Abreu escreveu no momento posterior ao conflito e, em tese, isso explica a inserção dos marginalizados em sua obra por causa da aceitação de negros e mulatos no exército que combateu no Paraguai.

Contudo, havia algo em comum entre Abreu e Varnhagen. Como historiadores, tanto Abreu quanto o visconde de Porto Seguro se preocupavam fundamentalmente com documento, na busca de autenticidade, na verdade das fontes, na análise objetiva. Logo, a diferença entre ambos residia apenas na interpretação.

Ao privilegiar o povo e a constituição étnica em detrimento do Estado, Capistrano de Abreu acaba reinterpretando a história brasileira escrita por Varnhagen. Pois, para Abreu, a constituição da unidade do povo brasileiro teria se dado entre 1624–1654, período que corresponde ao domínio holandês.

Para Abreu, a fé católica se constituiu no elemento de união entre os nacionais contra o herege invasor. Embora Calado não afirme que o surgimento da nacionalidade foi inspirada pela fé, Abreu encontra em *O Valeroso Lucideno* o seu principal referencial de argumentação¹⁹.

De acordo com Abreu (1998), a vitória contra os holandeses só foi portuguesa por alguns aspectos (heranças das proezas de luta do Além-Mar e do catolicismo), mas depois de 1654, pode-se afirmar que surgia o brasileiro. Havia, para Abreu, um sentimento patriótico não português, original, novo, brasileiro. Para Abreu (1998), “passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinóis quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção. Data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses”. (ABREU, 1998, p. 105)

¹⁹Fica claro nessa breve análise de Abreu que, embora a preocupação com a veracidade do documento seja algo pertinente tanto a ele quanto a Varnhagen, o olhar que ambos têm da obra de Calado é diferente. Enquanto o monarquista Varnhagen vê a obra do clérigo português com desprezo, o republicano Abreu a enxerga com admiração.

Os combates foram travados pelos próprios heróis e, para ele, esse período data uma irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses. Abreu acreditava que no século XVII havia uma tendência à integração, à formação de uma nação independente

Sobre isso, assim diz Abreu:

Em outros termos, Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos. (ABREU, 1998, p. 104)

Segundo Abreu (1998), era necessária a ação de um homem como Vieira. Para o autor, apenas o senhor lusitano era capaz de assumir a responsabilidade da empresa da liberdade, visto que os compatriotas respeitavam-no e ele os ajudava e protegia de maneira liberal e generosa. Entretanto, Vieira não teria feito a insurreição sem a ação de Vidal.

A primeira vista ninguém menos próprio (JOÃO FERNANDES VIEIRA) para o papel de herói e libertador. Entretanto, Vidal de Negreiros, paraibano que começou a se distinguir com Matias de Albuquerque, e oficial da guarnição da Bahia, sondou o espírito de Vieira e achou-o disposto à empresa. Notou, porém, a falta de munições, de armamento, de gente entendida em guerra para o levante não degenerar em manifestação estéril; para suprir todas estas faltas precisava-se de tempo e de socorros estranhos. De fato, foi-se fazendo tudo com as maiores precauções possíveis. E quando a gente de Vieira começou a agitar, mandou embarcados dois terços da força paga sob o mando do velho Martim Soares Moreno e do ardente Vidal de Negreiros, a pretexto de conterem os rebeldes. (ABREU, 1998, p. 101)

Ao dar crédito a Vieira, a Soares e a Vidal de Negreiros, Abreu vai encontrar uma maneira de associar históricos valores lusitanos de coragem a uma nova paixão nacional que brotava nos brasileiros. Ao fazer tal análise, Abreu encontra uma maneira de dividir em um mesmo evento a ação portuguesa na defesa da colônia e o desejo desta de ter sua identidade.

Manoel Bonfim. O Brasil na América: Características da Formação Brasileira.

Manoel Bonfim, nacionalista, estudioso do passado colonial brasileiro e crítico da República (a qual ele considerava mentirosa, visto que a população não participava da democracia), escreveu seus textos entre o fim do século XIX e o início do século XX. Dentre suas principais obras, destacaríamos duas: *A América Latina e O Brasil na América*

Embora seja um dos principais estudiosos do período colonial, Bonfim tornou-se ao longo do século XX um dos pensadores mais esquecidos pelos historiadores que o sucederam.

Como indianista do século XIX, Bonfim superestimou o papel do Brasil enquanto território da América Latina, através da figura do nativo indígena. Segundo Bonfim (1997), o Brasil, como nação “é a primeira da América, tão real e definida, que não pode ser dominada, nem absorvida” (BONFIM, 1997, p. 255). Para o autor:

[...] o Brasil é a nação saída daquela colônia que, já na energia dos brasileiros, resistiu a franceses, e, sobretudo, a holandeses, para conservar unidade de origem e de consciência [...] A colônia Brasil foi a única a resistir com os seus próprios recursos a invasores estrangeiros; foi a única a crescer pelos seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos (BONFIM, 1997, p. 35).

O indianismo em Bonfim, fê-lo adotar uma postura anti-portuguesa quando se propôs a estudar o período colonial e para ele a nossa nacionalidade se consolida com a ocorrência do Brasil Holandês. Sobre esse momento, assim diz Bonfim:

Foi um perigo superior a quanto já tem ameaçado a colônia, e esta, que já era uma pátria, esteve a desaparecer, para a tradição em que se formara, porque esta tradição era representada, agora, na degeneração e no apodrecimento dos dirigentes portugueses com a miséria do Estado que neles se realizava [...] Os responsáveis pela do Brasil eram os estadistas portugueses. A circunstância da junção das duas coroas – Portugal e Castela, na mesma dinastia, só podia ser vantajosa para a defesa do Brasil. (BONFIM, 1997, p. 253)

Ao contrário de Rodrigues que afirma que só após a insurreição pode se dizer em algo semelhante a um sentimento nacional, Bonfim acredita que antes da chegada dos holandeses no nordeste este sentimento já se encontrava em solos brasileiros. Para o autor:

Derrotando o Estado português, a Holanda se estabeleceu na terra genuinamente brasileira; a derrota, confessada pelo espanhol, foi miseravelmente aceita pelo português. E o brasileiro, na perspectiva de sacrificar a tradição em que se formara, e de refazer os seus destinos, sentindo, intensa e dominante, a necessidade da pátria em que existia, reagiu, lutando implacavelmente para continuar a ser brasileiro. Foi uma explícita manifestação nacional, de uma pátria irredutível, no ânimo de um povo invencível. Portugal, degradado, desapareceu implicitamente, e um novo motivo, ao sopro vivificante da América, se impôs sobre os que pretendiam dominar Pernambuco. (BONFIM, 1997, p. 254)

Segundo Bonfim (1997), a vitória na insurreição veio apenas para confirmar a falência do domínio lusitano sobre o Brasil. Para ele “A defesa de Pernambuco se fez numa verdadeira substituição de valores humanos: a mãe – pátria, que abate na miséria da incapacidade; uma nova pátria que lhe salva a tradição, e a impõe contra todos” (BONFIM, 1997, p. 255).

Bonfim passa então a criticar a postura que a Coroa Portuguesa teve com sua possessão americana após a expulsão dos invasores:

Desse momento em diante, a metrópole degradada, miserável, converteu-se em espoliadora feroz, no papel de um inimigo danoso. Não só espoliadora, mas corruptoramente opressora, já despeitada, já invejosa, a realizar, em tudo, o pior dos senhores – o fraco decaído. (BONFIM, 1997, p. 256)

Diante de sua leitura do Brasil–Holandês, Bonfim critica a reverência dada por Calado a Vieira e o desprezo pela ausência de estudos, ou obras de panegiristas, sobre Vidal. Para Bonfim (1997), o papel de Vidal deveria ter sido melhor estudado, principalmente por Vidal ter sido um dos primeiros a se rebelar contra os portugueses, não acatando as ordens de Antonio Telles (governante em Salvador) de prender os rebeldes do Pernambuco. Para o autor:

No infeliz supliciado de Porto Calvo, a consciência de brasileiro se turbou: a necessidade de autonomia tornou-se incompatibilidade, e o patriotismo se desvirtuou, julgando que lhe era lícito escolher o holandês para eliminar o

português, e ei-lo servindo contra o Brasil, pois que naquela luta quem ia triunfar do holandês era o heroísmo brasileiro. (BONFIM, 1997, p. 275)

Não é apenas em razão do papel desempenhado por André Vidal de Negreiros que o autor vê no episódio o surgimento de uma identidade nacional, mas também a participação no mesmo de outros homens nascidos no Brasil, como Manoel Dias, Estevam da Távora, Sebastião Souto, Manoel Dias de Andrade e outros abasileirados: Martim Soares Moreno e Vieira. Para o autor, ainda que Vieira seja visto como o líder da insurreição, “Vidal é a alma, o iluminador planejador, o organizador superior da *Insurreição*” (BONFIM, 1997, p. 279).²⁰

Para Bonfim (1997), a valorização do papel de Vieira é uma “mentira” criada por Portugal numa tentativa de desvirtuar a essência do espírito nacional nascente e para o autor, isso era influência direta dos escritos do Frei Manoel Calado. Segundo o autor, Calado escreveu sobre Vieira na melhor das intenções, mas sem nenhuma preocupação de exatidão. Sobre Vieira, assim diz Bonfim:

O ilhéu era o homem de negócios, que abandonara a causa, e aceitara, absolutamente, o domínio do holandês; o comerciante, ambicioso de dinheiro, cultivando, neste fim, cuidadosamente, a amizade do invasor a quem se submetera sem mostras de repugnância. (BONFIM, 1997, p. 286).

De acordo com Bonfim (1997), foi Vidal que convenceu Vieira e os demais a lutarem, mas que era mais prudente a atuação de Vieira como “líder”, pois ele era alguém que não levantava suspeita dos holandeses. Assim prossegue Bonfim em sua análise:

Além disso, o ilhéu possuía outros dons valiosíssimos: fortuna pessoal, larga influência, grande capacidade de ação, valor militar, e Vidal não hesitou em dar-lhe situação de destaque, com aparente primazia, em troca do que ele lhe trazia, secundando a sua ação. É verdade que ânimos essencialmente brasileiros – Cavalcanti e outros, repeliram a autoridade e ascendência dadas a Vieira; mas o tato de Vidal, e o patriotismo de todos, remediaram em parte um tal inconveniente. (BONFIM, 1997, p. 287)

²⁰Devemos dizer que os nomes desses homens foram extraídos da obra de Calado, o que prova a influência que o clérigo teve sobre Bonfim. Contudo, Bonfim não menciona que na mesma obra de Manoel Calado há poemas de exaltação a esses homens, embora o clérigo paulista os colocasse em um patamar inferior a Vieira.

Segundo Bonfim (1997), Vieira não era tão bem quisto quanto Calado afirma, visto que houve momentos em que quase aconteceram cisões internas que comprometeriam o sucesso dos insurretos. Para isto, ele usa parte do texto em que Calado afirma que os lusitanos decidiram seguir Vieira, ao passo que os brasileiros decidiram rumar com Antonio Dias Cardoso²¹. Para ele, a revolta contra Vieira seria a expressão evidente do espírito nacional que naquele momento se afirmava.

Segundo Bonfim (1997), Dom João IV deu ao holandês muito cordialmente o Brasil, ao passo que os insurgentes reconquistaram pela tradição aquilo que consideravam como pátria.

Por fim, Bonfim acreditava que era insustentável para Portugal realizar algum tipo de defesa e ataque aos holandeses em suas possessões, fazendo assim com que a consolidação da nacionalidade brasileira fosse inevitável. Assim conclui Bonfim:

[...]; quem se submeteu ao holandês não foi propriamente a nação portuguesa, e, sim, os seus degradados dirigentes; quem reagiu, no Brasil, e tão vigorosamente bateu o invasor não foi o Estado português, mas o ânimo brasileiro que, em virtudes novas, se comunicava, depois, aos próprios portugueses incorporados na *Insurreição*. (BONFIM, 1997, p. 257)

Diante das críticas e das afirmações atribuídas por Bonfim, especialmente no que diz respeito à obra de Calado, deparamo-nos com a ausência de um rigor metodológico, o que nos leva a percebermos uma nítida diferença entre Varnhagen e Capistrano de Abreu. Embora esses dois últimos também tenham feito críticas veladas à obra do clérigo paulista, faltou a Bonfim consistência em suas críticas. Entretanto, não menosprezamos o trabalho e olhar do autor acerca do nosso documento.

²¹Cardoso, que era português, foi um dos principais estrategistas da *guerra brasílica*, isto é, guerra de emboscadas. Fundamental nos conflitos que antecederam a 1645, Cardoso foi enviado secretamente a Pernambuco pelo governador Antonio Telles para prestar apoio a João Fernandes Vieira. Liderando mazombos e negros, Cardoso conquistou batalhas cruciais durante a insurreição e foi importante nos conflitos da 1ª Batalha de Guararapes, em 1648. Bonfim acredita que a possível cisão se deu por discordâncias na estratégia militar e nos benefícios que Vieira dava aos seus soldados mais antigos.

Não somos os únicos a perceber a ausência do método na obra de Bonfim. Para Rebeca Gontijo, embora Bonfim não seja considerado um historiador no sentido atribuído a Capistrano de Abreu, não se deve dar menos crédito ao trabalho historiográfico exercido por Bonfim.

Manoel Bonfim não pode ser considerado como um historiador, no sentido que, já em sua época, era atribuído a autores como Capistrano de Abreu ou João Ribeiro [...]. No entanto, é possível situá-lo como um "pensador da história", recuperando seu trabalho como crítico da historiografia, disposto a fazer reflexões sobre a matéria e provocar os historiadores, num momento em que estes podiam ser identificados não por formação ou titulação, mas devido a um conjunto de práticas autodidatas e tradições intelectuais. (GONTIJO, 2003, p. 6.)

De acordo com Gontijo (2003), em Bonfim, há uma crítica indireta ao IHGB, visto que o mesmo se posicionou contra uma historiografia tida como oficial que se limitava a enunciar fatos através da recitação de nomes e datas. Sobre essa crítica de Bonfim, assim diz Gontijo:

O principal alvo do seu ataque foi a história portuguesa do Brasil escrita por historiadores que Bonfim considerava como ilegítimos representantes da nação brasileira porque seriam legítimos representantes da Coroa portuguesa, sobretudo, Varnhagen, para quem reservou uma série de adjetivos injuriosos: "historiador mercenário"; o "menos humano dos homens"; "brasileiro de encomenda"; "sem bondade"; "patriotismo de convenção"; "deturpador da história do Brasil". "Historiadores por encomenda, opacos refratores, sem outro maior valor que o da distorção", teriam produzido, para ele, uma história sem grande preocupação com a crítica e a doutrina nacionalista. (GONTIJO, 2003, p. 16)

Em síntese, ainda que falte rigor metodológico na análise de Bonfim, percebemos que em seus escritos há uma insatisfação com o discurso eurocêntrico apregoado pelos membros do IHGB. Diante disso, a busca de Bonfim pela gênese da identidade nacional brasileira se dá pela procura de algo novo (seja isso por meio de um novo olhar de um mesmo documento ou por meio de documentos desconhecidos), ainda que isso pudesse trazer inverdades ou exageros. Assim, creditamos a Bonfim um papel fundamental à leitura do Brasil, da obra de Calado e do nosso estudo.

b) Novas perspectivas nos meados do século XX.

A preocupação dos historiadores em definir a formação da identidade brasileira se estendeu ao longo do século XX. Entretanto, novas perspectivas historiográficas que se desenvolvem em momentos históricos distintos fizeram com que a história do Brasil fosse interpretada de novas formas.

Nos anos trinta do século passado, a política do café com leite havia chegado ao fim com o governo nacionalista de Getúlio Vargas. A literatura era caracterizada pelas diferentes gerações do modernismo que impactavam a sociedade brasileira. Entre os historiadores, destacavam-se nomes como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado (além do sociólogo Gilberto Freyre). O uso de novos documentos do período colonial, a releitura tanto dos historiadores clássicos brasileiros do século XIX, quanto dos clássicos coloniais e o uso de teóricos estrangeiros direcionava a escrita da história no Brasil em meados do século XX.

Ao mesmo tempo, ocorre, nesse período, uma diminuição das análises sobre o Brasil - Holandês e, conseqüentemente, da obra de Manoel Calado. As poucas obras dedicadas ao assunto ou reproduziam as ideias reinantes dos historiadores do século XIX, especialmente Varnhagen, ou interessavam-se em retratar um ou outro aspecto das guerras travadas entre holandeses e luso-brasileiros.

Coube a José Honório Rodrigues restaurar as discussões pertinentes ao Brasil - Holandês e escrever sobre o esse período a partir de novas perspectivas. Nesse sentido, o autor dedicou-se a discutir a bibliografia e a historiografia do Brasil - Holandês e a ressaltar outros elementos, (como o espaço geográfico, isto é, o mar, a terra, o campo, a cidade), pertinentes ao evento compreendido.

Ao mesmo tempo, o pernambucano José Gonsalves de Mello Neto (muito provavelmente influenciado pela segunda geração modernista, caracterizada pelo regionalismo, visto que o homem e o espaço nordestino são descritos com grande valorização)

escreveu um dos livros mais lidos sobre o domínio holandês, *Tempo dos Flamengos*. Embora sua obra reproduza ideias dos clássicos e dos intérpretes que o antecederam, Mello Neto utiliza-se de documentos sobre o domínio holandês que se encontravam em bibliotecas holandesas. Nesse sentido, sua obra é rica em novas informações e discussões sobre o evento.

Posteriormente, Mário Neme, jornalista de vertente marxista, dedica-se a escrever uma obra no intuito de desmitificar a crença, de origem desconhecida, que grassava sobre parte dos brasileiros que “se os holandeses tivessem permanecido no Brasil teriam feito uma colonização melhor que os portugueses”. Em comum a esses três estudiosos do Brasil - Holandês, a obra do padre Manoel Calado surgia como uma das principais referências para enfatizar suas posições sobre o período dominado pelos holandeses.

José Honório Rodrigues: Civilização Holandesa no Brasil e Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil.

O historiador fluminense José Honório Rodrigues nasceu em 1913 e morreu em 1987. Como historiador, dedicou-se a estudar o período colonial e republicano brasileiro, além de publicar obras sobre teorias e metodologia da história (entre estas últimas, destacaríamos *História e Historiadores do Brasil*, *Vida e História*, *História e Historiografia* e por fim *História, corpo no tempo*). Contudo, Rodrigues tornou-se mais citado e melhor conhecido pelo que escreveu sobre o período holandês e ,sobre esse evento da história colonial brasileira, José Honório utiliza a obra de Calado em grande medida .

Em *Civilização Holandesa no Brasil*, escrita em conjunto com José Higinio Pereira, o autor faz um trabalho que prima pela erudição e preocupação em fazer uma obra de fácil entendimento ao leitor (listando nomes de cronistas, datas de nascimento e de morte, nacionalidades, momentos em que os cronistas escrevem e comentários a cada obra escrita). Já em *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rodrigues faz o

brilhante trabalho, tanto de divulgar fontes pertinentes ao Brasil Holandês (com toda variedade de origens: autores brasileiros, portugueses, holandeses, alemães, ingleses, e outros) quanto de comentar as obras e seus respectivos autores.

Na primeira obra, Rodrigues acredita que a luta pela expulsão dos holandeses foi uma obra muito mais dos mazombos²² do que da força portuguesa. Para o autor:

Portugal, pobre de recursos econômicos e militares, seguiu sempre uma política de temporização na Europa, e de auxílio discreto e secreto nas colônias, enquanto a Europa, como lembra Prestage [EDGAR PRESTAGE], mantinha com Portugal a paz na Europa, porque lhes era indispensável o sal que iam adquirir em Setúbal, e a guerra nas restantes partes do mundo. (RODRIGUES, 1940, p. 6)

Contudo, ao contrário de Manoel Bonfim e Varnhagen, o autor não acredita que a luta foi um movimento com identidade nacional, pois para Rodrigues (1940) a sociedade colonial atribuía aos mestiços e aos filhos de portugueses uma posição inferior. Para o autor, as intrigas entre os grupos ocorriam da seguinte maneira: os reinóis não suportavam os filhos portugueses nascidos no Brasil e por isso os chamavam de mazombos. Já estes não toleravam o mameluco, o mulato, o caboclo. Por fim, estes últimos se consideravam superiores aos escravos.

Ao mesmo tempo, Rodrigues (1940) também não acredita que as motivações da insurreição estavam no âmbito religioso, discurso recorrente na obra de Calado, mas sim em motivações econômicas, caracterizadas pelos conflitos entre o meio rural e o meio urbano, entre os senhores de engenho e os mercadores.

Contudo, o autor afirma que os atingidos pelas necessidades econômicas recorreram ao discurso religioso para fortalecer o movimento insurrecional. Para Rodrigues (1940), a questão religiosa foi usada apenas como um fator de coesão social, à medida que os senhores

²²Brasileiro filho de português.

de engenho apelavam para os luso-brasileiros pela ocorrência de uma liberdade de consciência. Assim diz o autor:

[...] é, preciso que se compreenda, aí, um grande descontentamento da classe rural, disfarçado com idéias religiosas, contra os mercadores particulares do Recife, judeus e holandeses, e contra a Companhia, que servia aos interesses da burguesia holandesa. (RODRIGUES, 1940, p. 276)

Para Rodrigues (1940), a insurreição era consequência do endividamento dos senhores que compravam engenhos e negros e acumulavam dívidas em razão da alta cobrança de taxas sobre essas operações financeiras, provocando uma situação alarmante que nem a justiça poderia resolver.

Segundo Rodrigues (1940), o endividamento era tido como uma vergonha a homens que até então desfrutavam de uma posição financeira inquestionável. Ter um bom engenho e algumas dezenas de escravos era algo comum aos senhores da antiga América Portuguesa. Usar a justiça para seus interesses também era algo pertinente à realidade desses homens considerados “bons”. Para Rodrigues (1940), não foi difícil se apropriar do discurso religioso visto que “a igreja católica, no Brasil colonial, estava por demais subordinada a influência dos senhores de engenho” (RODRIGUES, 1940, p. 214).

Para Rodrigues (1940), as causas que irão determinar a insurreição seriam as condições materiais (de ordem econômica) e as condições subjetivas (perda do prestígio dos senhores de engenho). Para ele, o aspecto religioso, tão enfatizado por Calado, foi apenas uma ferramenta para construção de um discurso que trouxesse unidade a grupos e estratos que até então não tinham relacionamentos de proximidade. Contudo, o autor afirma que embora a “classe burguesa” mostrou-se insuficiente para destruir por completo os senhores, estes não desfrutariam mais da posição que outrora detinham.

Agora, porém, a classe burguesa da cidade não tinha forças suficientes para quebrar e destruir todo o sistema da vida colonial [...] Naturalmente a revolução, feita por senhores de engenho, irá colocar as coisas em seu antigo eixo. Mas nunca mais o prestígio do senhor de engenho será o mesmo. (RODRIGUES, 1940, p. 228-229)

Somente no final da leitura de Rodrigues encontramos o que ele pensa sobre a liderança dos insurretos. Para ele, Calado e Rafael de Jesus foram os responsáveis por colocarem Vieira em um pedestal que ele não está mais, pois Varnhagen deslocou de Vieira para Negreiros o papel central do movimento.

Mesmo trilhando por uma análise do Brasil Holandês que questiona algumas verdades de *O Valeroso Lucideno*, Rodrigues demonstra apreço pelos escritos de Manoel Calado. O autor, que “defendeu” Calado diante das críticas de Varnhagen, afirma que a obra de Calado é interessante, pois demonstra o clima de instabilidade social e o desejo dos estratos sociais se verem livre do jugo holandês. Para o autor:

O grave e douto Padre Manuel do Salvador (1584 – 1654), como ele mesmo se denominou, compôs a mais singela história do Brasil dos Seiscentos. A ingenuidade e simplicidade com que escreveu, no meio do vozeio, das trombetas, dos assobios de bala, dão ao seu livro um alto índice de autenticidade. É certo que foi parcial, nem de outro modo poderia deixar de proceder quem por tantas vezes declarou, no correr de suas páginas vivas e coloridas, tomar partido pelos da facção da liberdade católica e lusitana. O seu desejo de ver o Brasil livre dos holandeses, o zelo em batalhas para restituir Pernambuco ao império de D. João IV conduziram-no muita vez, ao êrro, à parcialidade, à falsidade [...] Entrara em Pernambuco poucos meses antes da invasão, a fim de adquirir esmolas para seu velho pai e sua tia, e solidarizando-se com os sofrimentos dos aflitos moradores embrenhou-se pelo mato onde reza missa, consolava os enfermos, pregava a fé católica, abominava a malícia herética e confortava os pusilânimes. (RODRIGUES, 1940, p. 6)

Contudo, Rodrigues conclui sua obra afirmando que, “ainda que fosse demasiado dar um sentimento nacional pernambucano, sendo que na Europa isso estava aparecendo, quando a guerra termina com a vitória dos pernambucanos, aí, sim, pode-se notar que ela irá influir na formação do espírito nacional” (RODRIGUES, 1940, p. 306).

José Antonio Gonsalves de Mello Neto. Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.

Para nós, *Tempo dos Flamengos* é uma das melhores obras sobre a ocupação holandesa. Na obra, destaca-se a dedicação de José Antonio Gonsalves de Mello Neto em buscar, na documentação de língua portuguesa e holandesa, explicações para a insurreição portuguesa. Ao mesmo tempo, sua análise geral da presença holandesa prima pela valorização dos personagens não tão explorados pela historiografia, como por exemplo, os índios e negros.

Seu interesse não é discutir um pensamento nacionalista no século XVII. Na verdade, Mello vê na insurreição uma ação mais econômica do que social. Para Mello Neto (1947), em virtude de a revolução ter nascido nas casas grandes, a insurreição caracteriza-se como uma revolução primordialmente do canavial, do açúcar. Para o autor, isso fica exemplificado no fato da senha dos revolucionários ser “açúcar”, compreendendo, desde modo, o motivo pelo qual a “guerra da liberdade divina”, como diz Calado, ter sido um combate de interesse dos senhores canavieiros.

Sua principal fonte de língua portuguesa acerca do papel exercido pelos insurretos é *O Valeroso Lucideno* e, ao contrário de outros historiadores que o influenciaram, Mello Neto dá à obra de Calado o grau de veracidade.

A leitura de Calado permitiu a Mello Neto afirmar que a insurreição teria sido conduzida por interesses dos estratos rurais. Para Mello Neto (1947), fica claro que Vieira se aproveitou das humilhações dos moradores e de sua condição de alguém rico e influente (todavia endividado) para usar a insurreição em seu benefício, convencendo outros senhores a combaterem, prometendo a estes a quitação de suas dívidas. Deste modo, Mello Neto afirma que a insurreição foi um levante de elementos rurais.

Contudo, sua análise da obra de Calado não tem esse intuito apenas e Mello Neto procura valorizar a linguagem e a maneira como formou seu diário. Sobre a obra do clérigo português, assim diz Mello Neto:

O bom Frei Manoel fez-me pressentir, graças ao tom de espontaneidade em que está redigido o seu livro, a veracidade da suas informações; depois, no que pude confrontar muitas de suas narrativas com documentos holandeses, principalmente as “Dagelijksche Notulen”, não tenho dúvida em referir que no *Valeroso Lucideno* está o mais importante testemunho sobre Pernambuco sob o domínio holandês. (NETO, 1947, p. 31)

Por fim, ainda que em sua obra Mello afirme que as pregações de Calado mais pareciam com um “chamado às cruzadas”, a valorização de *O Valeroso Lucideno* fica mais notória quando o autor concede ao padre o papel de voz dos moradores. Assim afirma Mello Neto:

Os moradores e senhores de engenho sofriam terríveis vexames com esse sistema de fintas. O padre Manoel Calado refere casos em que os portugueses e brasileiros foram vítimas de insultos quando autoridades holandesas visitavam-lhes as plantações de mandioca. (NETO, 1947, p. 151)

Mário Neme. Fórmulas políticas do Brasil Holandês

A obra de Neme se interessa em compreender a atuação da Companhia das Índias Ocidentais em solo brasileiro. Para isso, o autor procura estudar os motivos que levaram sua fundação e como se deu a relação entre a sede da empresa na Europa e seu escritório no Recife.

Dentro de seu estudo, há a prioridade de compreender o fracasso da presença holandesa no nordeste e, para isso, o autor busca na documentação holandesa e portuguesa relatos da relação entre a CIO e os moradores locais. Ainda que citado poucas vezes, o autor encontra na obra de Calado elementos que explicam o descontentamento da população local frente aos dominadores. Paralelamente, o autor utiliza conceitos de “estado de natureza” de Thomas Hobbes e “racionalidade” de Max Weber, para dar suporte teórico aos seus escritos.

O intuito de sua obra é questionar um pensamento corrente do século XIX e do século XX que acreditava que se os holandeses continuassem no Brasil, o país teria andado por trilhos de progresso. Para Neme (1971), esse pensamento deu-se pela crença em uma noção de liberdade proporcionada pela presença holandesa, configurando-se assim em um pensamento hostil a colonização portuguesa.

Segundo Neme (1971), este pensamento surgiu no século XIX em que homens como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima apresentaram o Brasil Holandês com um espírito de tolerância e liberdade de consciência e comércio. Partindo desse ponto, Neme afirma que coube a Calado criar na memória brasileira virtudes democráticas da presença holandesa através da figura de Nassau. Deste modo, a discussão quanto à qualidade da presença holandesa (principalmente no período nassoviano) torna-se o tema de sua discussão.

Para Neme (1971), além de Joaquim Nabuco e Oliveira Viana, coube a Varnhagen alargar a importância de Nassau, baseando-se em panegiristas como Calado e Barléu. Segundo Neme, a afirmação de Varnhagen se deu pelo momento histórico vivido por este no século XIX, momento em que a inteligência nacional estava por inteiro predisposta contra Portugal por aquilo que a antiga metrópole representava. Segundo Neme (1971), o papel desempenhado por Calado e “redescoberto” por Varnhagen acabaram influenciando historiadores como Watjen, Netscher, e Boxer.

De acordo com Neme (1971), a crença arraigada na historiografia de um bom governo de Nassau é equivocada. Segundo o autor, na época do conde, a ordem política, jurídica e econômica alterou-se profundamente para pior. Outro ponto, oriundo de Calado e veiculado pela historiografia e questionado por Neme, é a crença que Nassau governava com poderes ilimitados. Na verdade, Neme afirma que o conde só tinha liberdade para criar e elevar impostos e taxas, mas não tinha poder de legislar e competência para modificar sequer parcialmente as leis, as instruções e os regulamentos que vinham da Holanda.

Para Neme (1971), a valorização de Nassau por parte de Calado, deu-se em virtude do convite feito pelo conde para que o clérigo passasse a residir em seu palácio. Neme “despreza” tal fato, pois segundo ele era um dever de Nassau realizar tal convite, pois desde 1631 havia leis que garantiam a liberdade de consciência no Brasil Holandês.

Ao ler Calado, Neme não centraliza seus questionamentos em torno de uma identidade nacional como outros fizeram anteriormente, mas sim na afirmação que a insurreição foi consequência da “luta de classes” do senhor católico-português com o burguês calvinista-holandês.

CAPÍTULO 2: MANOEL CALADO E A LUTA ENTRE DUAS INSTITUIÇÕES.

Manoel Calado descrevia o cotidiano das batalhas travadas no período da insurreição ao mesmo tempo em que narrava com profundidade assuntos pertinentes aos grupos sociais, a economia, a política e a religião.

Essa diversidade de conteúdo em *O Valeroso Lucideno* possibilita ao leitor de Calado um leque de opções a serem investigados e, embora pudéssemos optar por uma leitura que valorizasse qualquer um dos aspectos citados ao longo de nossa leitura da obra e da historiografia sobre a mesma, percebemos que seria possível realizar um estudo do diário de Calado a partir do olhar da História das Instituições.

Optamos pelo viés institucional para compreender a obra de Calado, pois entendemos que as relações empreendidas entre os insurretos e a Companhia das Índias Ocidentais se estruturavam mediante o interesse de cada um dos lados envolvidos. Ambos os lados se enquadravam em uma instituição, em virtude de que se encaixavam, dentre outras coisas, naquilo que Mary Douglas diz sobre o que é instituição: “um agrupamento social legitimado” (DOUGLAS, 1998, p. 58)

Este capítulo dedica-se a explicar as razões pelo qual podemos analisar a obra de Calado, de modo inédito, mediante o olhar institucional. Ao mesmo tempo, entendemos que compreender os fatos históricos que levaram a invasão holandesa e, conseqüentemente, a escrita de *O Valeroso Lucideno*, são importantes para a sustentação de nosso referencial teórico. Assim, ao realizarmos essa proposta, utilizaremos outros documentos e fontes, que embora pareçam alheios aos escritos de Calado, são importantes para a compreensão não apenas do momento histórico, mas também para o entendimento das críticas feitas por Calado à administração holandesa no Recife.

1) Cenário e Antecedentes Históricos.

A história dos Países Baixos se mistura com a história de governos conhecidos do Velho Mundo. Seu território, que fez parte do Império Romano, também pertenceu ao imponente Reino Franco de Carlos Magno e ao suntuoso Sacro Império Romano Germânico dos reis castelhanos Carlos V e Felipe II.

A importância dessa região decorre, especialmente, da extensa costa marítima e da rota de Flandres que cruza o norte da Bélgica e o sul da Holanda e foi ponto vital para o transporte de produtos no interior da Europa. Localizada em uma região caracterizada pelo cruzamento de rotas mercantis, os países baixos tornaram-se, muito antes de outros países europeus, uma região de mercadores. A partir dos séculos XIII e XIV, a região passou a ser formada por territórios autônomos e muitos de seus condes tornaram-se senhores independentes, dando origem, segundo Zumthor (1989), aos primeiros burgueses dos Países Baixos. Destacava-se entre tais senhores, a família de Borgonha, casa que aos poucos ampliou sua autoridade sobre as demais

O prestígio alcançado pela família de Borgonha atraiu interesses de casas principescas europeias que viam na troca de alianças a possibilidade de se fortalecerem e de sobreporem sobre as demais casas nobres. Assim, em 1477, Maria de Borgonha, filha única de Carlos - Duque da Borgonha - casou-se com Maximiliano de Habsburgo, representante dos príncipes católicos da Casa da Áustria²³.

²³ A Casa da Áustria, também conhecida como dinastia Habsburgos foi uma das mais poderosas dinastias da Europa ao longo dos séculos XIII e XVIII. A ferramenta utilizada para perpetuar e expandir o domínio e a influência foi através da política matrimonial, fator que permitiu a formação de um império que se estendia por Borgonha, Países Baixos, Nápoles, Sardenha e Sicília, além dos territórios compreendidos por Alemanha e domínios da Áustria. Durante o século XVI foi pertinente aos príncipes Habsburgos a defesa do catolicismo contra a Reforma Protestante (que nasceu e se difundiu largamente nos seus domínios alemães)

Com a morte dos pais, Maria herdou o ducado pertencente à família Borgonha e iniciou uma expansão ao sul, com a conquista de Estrasburgo e Foiunties (localizadas a leste do território que hoje corresponde à França). Entretanto, Maria veio a falecer em 1482 e seu marido tornou-se o regente dos territórios dos Países Baixos. Tal situação desagradou algumas províncias, visto que não desejavam submeter-se à autoridade de Maximiliano, por temerem ser “engolidas” pelo Sacro Império Romano Germânico. Para atenuar a tensão, Maximiliano decidiu reinar como Imperador do Sacro Império, deixando as províncias setentrionais para seu filho, Felipe o Belo, que se casou com Joana, filha de Fernando de Aragão e Isabel de Castela.

Carlos V, filho de Felipe o Belo, conseguiu aos poucos anexar outros territórios da região setentrional, alcançando Castela, Aragão, a região do antigo Reino Franco e a Áustria. Nos Países Baixos, Carlos V tornou-se senhor de 17 províncias, colocando à frente de cada província um representante (*stathouder*) que governava em seu nome. Era pertinente ao governo e às extensões do Império de Carlos V, a participação da Igreja nas decisões e na vida diária dos extratos sociais²⁴.

Nos Países Baixos, a interferência católica fez com que a partir do século XVI surgissem movimentos descontentes com a Igreja de Roma. O cenário local era o do florescimento das cidades e da burguesia, do desenvolvimento da arte e de uma nova reorientação religiosa em decorrência da Reforma Protestante. Além disso, a ação centralizadora do Sacro Império Romano Germânico nos assuntos econômicos incomodava aos burgueses e às corporações de comércio.

²⁴Durante o período dominado pelo Sacro Império Romano Germânico, o *Stathouder* era a função exercida pelo líder político e militar designado por Castela. Após a independência das Sete Províncias Independentes do Norte, o *Stathouder* passa a ser o nome dado ao líder monárquico e representante real da Casa de Orange.

O descontentamento local e as novas ideias, como o calvinismo, que circulavam nos Países Baixos era uma ameaça ao modelo político centralizador dos Habsburgos, e tal fenômeno provocou uma reação de Filipe II (filho de Carlos V). A nomeação de Margarida de Parma, irmã do rei, como governadora das 17 províncias foi a decisão tomada para fortalecer a centralização do poder e combater o protestantismo.

Ao mesmo tempo, os Países Baixos enfrentavam uma crise econômica. Por volta de 1560, a Inglaterra paralisou a exportação de lã daquela região, dando início à crise têxtil que também atingiu outros setores, como o de cereais, causando desemprego e inflação.

O centralismo espanhol e a crise econômica fizeram aumentar ainda mais a insatisfação de burgueses e calvinistas que, liderados por Guilherme de Orange (fundador da nação), tiveram como alternativa fugir para as cidades de Frankfurt e Londres, centros bancários e mercantis, no intuito de buscar apoio para realizarem um levante²⁵.

O retorno dos emigrados em 1568, fez com que as províncias do norte dos Países Baixos se rebelassem e nomeassem Guilherme de Orange como Stathouder, não reconhecendo mais a liderança de Margarida de Parma sob o território.

A nomeação de Guilherme de Orange levou a um conflito envolvendo as províncias setentrionais dos Países Baixos (Holanda, Zelândia e Utrecht) contra as forças dos Habsburgos. Gradativamente, os rebeldes ganharam força e aliados e, em 1579, receberam o

²⁵De acordo com Shalkwijk (1986), já havia ocorrências de movimentos reformistas nos Países Baixos desde o período medieval. Segundo Shalkwijk (1986), dentre esses grupos destacava-se o intitulado “irmãos da vida comum” que realizaram votos de pobreza, celibato e obediência. Alguns destes irmãos teriam exercido grande influência na vida religiosa holandesa. Dentre as pessoas influenciadas, estava Erasmo de Rotterdam, que embora não pertencesse a esse grupo, contribuiu para a reforma protestante ao publicar o Novo Testamento em grego, usado por Martinho Lutero para traduzir para o alemão. Para Shalkwijk, nos Países Baixos “as múltiplas tensões convergiam numa luta de libertação político - religiosa do domínio espanhol” (SHALKWIJK, 1986, p. 23). O movimento de reforma chegou aos Países Baixos por volta de 1520, em especial no sul, onde a economia das cidades favoreceu sua expansão.

apoio das províncias de Groningen, Friesland, Drenthe e Overysseis, culminando na formação das Sete Províncias Unidas, configuração que daria origem aos Estados Gerais.

Aglutinadas em torno da província de Utrecht, tal agrupamento recebeu o nome de União de Utrecht. Além de estabelecerem fidelidade mútua entre si, os rebeldes prometiam liberdade de consciência, sendo isto a base da república que posteriormente se formou²⁶.

Paralelamente à luta entre a União de Utrecht e a Espanha, as províncias católicas localizadas ao sul dos Países Baixos mantiveram-se leais a Felipe 2º, formando a União de Arras. Tal período não foi conturbado apenas pela luta das províncias rebeldes contra a Espanha, mas também pelos conflitos de províncias contra províncias: do norte contra o sul; de protestantes contra católicos.

Em 1580, Felipe II declarou proscrito (banido) a Guilherme, considerado como um “inimigo indomável”. Contudo, isto não abalou a União de Utrecht, visto que suas províncias não reconheciam mais Felipe II como soberano. Ano após ano agravavam-se as tensões entre rebeldes e legalistas e, em 1584, ocorreu o assassinato de Guilherme de Orange²⁷.

A morte de Guilherme de Orange aumentou ainda mais a insatisfação e o desejo de retaliação por parte dos rebeldes. À medida que os anos passavam, tornava-se insustentável para Castela a ofensiva contra os rebeldes. Ao mesmo tempo, a Coroa de Castela tinha suas preocupações com suas possessões na América e com as possessões do Império Português, afinal desde 1580 a Coroa de Castela tinha Portugal e suas possessões sobre o seu domínio.

²⁶ Embora a União de Utrecht tenha estabelecido credo livre, apenas os protestantes professavam sua fé publicamente durante a trégua dos doze anos e, segundo Shalkwijk (1986), a Igreja Cristã Reformada era uma Igreja do Estado pelo qual todos que ocupavam algum cargo público eram membros da Igreja Reformada.

²⁷ Segundo Shalkwijk (1986), o príncipe Guilherme de Orange foi morto a tiros à traição por um dissimulado huguenote refugiado, atraído pela alta recompensa financeira, a elevação ao estado de nobreza e o perdão dos pecados.

Em 1588, Maurício de Orange, filho de Guilherme, conquistou aliados importantes e obrigou os espanhóis a se colocarem na defensiva. A ofensiva rebelde forçou a Espanha, em 1609, a assinar uma trégua de doze anos entre os rebeldes e os legalistas.

Durante a trégua eclodiu na Europa a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e muitos refugiados da guerra se dirigiram para a Holanda. A migração para a Holanda pode ser explicada a partir tanto de aspectos religiosos como de econômicos e, sobretudo, em razão da liberdade porque os refugiados poderiam encontrar em Amsterdam liberdade religiosa e comercial. A migração dos refugiados, associada à ida de huguenotes e flamengos, ocasionou um grande desenvolvimento. A partir de então ocorreu, em Amsterdam, um crescimento dos estaleiros e das indústrias de tecidos e de cerâmicas²⁸.

O desenvolvimento comercial e a liberdade religiosa existentes em Amsterdam fortaleciam ainda mais a União de Utrecht. A força desse agrupamento estava no caráter independente e organizado de suas províncias. Estas províncias resolviam questões de modo autônomo e se reuniam em Haia com o intuito de defenderem seus interesses em comum (interesses de guerra, paz, relações exteriores, zonas conquistadas e o controle das companhias de comércio).

A Holanda, por ser a mais rica, tornou-se a província mais poderosa da União de Utrecht. Segundo Boxer (1961), o enriquecimento decorreu do desenvolvimento de uma classe burguesa de orientação calvinista. Ao mesmo tempo, a presença de judeus oriundos da Península Ibérica fortalecia o setor financeiro de Amsterdam.

A importância financeira da província era tanta que o porto de Amsterdã tornou-se o principal porto dos Países Baixos. Nesse entreposto comercial, encontravam-se e distribuía-

²⁸ A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) deu-se na Alemanha e em outras partes da Europa. Dentre as razões que motivaram a ocorrência da guerra foram, primordialmente, os conflitos religiosos e problemas dinásticos

se mercadorias provenientes de várias partes do mundo. Ao mesmo tempo, a cidade passava por um grande desenvolvimento artístico, tornando-se um centro para escritores e eruditos que não podiam publicar livremente em seus países de origem.

Em 1621, a trégua dos doze anos encerrou-se e no mesmo ano fundou-se em Amsterdam a *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais).

a) Os contatos com a América Portuguesa e a criação da Companhia das Índias Ocidentais (CIO).

Durante boa parte do século XVI, era constante a presença de mercadores holandeses no nordeste da América Portuguesa. Eram eles que faziam o transporte e o refino do açúcar nordestino no continente europeu. Tal ação era permitida por Portugal, visto que ambos tinham interesses comerciais em comum. Dentre outros interesses, os holandeses compravam o sal de Setúbal, além de produtos como pau-brasil, tabaco e peles. Paralelamente, a participação holandesa no ciclo da cana era vital para os interesses luso-brasileiros em virtude da rapidez no transporte do açúcar, especiaria muito consumida no mercado europeu. Além disso, segundo Celso Furtado, grande parte do capital utilizado para o financiamento da organização dos engenhos originava-se nos bancos dos Países Baixos.

Em virtude do processo de independência da Coroa de Castela, iniciado em 1579, a presença holandesa em portos da América Portuguesa foi proibida em 1599, no contexto da União Ibérica.

Entretanto, esse bloqueio foi temporariamente interrompido durante a trégua dos doze anos, entre 1609 e 1621, momento em que se reanimou o intercâmbio comercial entre holandeses e portugueses por meio do transporte do açúcar produzido na zona da mata pernambucana. A volta da presença holandesa no Novo Mundo era uma ameaça às possessões da Coroa de Castela e as riquezas metalíferas transportadas do México para Castela.

Isso fica mais claro quando se observa a proibição do acesso aos portos da América Portuguesa aos holandeses. Tal proibição pode ser vista como uma razão para muitos mercadores de Amsterdam e Zelândia praticarem a pilhagem de embarcações castelhanas no Mar do Caribe com o intuito de prejudicar as finanças de Castela e retomarem o acesso ao açúcar do nordeste da América Portuguesa.

Paralelamente, deve-se mencionar o interesse holandês em estabelecer-se no Novo Mundo. Segundo Netscher (1942), em 1601 cogitava-se estabelecer colônias holandesas às margens do rio Amazonas. Para o autor, a intenção era estabelecer-se próximo às regiões metalíferas da América Espanhola, como as minas de Potosí, na Bolívia. Tal afirmação é compartilhada por Watjen (1938). Para ele, no período de domínio holandês, o interesse pelo eldorado de prata fez parte das pretensões da Companhia das Índias Ocidentais que procurou realizar investidas em busca desse metal. Contudo, devemos mencionar que o interesse dessa companhia de comércio pelos metais não estava de acordo com os objetivos previstos em sua fundação.

A ideia da criação da Companhia das Índias Ocidentais foi proposta pelo mercador belga Willem Usselinx. Usselinx recebeu educação comercial na Espanha onde via a chegada de embarcações com os tesouros ultramarinos e em Portugal onde conheceu as especiarias da América Portuguesa. A estadia em solos ibéricos lhe fez enxergar que o ouro não era o único tipo de riqueza encontrado no Novo Mundo e por isso defendia uma colonização nos moldes agropastoris.

Obcecado pelo seu plano, Usselinx planejou a fundação de colônias agro-pecuárias protestantes no Novo Mundo em terras não ocupadas por espanhóis ou portugueses, logo, seu interesse não era invadir as colônias ibéricas. Ao mesmo tempo, Usselinx não aceitava a ideia de usar o braço escravo na região colonizada e entendia que o comércio entre a Nova

Holanda e os Países Baixos floresceria com a troca de produtos coloniais industrializados, não devendo ter nas colônias indústrias especializadas.

Cristão reformado, Ussenlicx propagava a implantação do calvinismo no território ocupado e por isso pleiteou a organização de um conselho teológico para comissão da futura companhia. Para ele, a colonização não deveria ser apenas comercial, mas também deveria dispor de um elemento missionário, no qual a companhia deveria empenhar-se para que os índios aprendessem a língua holandesa e os holandeses aprendessem a língua dos nativos. A inspiração de Usselincx para a formação de uma companhia para o Novo Mundo vinha da próspera Companhia das Índias Orientais que realizava tal operação com os nativos das regiões ocupadas por ela²⁹.

Em virtude do interesse dos mercadores holandeses em conquistar a todo custo uma fatia do mercado colonial, a proposta da fundação de uma companhia de comércio tornou-se bastante atrativa. Para eles, seria mais rentável e consistente a criação de uma empresa organizada por vários mercadores do que vários mercadores lutando individualmente pelas especiarias coloniais de posse dos ibéricos. De acordo com Watjen (1938), a proposta de criação da CIO se deu em um momento que crescia a ação comercial dos holandeses nos mares, acarretando na organização de pequenas companhias de piratas e mercadores que concorriam entre si³⁰.

²⁹ A Companhia das Índias Orientais, (*West-Indische Compagnie*) formada por representantes de distintas companhias, foi fundada em 1602 pelo estadista Johan van Oldebarvenvelt. Era uma companhia comissionada por 17 membros, os Senhores XVII que dirigiam o trabalho das câmaras comerciais pelo qual Amsterdã ocupava o primeiro lugar. A grandeza da empresa era vista em suas possessões, com bases no Oriente Médio e Japão sobrepondo o comércio ibérico anteriormente praticado na Ásia em fins do século XVII.

³⁰ Devemos lembrar que a ocorrência de companhias de comércio nos Países Baixos não se restringia as maiores, como a Companhia das Índias Ocidentais e sua "irmã" mais velha, a Companhia das Índias Orientais. O desenvolvimento mercantil e comercial dos Países Baixos, em fins século XVI e início do século XVII, propiciou o surgimento de companhias menores formadas por um grupo familiar. De acordo com Zumthor (1989), essas pequenas companhias eram responsáveis pelo

Contudo, houve uma cisão no grupo dos mercadores sobre a melhor maneira de fundar uma companhia que lutasse por seus interesses. De um lado, estavam aqueles que absorveram o modelo organizacional proposto por Usselinx baseado na ocupação de um território não ocupado por europeus, feito com a imigração de setentrionais e com o intuito de realizar a evangelização. Do outro lado, estavam aqueles que defendiam a criação de uma companhia com características beligerantes e mercantis, dispostos a competir com os ibéricos a supremacia nos mares e no comércio. Foi esse último grupo que lentamente impôs sua linha de raciocínio e fez com que a ideia inicial de ocupar e fundar colônias de forma pacífica, fosse descartada, dando prioridade ao projeto do estabelecimento em áreas já conquistadas ou ocupadas por meio da guerra.

Assim, imbuída do caráter mercantil e beligerante que a CIO concentrou forças e rendas para a conquista da América Portuguesa. A criação da companhia deu-se por meio de capital privado de comerciantes holandeses e investimentos dos Estados Gerais em armas e embarcações chegando a um capital inicial de 7.000.000 de florins. Embora essa quantia fosse insuficiente para a conquista do nordeste brasileiro e sua consolidação, ela era essencial para a prática da pilhagem no Oceano Atlântico.

transporte de produtos tanto dentro dos Países Baixos quanto fora dessa região, alcançando o Mar Báltico e o Mar do Norte. Dessas pequenas companhias de comércio, surgiram os mercadores que faziam o transporte do açúcar nordestino e adquiriam o sal de Setubal para comercialização no interior da Europa. No início do século XVII, muitas dessas companhias de comércio uniram-se com o intuito de explorar o Oriente, especialmente na China, Pérsia (atual Irã), Japão e Índia, e assim, em 1602, é fundada a Companhia das Índias Orientais. O sucesso obtido por essa companhia levou ao surgimento da Companhia das Índias Ocidentais, destinada à exploração e monopólio do comércio na região do Atlântico. Segundo Shalkwijk (1986), o surgimento das grandes companhias de comércio assinala não apenas um marco na economia holandesa, mas também no calvinismo naquele país. Para Shalkwijk (1986), a Igreja, que outrora combatia os latifúndios e monopólios comerciais por reterem as mercadorias e causarem a alta dos preços, passa a defender o monopólio das grandes companhias ditas acima, pois acreditava que a Companhia das Índias Orientais fora organizada para evitar as concorrências desleais e que a Companhia das Índias Ocidentais fora criada para combater o inimigo nacional, a Espanha.

Foi por meio da pilhagem de embarcações castelhanas no Mar do Caribe e lusitanas próximas à costa da América Portuguesa que a CIO levantou o capital necessário para investir contra o nordeste brasileiro e conquistar o território das mãos dos senhores de engenho. Ao mesmo tempo, a conquista da região possibilitaria lucro com as safras da cana de açúcar e com as possíveis presas a serem conquistadas no Atlântico, sinalizando como uma ameaça à supremacia da Coroa de Castela na região³¹.

Embora a pilhagem nas costas da América Portuguesa fosse frequente, os holandeses concentraram suas forças, sobretudo, no mar dos Caraíbas, caminho entre o Caribe e Castela. Foi nesse caminho que entre 1623 e 1636, mais de 530³² embarcações castelhanas foram

³¹ No período que antecedeu ao Brasil Holandês, a Espanha estava envolvida em batalhas com a Itália, a França e a Alemanha, além dos Países Baixos. A formação de uma aliança entre os inimigos de Espanha teria sido um importante passo para sua desestruturação na Europa e a queda de seu domínio no Novo Mundo.

³² A tabela abaixo relaciona os navios tomados pelos holandeses ao inimigo. Esta tabela nos dá elementos importantes para compreender algumas das conquistas beligerantes da Companhia das Índias Ocidentais. A grande quantidade de navios apreendidos em 1624, data da surpreendente investida holandesa contra Salvador. Os anos de 1627 e 1628 foram os de maiores ataques dos holandeses contra as embarcações espanholas que faziam o trajeto do Caribe a Espanha levando as riquezas metalíferas. Foram nesses anos que a CIO conseguiu as rendas necessárias para empreender mais um ataque ao nordeste. Em 1630, foi o ano da conquista de Pernambuco, o que explica a grande quantidade de navios apreendidos próximos à costa da América Portuguesa. Já a de 1633, corresponde à vinda de uma grande comitiva de embarcações holandesas destinadas a dar fim a resistência travada pelos luso-brasileiros no Arraial do Bom Jesus, em Pernambuco.

1623/1624	69
1625	18
1626	29
1627	55
1628	49
1629	18
1630	45

afundadas e uma quantia considerável de ouro e prata foi apreendida, rendendo à companhia uma renda em torno de 28 milhões de florins.

Para termos noção da importância da pilhagem para os cofres dos mercadores da CIO, em 1628 uma grande frota holandesa, composta por 31 navios e iates e tripulados por 3900 marinheiros e soldados, fez o cerco às frotas espanholas na costa cubana. Foi desse episódio que a empresa alcançou uma enorme quantia de produtos que possibilitou a criação de uma esquadra com destino a Pernambuco³³.

Nas primeiras páginas de *O Valeroso Lucideno*, Calado nos informa que Olinda era um dos destinos da pilhagem holandesa. Ao falar sobre a riqueza da cidade mais importante de Pernambuco, Calado diz: “Os navios que vinham de arribada, ou furtado ais direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam” (CALADO, 1942, p. 18)

A conquista da América Portuguesa refletiria em duas situações. Em primeiro lugar, sinalizaria para a entrada definitiva, e não mais esporádica ou circunscrita á costa marítima, dos comerciantes holandeses no mundo hispano americano. Em segundo lugar, ao deslocar as

1631	33
1632	22
1633	90
1634	66
1635	23
1636	30
TOTAL	546 navios entre pequenos e grandes
VALOR	30.309.736 florins
DESPESAS DE GUERRA	28.500.000 florins

(WATJEN, 1938, p.145).

³³Um dos significados da palavra iate vem da palavra *yacht*, de origem holandesa (*jaghen*) e que significa “caçar”. Durante os séculos XVII e XVIII, iates eram utilizados como embarcações de guerra, comércio ou recreio, pois eram embarcações ligeiras e rápidas.

disputas da Europa para o Novo Mundo, acabava se abrindo uma nova frente de batalha que poderia fazer a Espanha desistir de reconquistar os Países Baixos e assim aceitar sua independência oficialmente (até 1648 a monarquia espanhola não abandonou formalmente suas pretensões à soberania sobre o norte dos Países Baixos).

Entretanto, a possibilidade da consolidação da independência na Europa não animou a Usselinx. Watjen expõe em uma citação de Usselinx o quão frustrado estava o mercador belga com os rumos tomados pelos membros e diretores da companhia. Assim diz Watjen:

Como poderia uma Companhia que devia servir de instrumento de guerra, e cujo principal empenho seria o apoio militar às sete províncias novamente em luta com o adversário hespanhol, estabelecere ao mesmo tempo núcleos coloniais, exercer commercio de trocas com aborígenes e pregar o Christianismo aos povos pagãos? (WATJEN, 1938, 80-81)

Insatisfeito, Usselinx mudou-se para Suécia, onde recebeu apoio do rei GustavusAdolphos para fundar uma colônia sueca no continente americano. O lugar escolhido para ser a *New Sweden* foi a costa oriental do atual Estados Unidos, região onde se praticaria a agricultura e o comércio de peles. Em 1638 é fundada a colônia, porém Usselinx não fez parte do empreendimento e em 1647 faleceu sem alcançar seus dois projetos comerciais.

2) Características das instituições: Os choques institucionais entre a Companhia das Índias Ocidentais e os insurretos.

Segundo nosso entendimento, tanto a empresa responsável pela ocupação do nordeste quanto os senhores de engenho são instituições. Ambas disputavam a manutenção (caso da CIO) ou a retomada (caso dos senhores) do poder e tentavam ,de alguma forma, garantir seus espaços no território nordestino. Essas duas instituições se encontravam pela rivalidade ou pela negociação na cessão de espaços e ações. Ambas procuravam marcar suas posições, ainda que em tese apenas uma, a Companhia das Índias Ocidentais, controlasse o território.

Para que possamos entender a dinâmica das instituições, principalmente na obra de Manoel Calado e no contexto do Brasil Holandês, faz-se necessário olharmos para algumas das características da instituição. Contudo, não abrimos mão daquilo que Mary Douglas afirma sobre a instituição que se constitui em “um agrupamento social legitimado” (DOUGLAS, 1998, p. 58). Entendemos que os agrupamentos sociais podem se organizar de maneira oficial e formal, com uma constituição ou com uma ata de fundação. Mas também entendemos que os agrupamentos sociais também podem se organizar mediante um discurso fundador e uma posição que influencia seu meio social.

Enxergamos tanto a CIO quanto os insurretos como dois agrupamentos sociais legitimados formados sob diferentes aspectos, mas semelhantes nos seguintes pilares institucionais: funcionalidade, aceitação (limites) e contradição.

a) Funcionalidade das instituições.

Segundo Castoriadis (2008), a partir do momento que a sociedade se organiza, a instituição já está ali e a sua ocorrência vem para cumprir determinadas exigências que são oriundas de uma causa específica. No entanto, a partir do momento que ela deixa de cumprir esse papel, isto é, sua funcionalidade, a instituição deixa de existir.

No cuestionamos la visión funcionalista en la medida en que llama nuestra atención sobre el hecho evidente, pero capital, de que las instituciones cumplen unas funciones vitales, sin las cuales la existencia de una sociedad es inconcebible. Pero sí la cuestionamos en la medida en que pretende que las sociedades se reduzcan a esto, y que son perfectamente comprensibles a partir de este papel. (CASTORIADIS, 2008, p. 127)

A funcionalidade da instituição, como nos é apresentada por Castoriadis, foi analisada anteriormente por outros historiadores e sociólogos. Norbert Elias, em *O Processo Civilizador*, analisa como que os costumes e as lideranças modernas passaram pelo processo de terem (ou desempenharem) uma função para serem introduzidos ou de perderem suas

funções para serem esquecidos. Para Menezes (2005), foi Elias que abriu um novo caminho para se recolocar a questão histórica, ou seja, o ato de esclarecer as razões por que mudam as instituições. Tocqueville, em *O Antigo Regime e a Revolução*, analisa como as instituições do Antigo Regime perderam suas funções ao ponto de terem provocado a queda do seu edifício por meio de uma revolução.

A análise de Castoriadis nos permite enxergar as instituições como portadoras de discursos que visam satisfazer necessidades dos grupos que as introjetaram. A função de satisfazer os grupos é um dos pilares encontrado nas obras de Elias e Tocqueville. Concomitantemente, vemos que o princípio da funcionalidade é aplicável às instituições do Brasil Holandês.

Mary Douglas em, *Como as Instituições Pensam*, cita David Lewis, médico polonês dos séculos XIX e XX e estudioso das relações internas dos grupos, que afirmava que a instituição, no mínimo, não passa de uma convenção. Para a autora, a definição de Lewis é esclarecedora uma vez que a convenção surge quando todos os lados têm um interesse comum na existência de uma regra que assegure a coordenação ou quando nenhum deles apresenta interesses conflitantes e quando nenhum deles se desviará, a menos que a desejada coordenação se tenha perdido.

Segundo Douglas (1998), a apropriação de uma instituição constitui um processo intelectual, econômico e político. Isso se dá através do enfoque nas coisas mais elementares da sociedade, emergindo uma fonte de legitimidade.

Entretanto, Douglas coloca limites à definição de sociedade e instituição. Para a autora, é preciso que exista no interior da instituição algo que traga identidade a seus membros. Assim diz Douglas (1998):

Não é qualquer ônibus lotado ou ajuntamento aleatório de pessoas que merece o nome de sociedade. É preciso que entre seus membros exista algum pensamento e algum sentimento que se assemelhem [...] A existência

legal, entretanto, não basta. Os pressupostos legais não atribuem vezes emocionais ao grupo que se associa. Somente pelo fato de ser legalmente constituído não se pode dizer que um grupo "comporta-se" e muito menos que ele pensa ou sinta. (DOUGLAS, 1998, pg. 19)

Embora alguns possam ver a ação dos insurretos como um movimento (ou um “ônibus qualquer” como diz Douglas), não o vemos assim. Havia no interior dos insurretos uma identidade, um pensamento e um sentimento que os aglutinava.

De um lado, os senhores de engenho utilizavam o argumento da fé e da honra do Império Português como ferramentas propiciadoras de uma unidade entre os luso-brasileiros. Nesse sentido, cabe enxergar como que negros e índios foram persuadidos a batalhar lado a lado com os senhores de engenho, ainda que as diferenças entre os grupos fosse algo visível.

Para Calado (1942) Henrique Dias e Felipe Camarão, representantes dos escravos e dos índios respectivamente, foram inseridos como defensores do nordeste ao ponto de serem vistos como homens de virtude por possuírem uma fé maior que suas condições de “gentios” e por serem leais à Coroa Lusitana. Isso só foi possível mediante a atitude de tomarem armas em punho e combaterem em favor da insurreição.

Não questionamos os valores de fé desses elementos, no entanto tanto senhores de engenho quanto os demais estratos tinham suas necessidades e viam na aliança a melhor estratégia para enfrentarem um inimigo comum, ainda que suas posições e seus interesses fossem antagônicos³⁴.

Douglas utiliza uma interessante citação de Ludwik Fleck para demonstrar como a ideia de coletividade funciona para eliminar a ação do indivíduo. Assim diz a autora:

³⁴ A partir de 1636, os holandeses iniciaram o tráfico de escravos nos mesmos moldes realizados pelos portugueses: grandes embarcações com um considerável contingente de africanos. No entanto, o tráfico realizado pelos holandeses se mostrou pior que o praticado pelos lusitanos, visto que as perdas com mortos na travessia oceânica eram maiores e mais constantes do que os verificados nas embarcações portuguesas. Ao mesmo tempo, os brasileiros (índios da nação Tupi) eram rivais da nação Tapuia, aliada dos holandeses desde a ocupação. Esse dois fatores contribuíram para que negros e tupis se aliassem aos senhores luso-brasileiros.

O indivíduo, no contexto do coletivo, nunca, ou quase nunca, tem consciência do estilo de pensamento predominante que, quase sempre, exerce uma força absolutamente compulsiva sobre seu pensamento, e com o qual não é possível discordar (FLECK, *apud* DOUGLAS, 1935, p. 41)

Poderíamos ver em tal citação, algo que limitaria e controlaria a cognição individual com tamanho rigor que excluiria a comunicação transcultural. Em síntese, quando as instituições operam classificação seus membros perdem suas independências.

Mary Douglas (1998) continua a discussão dando um caráter de “onipotência e onipresença” à ação da instituição sobre os seus membros. Para a autora, o rótulo e a classificação que a instituição opera, contribuem para que a mesma delimite suas próprias fronteiras. Ao fazer isso, a instituição afeta todos os níveis inferiores de pensamento de tal modo que as pessoas se dão conta de suas próprias identidades e classificam umas às outras por meio da afiliação à comunidade. Contudo, a presença tão próxima da instituição sobre seus membros só se daria mediante a ação de uma elite que atuasse como um gerente.

Segundo Douglas (1998), Fleck entendia que uma elite interna, de iniciados hierarquizados, existe no centro, ao passo que a massa se localiza nas bordas. Essa classificação da instituição como se fosse uma célula, era a razão para Fleck dividir o pensamento dos membros da instituição em muitos universos, o qual, aquele que está no centro ou nas bordas pratica a interceptação, a separação e a fusão. Essas ações, quando praticadas de maneira “natural” (grifo nosso), seria um dos aspectos do caráter heterogêneo da instituição.

O acordo sobre as categorias básicas do discurso e dos membros permite que a função da instituição se dê por meio de uma identidade entre seus membros. Essa relação se dá, pois reconhecer um grupo envolve estabelecer fronteiras. Isso se aplica ao reconhecimento entre membros de um agrupamento, fator que leva a consolidação de uma identidade. Logo, a funcionalidade da instituição é o fator que leva a uma identidade.

Assim, as instituições precisam ser estabelecidas por meio de um aparato cognitivo, de modo que para o discurso ser possível, é preciso que se chegue a um acordo sobre as categorias básicas do mesmo, isto é, no que ou como o discurso se enquadra.

b) O teste da aceitação

Além da necessidade de expressar sua funcionalidade, a instituição precisa ser aceita por quem a instituiu. Segundo Castoriadis (2008), para uma instituição ser introjetada, ela precisa passar pelo teste da aceitação dos indivíduos que ela julga ser representante. Essa aceitação ocorreria por meio de práticas e convívios que visam satisfazer e impor normas aos grupos que ela afirma representar.

Primordialmente, para que esse aceite ocorra, é necessário que ocorram duas condições básicas: agente histórico e momento histórico. Não teria razão a existência de uma instituição em um cenário que sua criação não seja necessária. Ela nasceria sem sentido e certamente teria um período curto de sobrevivência.

No caso do Brasil-Holandês, tanto a CIO quanto os insurretos foram instituídos em meio às condições de agentes e momentos históricos específicos. A empresa holandesa foi criada em um contexto no qual a Coroa de Castela havia fechado os portos da América Portuguesa aos mercadores holandeses. Temos assim um momento histórico, caracterizado pela rivalidade entre os holandeses e castelhanos que atingia aos mercadores holandeses, os agentes históricos.

Já os insurretos foram instituídos em meio a um contexto de perda do território, dos privilégios e da liberdade religiosa. A ausência dessas condições atingia senhores de engenho, católicos e moradores locais, em um momento histórico caracterizado pela carência de um monarca na Coroa Lusitana, pelo crescimento da produção açucareira, pela sobretaxação das mercadorias pelos holandeses, pelos maus tratos atribuídos aos dominadores, pela

predominância do calvinismo e pela queda do prestígio político dos senhores. Tais perdas propiciaram a formação organizada dos insurretos.

Para Deleuze (1991), a instituição é um modo de procedimento que vem satisfazer algum desejo de maneira organizada. Ou seja, a instituição tem suas normas e práticas que visam a legalizá-la e mapeá-la dentro de um contexto que seus limites (entrada, permanência e saída de membros) são demarcados ou estão em processo de demarcação.

Evidentemente, não é “apenas” a força do discurso que dá à instituição a sua estrutura. Na verdade, ela é introjetada pela prática desse discurso. Isso está diretamente relacionado com o poder que o discurso formado é capaz de produzir nos receptores. Em contrapartida, à medida que a instituição não faz na prática aquilo que a fez ser instituída, ela paulatinamente tende a desaparecer. Logo, a instituição precisa cumprir sua função para que exista e tenha uma longa duração. Entretanto, muitas das vezes, o discurso e a sua prática oscilam na tentativa de garantir a sobrevivência da instituição.

Mais uma vez, relembremos clássicos como Tocqueville que anunciou a queda do Antigo Regime em virtude do sistema não satisfazer as necessidades ou explicar os questionamentos que a sociedade de então possuía. Contudo, após a queda do absolutismo muitos elementos do Antigo Regime ressurgiram como uma maneira de fazer a revolução sobreviver³⁵.

No caso da Companhia das Índias Ocidentais, a oscilação da prática do discurso foi algo que a acompanhou em seus vinte e quatro anos de domínio sobre o Brasil Holandês. Sempre que havia situações de risco à existência da empresa no nordeste, ela tomava posturas contrárias ao seu discurso fundador. A responsabilidade de levar lucros aos seus acionistas era o que motivava, em certos momentos, a tomar medidas que justificasse para os acionistas (e não para habitantes do nordeste ou funcionários da empresa) a existência daquela empresa no

³⁵TOCQUEVILLE, 1997.

nordeste. Um dos exemplos para isso era a questão da escravidão que, à princípio, era tratada com repugnância pelas autoridades da CIO, mas que lentamente tornou-se aceita em razão da necessidade da mão de obra e ao grande lucro que trazia para a endividada companhia. Outro exemplo teria sido a determinação de 1637 que proibia o culto católico em solos nordestinos, sendo que no discurso fundador a liberdade de consciência era uma das prerrogativas da companhia.

c) As instituições e suas contradições

A funcionalidade e a aceitação de uma instituição não são suficientes para garantir a perduração da instituição. O discurso, a identidade, as normas e as práticas de uma instituição não querem dizer que a mesma possui um caráter homogêneo, visto que cada instituição propõe determinados tipos de ações que podem não corresponder às atitudes de seus indivíduos. Tal afirmação se dá visto que o conflito é necessário para a própria manutenção da instituição

Segundo René Lourau (1995), a instituição é criada com força, universalidade e contradição e, embora pareça estranho afirmar que a contradição, é importante para a existência de uma estrutura. Ela colabora para o prolongamento da vida da instituição. Isso se dá pois a instituição precisa ser capaz de se moldar às vicissitudes internas e incorporar elementos visando sua unidade e continuidade, ainda que esses elementos não impliquem em uniformidade.

Isso ocorre porque nenhuma instituição é homogênea. Ainda que ela tenha uma fala oficial, ela é composta por diferentes vozes dentro de sua estrutura. No estudo dessas duas instituições do Brasil Holandês, constatamos isso como uma realidade. No campo dos insurgentes, liderado pelos senhores de engenho, a defesa da fé e do Estado era um elo, ainda que muitos desses membros destoassem quanto suas motivações de estarem em combate.

O mesmo se dava na CIO que, fundada por belgas calvinistas, era composta por judeus, protestante e católicos de outras partes, como franceses e italianos. Além da composição multireligiosa de seus membros, a empresa também agregava interesses múltiplos em virtude de seu quadro ser composto por membros de províncias que disputavam o controle das ações da companhia (veremos isso com maior profundidade logo mais).

Para Castoriadis (2008), o antagonismo faz com que a sociedade consiga se instituir. Enquanto a coesão visa trazer a identidade, o antagonismo visa trazer senso de organização, agregando grupos e dando significados a eles.

Abaixo, veremos como que as estruturas de uma instituição, aqui apresentadas, podem ser encontradas entre os insurretos e a Companhia das Índias Ocidentais.

d) Os Insurretos.

Os senhores de engenho, outrora detentores da força social, econômica e política, exerciam a liderança do grupo dos insurretos. A autoridade destes senhores era reconhecida pela Coroa Lusitana (reduzida ao domínio de Castela) e pela Igreja. A outorga desse privilégio lhes conferia liberdade para utilizarem discursos e praticarem ações pertencentes ao Estado e à Igreja.

O poder desses senhores era configurado não apenas pelo grande capital que possuíam, mas também pela representação de fé que tinham. O legado do padroado português era um dos elementos que dava a esses senhores poderes e autoridade para conduzir o processo de insurreição.³⁶

³⁶A iniciativa da Coroa Portuguesa em ocupar a América Portuguesa a partir de 1530, foi acompanhada do braço da Igreja. Cabia aos reis portugueses, com a permissão do Papa, agirem como patronos e protetores da Igreja no Novo Mundo. Dentre outras coisas, era de responsabilidade dos “reis patronos e protetores” o envio e a sustentação de missionários e padres para as terras descobertas. Assim, era comum a interferência da política monarquista na esfera religiosa. Já no período insurrecional, vemos que o papel, outrora desempenhado pela Coroa Portuguesa, passou a

Escrevendo sobre os senhores de engenho em a *Revisão do Paraíso*, Mary del Priore procura analisar como que a autoridade, o respeito e a ação eram irradiados por meio desse homens. Assim diz Priore:

No centro de sua família, o senhor de engenho devia irradiar autoridade, respeito e ação. Sob seu comando dobravam-se filhos, parentes pobres, irmãos, bastardos, afilhados, agregados e escravos. Uma esposa, na maior parte das vezes bem mais jovem, movia-se à sua sombra (PRIORE, 1999, pg 24).

Sobre a influência que o senhor de engenho exercia sobre a vida econômica e social da colônia, assim diz Priore:

Nos verdes campos de cana, um exército aguardava instruções. As ordens do senhor de engenho eram distribuídas entre barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Dentre os seus imediatos destacavam-se o mestre de açúcar, o purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores de partido de cana e de roças, um feitor-mor do engenho. Como nessas épocas não se desprezava o espírito, um “circunspecto” capelão cuidava das coisas da alma. (PRIORE, 1999, p. 25)

Em outro ponto, Priore nos mostra o quanto a figura do senhor poderia ser ambígua e o quanto isso refletiria nos demais elementos da sociedade.

Os senhores deveriam também dar bom exemplo aos seus escravos. Porque não bastariam palavras. O que viam em seus olhos, lhes ficava marcado na alma. A causa da vida escandalosa dos escravos era fruto do mau exemplo de seus senhores. Eis porque blasfemavam, faltavam à missa, matavam seus semelhantes e viviam em concubinato! O exemplo dos senhores era muito grave por escandalizar o escravo, impedindo-o para o pecado, seja por admitir entre eles o pecado, seja mesmo por forçá-los ao pecado [...]. Ele era Deus e o Diabo ao mesmo tempo. (PRIORE, 1999, p. 26)

Por fim, Priore não deixa de mencionar o poder adquirido pelos senhores nas câmaras e como eles as usavam para a manutenção dos privilégios.

Por outro lado, ao longo do século XVII, senhores de engenho no Nordeste haviam ocupado os postos de comando nas Câmaras e suas ações arbitrárias caíam sob as costas de arrendatários, meeiros e lavradores, interferindo na qualidade do julgamento e das ações que corriam no foro da Relação. Os casamentos dentro de um pequeno grupo de famílias permitia que essas

ser exercido pelos senhores de engenho que mantinham ou expulsavam religiosos, além de sustentarem e erigirem capelas e Igrejas para o ofício dos religiosos próximos a eles.

ocupassem postos nas câmaras em rodízio, aumentando sensivelmente sua ação (PRIORE, 1999, p. 29)

Em um período posterior, mas curto, a reforma religiosa e a contra reforma, a ocupação holandesa não veio apenas para tirar dos senhores a primazia financeira, mas também refletiu como um choque à posição de portadores de um ideal cristão, tão pertinente a luso-brasileiros, senhores em especial. Assim, quando a insurreição foi iniciada, o abalo da fé católica foi uma ferramenta utilizada pelos líderes locais para trazer unidade aos insurretos, mesmo que aquele grupo fosse composto pelos diversos estratos sociais.

Inicialmente, a obra de Calado pode ser vista como uma oposição aos princípios calvinistas da empresa holandesa. Mas se ampliarmos a análise e a ela incorporarmos o contexto, o momento vivido pelo autor (a insurreição local), podemos observar o modo pelo qual Calado busca expor o posicionamento dos moradores locais frente aos dominadores.

Uma parcela considerável desses moradores se opunha aos batavos em virtude de distinções religiosas. No entanto, outra parcela (uma minoria que dispunha de recursos) se posicionava contrária aos dominadores em virtude da perda dos privilégios que outrora desfrutavam, ainda que essa minoria também compartilhasse de princípios religiosos da maioria. Foi essa minoria que exerceu a liderança no movimento e buscou se alinhar à população com base em algo que os unia, isto é, a fé católica.

Embora a fé fosse uma justificativa para o levante dos insurretos, havia outras motivações que levaram ao surgimento de uma insurreição organizada. Segundo Neme (1971), para os senhores de engenho, os homens bons, a nova ordem representava uma ameaça aos privilégios, às liberdades. Mais! Era uma ameaça à ascendência política e aos anseios de elevação na escala social, como a fidalguia e nobreza.

Ao mesmo tempo, outros estratos eram motivados pelos possíveis resultados das conquistas que a luta contra o inimigo proporcionaria. Enquanto muitos senhores combatiam pela manutenção de suas posses e pela recuperação de prestígio sócio político, negros lutavam

por liberdade, católicos por razões religiosas e outros moradores em virtude da opressão estrangeira. Havia também os casos dos que combatiam por honra e ,quando falamos em honra no Império Português do XVII, estamos falando em títulos de fidalguia, algo muito desejado pela população do Império Português, seja no nordeste, em Goa ou em Lisboa.

A busca pela honra dava-se principalmente entre índios e negros. Enquanto uns lutavam para conseguirem alforria, outros lutavam por uma honra inimaginável para um grupo que vivia à margem da sociedade colonial. A honra em questão era a comenda da Ordem de Cristo, criada em 1319, pelo monarca Dom Dinis e considerada o maior título de nobreza que um cidadão lusitano poderia ter. Receber essa honraria era uma conquista restrita a poucos, visto que o indivíduo, além de provar fidelidade à Igreja e ao rei de Portugal, deveria provar ascendência nobre e sangue puro, ou seja, ser um nobre.

Frei Francisco Brandão, cronista lusitano do século XVII e contemporâneo do Brasil Holandês, tece o seguinte comentário sobre o imaginário lusitano diante da Ordem de Cristo.

[...] em todas as partes do mundo se tinha em seu tempo satisfeito à obrigação de notificar o valor do sangue de Cristo, se não é que alludia a primeira pregação dos apóstolos. Quanto nesta parte foram pontuais os portugueses, está bem patente aos olhos do mundo, a quem elles com seus descobrimentos, e conquistas em toda a redondeza do globo derão perfeito conhecimento delle mesmo [...]Mas esta benção de dilatar a Fé, e ampliala, parece que reservou Deus para a Cavalaria da Ordem de Cristo, debaixo de cuja bandeira foram propiciadas as conquistas, e aperfeiçoadas de Occidente a Oriente, e de Norte a Sul. (BRANDÃO, 1980, p. 300)

Dentre os insurretos que ganharam as comendas de Cristo, Calado cita o indígena Filipe Camarão e o negro Henrique Dias. O clérigo afirma que ambos receberam a comenda, pois eles teriam se apresentado aos líderes (os luso-brasileiros) desde os primeiros conflitos entre holandeses e luso-brasileiros, demonstrando fidelidade à Coroa Portuguesa e a Cristo. Calado (1942) afirma que após a decisão de Camarão e Dias, ocorreu a incorporação de outros negros e índios às fileiras defensivas mediante a liderança desses dois representantes dos marginalizados sociais.

O fato em questão é que a “guerra brasílica”, nome dado à prática de combate adotada pelos defensores do nordeste e caracterizada pelas táticas de emboscadas ao invés do confronto direto, “uniu” e deu sentido de igualdade – ao menos em um curto tempo – a elementos dos mais variados grupos.

Como vimos e veremos mais adiante, a aliança entre os diversos personagens os levaram a assimilar um discurso único, mesmo que intimamente os grupos se diferenciasssem quanto aos motivos que os animava à luta. Embora Calado não ignorasse que a vitória sobre os holandeses traria resultados específicos que agradariam aos diversos estratos representados, o clérigo acabava valorizando a postura adotada e não a motivação ou a devoção. Para Calado (1942) quem assumisse uma postura ofensiva em relação ao invasor, seria honrado e constantemente lembrado. Não importava se o morador local não cumprisse com as determinações estabelecidas pela fé professada, mas importava que postura ele assumisse frente ao invasor. Isso seria o termômetro que mediria a lealdade do morador.

Tal termômetro já aparece nas primeiras páginas da obra de Calado. Ao falar de como se deu a postura dos líderes e da população local diante da invasão holandesa, Calado faz uma menção a determinado seguimento dos senhores de engenho: *os barrigas inchadas*. Assim diz Calado:

Acudiu Matias de Albuquerque a lhe [o inimigo] impedir o desembarcar, ou ter com ele encontro no caminho, e suposto que levava consigo uma luzida tropa de gente, entre os valorosos, e honrados que o acompanharam com grande ânimo de defender a terra, iam outros ricos, e de inchadas barrigas, que como não estavam acostumados a morrer, tudo era inconvenientes a tal determinação, e persuadiram ao General, que não tivesse encontro com o inimigo no caminho, nem na praia, senão na vila, aonde tinham seus repareos, e trincheiras; e isto diziam a gritos, porque como na vila lhe ficavam suas mulheres, e filhos e riquezas, queriam pô-las em salvo,[...] (CALADO, 1942, p. 25)

e) A Companhia das Índias Ocidentais

Segundo Neme (1971), a Companhia das Índias Ocidentais, através do “*Regimento do governo das praças conquistadas ou que foram conquistadas nas Índias Ocidentais*”,

ordenava que toda autoridade fosse delegada a conselheiros políticos, indivíduos autorizados a fazer ordenanças ou leis que seriam aprovadas ou não pela Assembleia dos XIX, órgão máximo da empresa holandesa.

Esta assembleia (ou Conselho) era sustentada por interesses particulares de acionistas que escolhiam os diretores da empresa. A existência desse órgão, como os demais de importância menor, ordenava as diversas hierarquias da companhia de comércio. Os diversos órgãos criados faziam parte de uma rede que formava a CIO e dava a essa seu caráter heterogêneo.

A estrutura da Companhia das Índias Ocidentais também comportava o Conselho Político, órgão dividido internamente entre o Conselho de Guerra e o Conselho de Marinha. Posteriormente, em 1636, tal Conselho também comportou o Conselho Eclesiástico.

Segundo Boxer (1961), o Conselho Eclesiástico (subordinado ao Conselho Político) que era de orientação calvinista, aos poucos foi tomando medidas para erradicar a presença do clero católico em solos pertencentes à Companhia das Índias Ocidentais. Um exemplo disso, foi a medida que fechava os estabelecimentos jesuíticos e o edital que ordenava a expulsão de todos os clérigos encontrados na região ocupada. A alegação utilizada era que as ordens religiosas, principalmente os jesuítas, poderiam ser defensoras da Coroa de Castela. Mello Neto (1947) nos informa que tal atitude interferiu na vida da população, já que quem apoiasse ou tivesse alguma relação com jesuítas tinha seus bens e suas propriedades confiscadas. A questão é que tal medida desagradava à população local por quebrar a promessa feita pelos conquistadores de garantir a liberdade de manifestação religiosa.

Como afirmado anteriormente, a CIO era uma empresa heterogênea. O Conselho dos XIX era composto por membros das diferentes câmaras provinciais que formavam a CIO (Amsterdã, Middelburgo, Rotterdam, Hoorn e Groeninga). De acordo com o capital empregado na empresa, estas câmaras dispunham de oito, quatro, dois, dois e dois

representantes, respectivamente, sendo que o último representante era nomeado pelos Estados Gerais.

Para Watjen (1938), essas divisões internas eram oriundas dos distintos posicionamentos religiosos, políticos e econômicos das províncias que os conselheiros representavam. Tal composição do Conselho dos XIX refletia-se na administração no Recife. A participação das províncias não se limitava apenas à formação da companhia, mas também estava presente no incentivo financeiro, no envio de tropas e munições e no aparelho logístico, isto é, no transporte marítimo. Tal transporte era feito de modo rotativo, de forma tal que cada província se revezava no envio de navios, materiais e homens para o Recife.

Vista por Sérgio Buarque de Holanda (1975) como uma empresa metódica, a CIO enfrentou adversidades que não esperava. A inflação e a falta de materiais ocorreram diversas vezes ao longo do seu domínio no nordeste brasileiro; do início ao fim da conquista. Em 1631 (período inicial da conquista), a CIO já passava por problemas de planejamento com carestia e baixa quantidade de homens e equipamentos. Ao longo dos anos, a fragilidade econômica foi se aprofundando a ponto de levar ao esvaziamento de seus armazéns. Segundo Netscher (1942), a situação era tão insustentável que no ano de 1636 a companhia já apresentava um déficit de 18 milhões de florins³⁷.

³⁷ Netscher afirma a existência desse déficit, mas não informa sua origem. Podemos entender tal déficit por dois modos: o primeiro seria a possibilidade da empresa ter recorrido a empréstimos, o segundo poderia ser feito a partir de uma base de cálculo da companhia pondo na balança a renda investida na conquista e na resposta que o a região nordestina daria a companhia, isto é, a diferença do passivo e do ativo. Na lista abaixo, divulgada por Watjen, vemos o quão custoso foi o sustento do plano Brasil – Holandês. Percebemos que os anos de maiores envios, de 1628 a 1636, correspondem às apreensões de embarcações castelhanas no Caribe, em 1628 e 1629; à investida inicial da conquista, entre os anos de 1630 a 1633; e por fim, entre 1634 a 1636, ao envio de embarcações e homens para evitar a perda do território dominado em um momento que as forças locais, circunscritas ao Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, impediam a consolidação da conquista holandesa.

Ano	Navios	Homens
1623	32	2712

Os problemas financeiros vinculavam-se à longa guerra travada na América. Segundo Barléu (1974), a companhia esperava conquistar o território rapidamente e, para isso, fizeram um orçamento e investiram no que seria necessário para ocupar o território. Contudo, a resistência dos habitantes no nordeste tornou o processo de ocupação lento e mais caro.

A resistência local fez com que os investimentos para a conquista fossem insuficientes face à necessidade de suprir a perda de homens e de equipamentos. Com a ocorrência das lutas entre holandeses e locais, os engenhos ficaram parados e não produziam os lucros esperados pela companhia. Assim, a mesma foi obrigada a recorrer a outros meios (como por exemplo, o empréstimo de acionistas, de bancos e dos Estados Gerais) para reaparelhar sua frota e seus homens, deixando para segundo plano os cuidados básicos com seus funcionários.

A inflação e as baixas militares não ocorriam apenas em razão da ofensiva local, mas também pelas dificuldades internas da CIO. Províncias que se revezavam para o envio de soldados, navios, armas e homens, enfrentavam crises que acarretavam na vinda de navios com poucos em alimentos, armas e soldados. Ao mesmo tempo, essa situação também gerava insubordinação, visto que muitos funcionários que para cá vinham, tinham que se submeter a líderes de províncias diferentes das deles.

1624	29	2394
1625	56	5569
1626	34	2684
1627	43	2425
1628	84	7721
1629	102	12173
1630	61	4984
1631	72	5344
1632	49	3425
1633	59	4038
1634	63	6609
1635	48	2424
1636	74	4509
TOTAL	806	67.010

(WATJEN, 1938, p. 146)

Os altos preços não eram restritos aos funcionários da empresa, também atingia aos luso-brasileiros. Calado, quando narra as disputas iniciais entre luso-brasileiros e holandeses, cita que as dificuldades no Arraial do Bom Jesus eram tantas que muitos desejavam abandonar a luta contra os holandeses e voltar para suas estâncias, aceitando o jugo do invasor.

Além da composição socioeconômica diversa, a CIO era composta por elementos que professavam crenças diferentes. Ainda que tenha sido formada por calvinistas, que viam na ocupação uma alternativa de propagar sua fé no Novo Mundo, a CIO tinha entre seus funcionários e clientes calvinistas, católicos e judeus, que ocasionalmente entravam em choque por razões religiosas.

- **Os funcionários da CIO.**

De acordo com Calado (1942), além do abalo em ver o território conquistado por outro Estado e com outra religião oficial, uma das razões que conduziram os moradores de Pernambuco a se organizarem e se rebelarem contra os holandeses, foi, entre outros, o não cumprimento de promessas feitas pela empresa assim que ocupou o território, como a liberdade religiosa. Outros fatores que contribuíram para a revolta, foram as ações praticadas por funcionários da Companhia das Índias Ocidentais.

A demora em conquistar todo o território, associada aos gastos na manutenção da guerra e à queima de canaviais e engenhos, por senhores que fugiram, trouxe à empresa revezes que a mesma não esperava. Tais acontecimentos fizeram com que o caixa de 28 milhões de florins fosse insuficiente. Em 1636, a CIO apresentava um déficit de 18 milhões de florins, ou seja, um investimento de 46 milhões de florins em 6 anos que não apresentava retorno.

A dificuldade financeira da empresa teve reflexos imediatos sobre seus funcionários, causando atraso de salários e carestia. Tais transtornos fizeram com que muitos funcionários praticassem roubos e subornassem moradores como uma maneira de suprir suas necessidades.

Entre os soldados, tornou-se costumeira a ida às casas de moradores com o intuito de saqueá-las. Nessas visitas, não era incomum o abuso sexual de filhas e esposas dos moradores, além da quebra das imagens de santos. Calado (1942), também atribuía aos soldados holandeses a invenção de acusações contra os luso-brasileiros no intuito de extorqui-los.

Digna de desconfiança é essa afirmação do clérigo lusitano. Contudo, encontramos do lado holandês documentos que criticavam o papel exercido pelos soldados e funcionários da administração holandesa no Recife. Segundo Moreau (1979), era comum soldados jogarem armas nas casas dos moradores no intuito de incriminá-los perante o Conselho Secreto, visto que desde 1637 a posse de armas era proibida aos lusitanos e a acusação poderia levar à prisão e à morte. Temendo o castigo, muitos senhores pagavam aos soldados da CIO para se livrarem de acusações infundadas.

Em razão disso, Nassau encontrou dificuldade em harmonizar os interesses entre lavradores e moradores portugueses com os dos invasores holandeses. Segundo Mello Neto (1947), para resolver tal situação, Nassau aumentou o soldo da guarnição para mantê-la bem alimentada e aguerrida, evitando assim que os soldados assaltassem os moradores. Para Watjen (1938), o conde procurou restabelecer a disciplina, mandando para a Holanda os estrangeiros mais perigosos, a fim de deixar os portugueses em igualdade com os súditos das Províncias Unidas. Por fim, Calado (1942) afirma que nos casos mais graves praticados, como estupro e assassinatos, Nassau ordenava a morte como sentença³⁸.

³⁸ Essa afirmação de Calado é alvo de críticas de Mário Neme. Segundo Neme (1971), Calado e a historiografia do Brasil-Holandês supervalorizou a figura de Nassau. De acordo com Neme (1971), embora Nassau fosse o governador do Brasil-Holandês, não competia ao conde interferir na esfera

Ainda assim, Nassau não conseguiu extinguir esse tipo de problema que rotineiramente era motivo de insatisfação da população. Para Calado (1942) muitos casos não chegavam ao conhecimento de Nassau, pois a máquina administrativa estava tão corrompida que muitos superiores abafavam as denúncias feitas contra os inferiores em troca de dinheiro. Em casos como esses, a salvação para os moradores era a atuação do clérigo português que denunciava a Nassau práticas errantes dos funcionários da CIO contra os moradores.

No maior rigor desta tribulação acudiu Deus com sua piedade ao desamparo dos inocentes por meio de um escravo crioulo, o qual sendo solicitado por os flamengos a que fosse acusar a seu senhor, e havendo-lhe mostrado o lugar aonde tinham escondidas duas espadas e dous mosquetes, qual em ouvido isto foi buscar ao Padre Frei Manoel do Salvador à sua casa, tremendo como varas verdes, e lhe declarou ao que vinha, pedindo-lhe que o remediasse, e lhe valesse naquela agonia e tribulação; êle se partiu logo com o dito homem à casa do Príncipe, e lhe contou tudo o que se passava, e lhe estranhou muito aquela crueldade, e maldade nunca vista nos antigos tiranos, e lhe disse que si esta crueldade ia por diante, e não se atalhava, os moradores de desesperados tinham tomado resolução de despovoar a terra, e si lh'o impedissem à morrer pelejando; pois melhor era morrer, com as armas nas mãos (pois no Brasil em dous dias se faziam muitos mil arcos, e flechas) do que morrer a mãos de uma tirania, rebuçada com capa de virtude, e paliada com razões de Estado. Mandou o Príncipe vir o crioulo, e tanto que o ouviu, mandou ao lugar aonde lhe disse que estavam as armas escondidas, e achando-as, mandou prender aos dous Flamengos, os quais confessando sua maldade nos tormentos, foram enforcados; e com isto tão grande maldade. (CALADO, 1948, p. 151)

f) As estruturas da Companhia das Índias Ocidentais: escabinos e eclesiásticos.

- **Escabinos**

Com a rendição do Arraial do Bom Jesus, em 1637, a Companhia das Índias Ocidentais subjugava Pernambuco em definitivo. Entretanto, o gasto com a conquista e as rivalidades internas levou a CIO a repensar a maneira de administrar o Brasil - Holandês.

A falta de unidade no governo fez surgir na metrópole a ideia de modificarem o sistema de governo adotado até então na Nova Holanda. O modelo de gerência era a da justiça, visto que essa estrutura tinha recebido autonomia do Conselho dos XIX. De qualquer maneira, podemos afirmar que após analisar as *Nótulas Diárias*, documentos redigidos nas Câmaras dos Escabinos, não encontramos nenhuma referência à morte de soldados ou funcionários holandeses acusados de estupro ou assassinato.

concentração do poder nas mãos de três autoridades que formariam o Supremo Conselho Político. Cada um seria responsável por uma área específica (militar, administrativa e política). As diferenças entre esses indivíduos e a forma como lideravam os funcionários da empresa eram obstáculos ao melhor governo da companhia no nordeste.

O novo modelo a ser posto em prática seria a concentração de toda a autoridade política nas mãos de um chefe de prestígio: João Mauricio de Nassau. Com Nassau, a empresa centralizou o poder administrativo na Nova Holanda.

A mudança para um governador foi apenas uma das muitas tentativas da CIO de adequar sua administração às circunstâncias locais. Segundo Neme (1971), inicialmente o governador era um coronel comandante das tropas de terra, mas com poderes limitados pelo Conselho Político (tal instituição também direcionava os movimentos da campanha de ocupação). Visto como uma figura de poder e prestígio, ainda que limitado, o governador também trabalharia para presidir os tribunais de guerra e julgar delitos.

Para Boxer (1961), a necessidade de eliminar insubordinações de subalternos, eliminar os focos resistentes e continuar conquistando territórios foi o que levou a CIO a tomar tal decisão. Ao centralizar o poder em uma figura de respeito, autoridade e influente, a CIO não apenas mudou a forma de governo, como também mexeu com as estruturas empregadas.

O Conselho Político, antes um limitador de poder, teve suas atribuições reduzidas administrativamente, porém ainda tinha exclusividade nas funções judiciárias. A importância do conselho foi substituída pelo Supremo Conselho Secreto. Formado por três diretores que deveriam agir como cooperadores e substitutos do governador em sua ausência³⁹.

Contudo, a maior inovação introduzida no período holandês foi a Câmara dos Escabinos. Semelhante às câmaras dos vereadores da Nova – Lusitânia, a Câmara dos

³⁹Sediado no Recife, o Conselho Político funcionava como última esfera jurídica do Brasil – Holandês. Era nele que podia se revogar de decisões tomadas pelos escabinos

Escabinos foi criada para comportar administradores próprios em províncias locais no intuito de consolidar o domínio nas possessões. No interior da Câmara dos Escabinos, os membros eram divididos entre lusitanos e holandeses, de modo a legalizar o domínio ante os senhores de engenho e oferecer vantagens para os antigos dominadores (ainda que, por diversas situações, a presença dos portugueses nas reuniões dessas câmaras fosse sempre prejudicada por algum evento fortuito, como por exemplo, cuidar dos interesses das áreas produtivas)

Com a ocorrência da Câmara dos Escabinos, a CIO concluiu seu modelo hierárquico e complexo de administração. O centralismo do governador era rodeado por dois elementos: um de domínio e outro de submissão. O primeiro era o Conselho dos XIX, que formado por 19 diretores (ricos) e tendo o Príncipe de Orange como chefe, tinha a função de organizar a logística e a contabilidade da CIO, além de coordenar as ações do governador. O segundo era a Câmara dos Escabinos que deveria ser submissa a Recife e ser a presença real da Companhia das Índias Ocidentais nas áreas distantes da capital do Brasil – Holandês.

Para Mello Neto (1947), a Câmara dos Escabinos pode ser vista como uma forma administrativa do período moderno. O advento de tal instituição fez com que o poder político dos senhores latifundiários desaparecesse e passasse para as mãos dos moradores da cidade, como os ricos comerciantes. Ainda que alguns senhores lusitanos tivessem assentos na Câmara dos Escabinos, isto não significava a manutenção do antigo prestígio que outrora desfrutavam, mas sim uma tentativa da CIO de ceder garantias a portugueses a fim de evitar situações de conflitos e desgastes com aqueles que eram os maiores produtores de cana da região. Além da ausência dos luso-brasileiros serem comuns, as petições feitas dentro das câmaras deveriam ser feitas em holandês, mecanismo que dificultava as ações dos escabinos lusitanos.

Segundo Mello Neto (1947), o processo de escolha dos escabinos se dava da seguinte forma: o escolteto (semelhante a um Presidente da Câmara dos Vereadores, porém, de origem

holandesa) elegia entre uma parcela da população os eleitores que, em reunião, enumeravam em uma lista quem eles queriam para ser escabino. Tal lista ia para as mãos de Nassau que escolhia os escabinos que poderiam ser holandeses, mazombos (nascidos na América Portuguesa, mas filhos de portugueses) e portugueses.

A função do escolteto era diversa. Além de presidir a Câmara, também era promotor de justiça, chefe de polícia e exator da fazenda (essa especialidade dos escabinos é o que demonstra a diferença entre esse órgão e a antiga Câmara dos Vereadores que não se infiltrava nas questões judiciárias).

Para Shalkwijk (1986), os abusos cometidos pelos escoltetos contribuíram para acender o estopim da revolta, o que nos faz ver o quanto o elemento político descentralizador poderia tomar uma posição que acabava sendo um tiro contra a própria Companhia das Índias Ocidentais, possibilitando o levante dos insurgentes locais como decorrência das atitudes tomadas por esses indivíduos. Esse olhar de Shalkwijk não é equivocado. Entretanto, não podemos limitar a obra da insurreição ao desgaste entre os escabinos holandeses com os moradores⁴⁰.

Mesmo tendo portugueses exercendo o cargo de escabino, a existência desse órgão não era bem aceita pela população local. Em um dado momento de sua obra, Calado demonstra qual era o motivo de descontentamento dos luso-brasileiros:

[...] a pessoa que nestes conselhos queria por alguma cousa, primeiramente havia de dar meia pataca para se lhe receber petição, e as petições, e ações que faziam, forçosamente para se lhe deferir, as haviam de levar escritas em língua flamenga, e para isso (suposto que os mais dos ministros entendiam, e falavam a língua portuguesa) tinham ordenados certos oficiais, os quais trasladavam as petições dos portugueses em flamengo, e levavam por cada

⁴⁰Neme (1971) afirma que a estrutura e o funcionamento da Câmara dos Escabinos incluíam o julgamento de causas civis e criminais em primeira instância e a desempenhar os encargos de administração local. No entanto, os escabinos não tinham formação profissional nem conhecimentos especializados de direito, o que acarretava em uma justiça falha e fraca. Para melhor leitura ver: NEME, Mário. *Fórmulas Políticas do Brasil – Holandês*. Difusão Européia, São Paulo, 1971.

uma pataca; e logo iam os gastos tão excessivos que si um português queria cobrar de outro dez cruzados, que lhe devia, primeiro ele havia de gastar vinte, e o que devia gastava quarenta, porém há de se advertir, que o devedor, si dos dez cruzados que devia, dava de peita cinco aos holandeses, logo se lhe dava absolvição plenária, e assim muitos deixavam perder suas dividas, por não gastarem muito mais, que o que se lhes devia, e no fim das demandas saíam com todas as custas às costas (CALADO, 1942, p. 310).

É necessário lembrar o papel do um escabino em especial: João Fernandes Vieira. Oriundo de Funchal na Ilha Madeira, Vieira foi para Olinda com onze anos e era visto como exemplo de um homem que prosperou na colônia. Iniciando sua vida financeira como caixeiro, tornou-se um dos negociantes mais ricos do Recife, a ponto de se tornar escabino de Maurícia. Tal indivíduo era um dos símbolos do processo de reconquista do território nordestino e tinha uma longa trajetória como atuante político no Brasil Holandês.

A situação política de Vieira o fazia conhecedor da realidade interna da CIO. Tinha ele conhecimento dos pontos fracos e fortes, dos erros e dos acertos da companhia de comércio. Nos momentos de batalhas, Vieira utilizou seu conhecimento sobre a empresa para chamar soldados alemães, franceses, ingleses, escoceses, judeus e zeelandeses para abandonarem a CIO e passarem as fileiras rebeldes. Para tanto, Vieira usava as fraquezas do inimigo como arma de assédio, isto é, a promessa de pagamento de soldos atrasados e o pagamento em dobro para aqueles que trouxessem armas para o lado luso-brasileiro.

Ao mesmo tempo, Vieira era o símbolo de uma aristocracia que tinha perdido prestígio, poder e tinha que conviver com as normas e práxis da CIO (tributações e liberdade religiosa cerceada). Sendo representante desses indivíduos, Vieira acabava sendo o líder do grupo que mais devia a CIO e que não queria mais se submeter às diretrizes da empresa.

No capítulo 3, veremos o caso Vieira com mais profundidade. A razão de o citarmos aqui, deve-se ao fato de como um luso-brasileiro pôde encontrar, nas fraquezas institucionais da CIO, uma oportunidade de iniciar o movimento insurrecional.

- **Eclesiásticos**

Conforme Shalkwijk (1986), de 1624, período da primeira invasão, até 1654 houve vinte e duas igrejas reformadas em solos nordestinos. Entretanto, à medida que os holandeses perdiam territórios, as igrejas acabavam sendo expulsas

A Igreja Reformada no Brasil Holandês era organizada da seguinte forma: havia igrejas locais ordenadas internamente por um *consistório* que era um conselho eclesiástico formado por presbíteros e diáconos eleitos pelos membros da igreja. Tais consistórios reuniam-se em nível regional, formando uma *classe* ou *presbitério*. Os presbitérios, em conjunto máximo, formavam um *sínodo* como órgão máximo, o que possibilitaria às pequenas igrejas a possibilidade de apelação a um concílio superior. Por fim, havia o Conselho Eclesiástico que tinha por função liberar a organização dos estatutos em matéria religiosa.

Se Shalkwijk superestima a presença calvinista no nordeste como algo profundo, há autores que acreditam em uma postura ineficiente do calvinismo no Brasil – Holandês. Para Watjen (1938), apenas em 1633 se deu o embarque de teólogos calvinistas para a Nova Holanda⁴¹. Shalkwijk (1986), que leu Watjen, não demonstra uma análise diretamente contrária à de Watjen, mas afirma que muitos clérigos não teriam ido a Pernambuco por motivos de enfermidade ou pela não aceitação de suas esposas.

Com o decorrer do tempo, o número de tais clérigos aumentou levando à intolerância e a uma tensão radical contra padres e monges. Um dos sinais de práticas intolerantes teria sido a expulsão da Ordem de Jesus e o envio de franciscanos, padres e frades para Amsterdã. Para Calado (1942), esses padres acabaram não sendo enviados para Amsterdam. No caminho, as naus teriam desviado da rota e deixado esses padres em praias do Caribe, onde segundo Calado morriam de fome e sede.

⁴¹A afirmação refere-se ao embarque de teólogos que seriam fixos no Recife, afinal, é conhecido dentro da história do Brasil Holandês o teólogo calvinista João Baers que participou da conquista da capitania de Pernambuco, deixando seus escritos na obra *Olinda Conquistada*

Creemos que o envio de clérigos com o intuito de anunciar o calvinismo não foi pouco, mas sim insuficiente. Ao mesmo tempo, ao contrário de Watjen, cremos que as pressões para o banimento das ordens religiosas católicas não teriam sido obras dos predicantes que no nordeste estavam, mas sim dos teólogos que compunham o Conselho Eclesiástico.

As tensões religiosas não se restringiam aos discursos teológicos ou ao exílio de sacerdotes católicos, mas também a atitudes de intolerância como, por exemplo, a prática de atear fogo em conventos e conseguir bens particulares dos padres. Por motivos como esses, sacerdotes comprometeram-se a lutar contra os holandeses ou, como Calado, escreverem narrativas sobre as etapas e as batalhas da insurreição.

g) Aplicação das práticas institucionais.

Como vimos no ponto “a” do segundo tópico, um das características da existência da instituição é cumprir um papel. Para desempenhar esse papel com eficácia, a instituição precisa “moldar” uma identidade entre seus membros e a maneira utilizada para a construção dessa identidade nasce primeiramente no discurso da instituição.

Esse discurso visa trazer unidade a elementos que podem ser distintos um do outro, mas por estarem dentro de uma macro estrutura, acabam “trocando” suas identidades individuais pela identidade da instituição. Ao mesmo tempo, as identidades individuais que não ficam em segundo plano, indicam que a instituição não criou um discurso de maneira eficaz.

Observando os textos e as páginas anteriores, podemos enxergar como o discurso (in) eficaz acompanhou as duas instituições aqui mencionadas. No caso dos insurretos, percebemos a existência de um discurso eficaz e de uma identidade construída, a ponto de elementos marginalizados pela sociedade colonial alcançarem a maior honraria da gente portuguesa. Isso só foi possível porque o lema catolicismo e reino português foi uma bandeira

entre os combatentes, ainda que os interesses individuais e dos grupos também fossem fatores os conduzisse a tal.

Do outro lado, vemos uma empresa que constantemente passava por momentos de indefinição sobre sua identidade. Essa indefinição se dava com indivíduos que combatiam no nordeste e que, há muito tempo, queriam deixar a região pelas constantes mudanças administrativas e pela ausência de um bom entendimento entre os dirigentes de uma grande e complexa companhia. Fatores como estes contribuíram para que a funcionalidade da empresa fosse questionada, pois seus discursos eram divergentes e sua identidade era um mosaico de rivalidades religiosas, nacionais e comerciais.

Já no ponto b do segundo tópico, discutimos que para a instituição ser aceita, ela também precisa ter um agente e um momento histórico. Com esses dois pilares, ela cria um discurso visando satisfazer algum desejo de maneira organizada. Contudo, para cumprir com os seus desígnios, ela precisa ter normas e, principalmente, práticas que afirmam se ela está realmente cumprindo o seu papel. Em outras palavras, falamos da capacidade da instituição em seu agente e seu momento histórico cumprir a prática do seu discurso fundador.

Tanto a empresa holandesa quanto os insurretos tinham um agente e um momento histórico e ambos procuravam satisfazer algum desejo de maneira organizada, construindo assim seus discursos fundadores.

A empresa holandesa surgiu para satisfazer mercadores com acesso proibido ao Brasil. Além disso, a empresa holandesa surgia para satisfazer os belgas foragidos dos Países Baixos. A CIO se tornava assim em um abrigo financeiro para os belgas interessados com o ouro e a prata das frotas castelhanas.

Além dos motivos apresentados acima, houve outros como o interesse de expansão do Império Marítimo Holandês, de consolidação da independência e de oportunidade para estratos inferiores da sociedade holandesa. O problema não foi ter todos esses elementos

misturados, mas sim dar razões (discursos) diferentes para validar a existência da empresa.

A grande diferença dos holandeses para os insurretos é que, embora os insurretos tivessem interesses dos mais distintos, o discurso oficial foi o mesmo do começo ao fim: defesa da fé católica e do reino português. Tornou-se mais fácil cumprir o discurso prometido, em virtude dos motivos serem únicos, ao passo que o inimigo divergia normas e práticas no intuito de agradar aos seus membros e atrair outros. Ainda que a oscilação do discurso e da prática seja interessante para garantir a sobrevivência da instituição, o caso holandês foi ruim, pois as oscilações exacerbadas tendem a colocar em xeque o foco das instituições.

Por fim, discutimos no último ponto como as contradições internas são importantes para a manutenção da instituição, de modo que os conflitos são ferramentas utilizadas para dar forma a um elemento tão heterogêneo quanto a instituição. A instituição que consegue lidar com os antagonismos internos, é aquela que agrega os grupos e dá significado a eles, obtendo assim a sua continuidade.

Não é inédito dizer que a maneira encontrada pela empresa em lidar com os conflitos, não foi detectá-los e encará-los, mas mudar abruptamente seu discurso e sua prática, de modo que as diferenças não fossem resolvidas. Do outro lado, os insurretos “apostavam” no elemento religião e honra para superar os obstáculos de seu empreendimento.

Mesmo se o indivíduo não fosse um excelente súdito ou um prodigioso cristão, interessava quais atitudes ele tomaria frente ao invasor, fosse esse indivíduo negro, índio, mazombo ou lusitano. A insurreição igualou e deu equidade (ainda que temporária) a elementos tão diferentes, fator que foi um elemento muito mais forte do que os milhões de florins que a empresa investiu no Brasil.

CAPÍTULO 3: OS COLONIZADORES PORTUGUESES E A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS.

No primeiro capítulo, vimos que várias foram as interpretações do diário de Calado. Enquanto alguns viram na obra do clérigo o surgimento da identidade brasileira no século XVII, outros utilizaram *O Valeroso Lucideno* para afirmar que a insurreição foi um levante decorrente de interesses majoritariamente econômicos.

Apresentamos no segundo capítulo desse trabalho uma análise que trata a Companhia das Índias Ocidentais e os insurretos como instituições. A análise no diário de Calado, dos documentos oficiais e a leitura de outros cronistas (tanto lusitanos quanto holandeses) nos possibilitam ver uma relação entre invasores e insurretos caracterizada pela proximidade e pelo conflito.

Nesse terceiro capítulo, veremos como se deu a relação entre a empresa holandesa e os moradores, especialmente os insurretos, do primeiro ao último ano da ocupação holandesa em solo nordestino, e como Calado enxergava os senhores de engenho que, em seu entendimento, lideravam a insurreição.

a) Da conquista inicial aos conflitos

A conquista holandesa resultou de mais de cinco anos de lutas entre holandeses e luso-brasileiros. No momento inicial da conquista, Olinda, até então a principal cidade pernambucana, foi incendiada e vários engenhos foram destruídos pelo fogo. A destruição dessa cidade revelar-se-ia em curto espaço de tempo na queda simbólica da estrutura predominante na América Portuguesa: uma rica cidade, conhecida pelo luxo e prestígio de seus moradores, os senhores de engenho.

Após se estabelecerem em Olinda, em 1631, os holandeses passaram para a segunda etapa da invasão: a tomada do Recife. Embora pequena, a CIO acreditava que a conquista da

povoação era estratégica, pois sua geografia proporcionaria um melhor transporte e deslocamento das riquezas e dos materiais bélicos. Além disso, consideravam que em Recife poderiam se defender mais solidamente que em Olinda, uma vez que acreditavam ser um lugar de fácil acesso aos inimigos.

Contudo, ao dar o segundo passo em direção à consolidação da conquista, os holandeses não consideraram o Arraial do Bom Jesus, território situado entre Olinda e Recife.

Nessa região intermediária, foi organizada uma resistência formada por estratos sociais diferentes (agrupados nos mais diversos estratos sociais, como senhores, negros e índios) e o governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, que lutavam contra os holandeses enquanto esperavam por socorro da Coroa Ibérica.

O primeiro socorro enviado pela Coroa foi o do italiano Conde de Banholo. Participante da retomada de Salvador dos holandeses em 1625, Banholo veio com status de restaurador, mas segundo Calado sua chegada dispersou os resistentes do Arraial. De acordo com Calado (1942), Banholo teria dado melhores condições aos soldados portugueses que aos resistentes luso-brasileiros, situação que levou Calado a afirmar que Banholo tratava os homens no Arraial com “menos amor e respeito que Matias de Albuquerque” (CALADO, 1942, v.1, p.31), levando muitos a abandonarem o quartel general e voltarem para suas casas.

Além disso, Calado criticava as ações de Banholo. O clérigo demonstrou indignação ao narrar a ineficiência do comandante italiano em combater o inimigo na região de Porto Calvo, lugar onde se encontrava uma grande quantidade de engenhos.

As mulheres saíam fugindo, umas com as crianças nos braços, outras com os meninos pelas mãos, os escravos carregando as alfaias de seus senhores, os Capitães chamando aos Sargentos, estes aos soldados, e pondo-os em ordem, aqueles arremetiam a tomar as armas para se confessarem, os Sargentos Mores metiam coragem aos soldados, o Conde de Banholo discorria de uma para outra parte a cavalo, sem dar ordem a nada. (CALADO, 1942, v. 1, p. 80)

Em 1635, o espanhol Dom Luiz de Roxas e Borja foi o segundo socorro enviado para o nordeste. Contudo seu tempo entre os resistentes foi pouco, visto que em 1636 Borja foi morto em combate com os holandeses. Apenas o terceiro enviado pela Coroa era português. Seu nome era Dom Fernando Mascarenhas, mais conhecido como Conde da Torre.

Calado criticava a falta de estratégia de Dom Fernando. Segundo o clérigo, quando o conde chegou em 1635, as forças holandesas estavam enfraquecidas e, ao invés do conde atacar o inimigo, ele preferiu ir para Salvador e ficar parado na cidade por um ano, tempo que tanto Calado quando cronistas holandeses (como Nieuhof) afirmam que possibilitou a reestruturação das forças holandesas. Assim, o fracasso das lideranças enviadas pela Coroa foi um motivo para que Calado iniciasse a exaltação dos resistentes luso-brasileiros.

A região do Arraial interceptava o contato dos holandeses com o interior, sendo um empecilho à obtenção de víveres, lenhas, frutas e águas para a sobrevivência. Tal situação provocou muitas baixas entre as tropas da CIO que passaram a depender cada vez mais da chegada de materiais e alimentos para sustentar as posições conquistadas até aquele momento⁴².

Ao mesmo tempo, a guerra na região do Arraial e o esforço para consolidar as conquistas no nordeste traziam prejuízos para a economia da empresa holandesa. Sozinho, o Arraial era responsável pela metade da produção da cana de açúcar do nordeste. Com os combates sendo realizados na região, o plantio ficou paralisado, abalando a produção açucareira e frustrando as previsões da CIO de obter vultuosos lucros após a conquista da região. A vida econômica da capitania estagnou-se, o transporte de gêneros como o açúcar e o

⁴²Olinda, Recife, Ilha de Itamaracá, Fernando de Noronha e alguns distritos do interior do Pernambuco.

pau-Brasil tornou-se mais difícil e os combates multiplicaram o número de baixas de ambos os lados⁴³.

A situação dos holandeses veio a mudar em 1632 com a passagem do nativo Domingos Fernandes Calabar do lado português para o lado holandês. O índio, conhecedor do terreno pernambucano, colaborou para a incursão holandesa no interior por meio da prática de guerrilhas. Em 1635, Matias de Albuquerque conseguiu render algumas forças holandesas e prender o antigo aliado. Tido como traidor, Calabar foi julgado, enforcado e esquartejado por ordem de Albuquerque para vingar seus feitos e atemorizar holandeses e aos luso-brasileiros que intentavam qualquer tipo de traição⁴⁴.

Segundo Calado (1942), Calabar era estimado pelos holandeses e sua morte provocou a ira do general holandês Sigismundo Vandscop que lançou um edital ordenando a morte de todos os moradores de Porto Calvo, lugar onde foi encontrado o corpo de Calabar. De acordo com Calado (1942), os moradores teriam partido para sua casa clamando por socorro. Tal situação permitiu que Calado iniciasse seu papel como interlocutor dos luso-brasileiros frente aos holandeses. Assim diz o autor:

Chegou aos moradores da terra, que andavam desgarrados por os matos a nova do tremendo edital de Sigismundo, e acudiram os mais deles a casa do Padre ao mato aonde ele se estava, preparando já para is seguindo a Matias de Albuquerque, e com muitas lágrimas, e soluços, lhe pediram que os quisesse remediar naquela opressão, acudindo por tantas vidas de inocentes que estavam condenados à morte, e que Deus seria em sua ajuda, pois isso era obra de tanta caridade, e de seu serviço, e remédio de todo um povo de tanta gente quanta andava desgarrada, e escondida por as brenhas, e matos desertos, aonde si escapassem do rigor do inimigo não podiam escapar da

⁴³ A não conquista do Arraial levou os holandeses a conquistarem territórios mais ao norte, como o rio Grande, Itamaracá e Paraíba. Além disso, conquistaram fortes e portos, como o Nazaré, principal e mais próximo porto do Arraial, e Porto Calvo, que depois do Arraial de Bom Jesus, era a segunda região mais próspera em açúcar. Já os lusitanos, mantinham controle na região do Cabo de Santo Agostinho, lugar de combate contra os holandeses e de embarque do açúcar para o Reino.

⁴⁴Segundo Calado (1942), Calabar traiu os luso-brasileiros porque temia ser condenado pelos roubos cometidos a alguns moradores luso-brasileiros.

morte em breves dias, forçados da pura necessidade, e fome. Tantas foram as lágrimas que diante do Padre seus olhos derramavam, que se deliberou a ir à povoação, aonde estavam o Governador Sigismundo Vandscop, e o General do mar João CornelienLictart, o qual falava a língua portuguesa, e o Mestre de Campo Cristóvão Artixof, o qual era muito bom latino, e falava o latim mui discreta, e eloqüentemente. (CALADO, 1942, v. 1, p. 50)

Em paralelo à passagem de Calabar para suas fileiras, a CIO aumentou o seu contingente de soldados, e em 1635, após a vinda de uma grande esquadra de Amsterdã, a empresa holandesa obteve a vitória sobre os resistentes do Arraial e assenhorou-se de todo território pernambucano. Dessa forma, pode-se concluir que a importância de Calabar para a vitória dos invasores foi relativa.

b) O chamado a unidade pela defesa do Império Português.

Ao narrar os episódios que ocorreram entre 1631 e 1636, Calado fazia um esboço de como seria seu diário. O clérigo já dava importância à ação dos senhores como líderes locais desde 1631 em razão dos fracassados socorros enviados pelas forças ibéricas. Ao mesmo tempo, o autor constantemente fazia menção à unidade que havia entre grupos sociais tão distintos dos senhores, como índios e negros.

O louvor de Calado aos luso-brasileiros não demonstrava uma ação que confrontasse com uma provável independência da Coroa Portuguesa - como pensava Manoel Bonfim -mas como algo pertencente ao Império Português. Para Calado (1942), além do fator fé – *que veremos posteriormente* –, a luta dos luso-brasileiros era pela memória e honra de Portugal.

A defesa do Império Português é algo a ser levado em consideração em Calado. O clérigo assumiu em relação à guerra uma postura diferente do Padre Antônio Vieira, por exemplo. Na obra *Papel Forte* Vieira acreditava na superioridade dos holandeses sobre os lusitanos e por isso propunha ao rei Dom João IV a venda do Pernambuco aos holandeses.

Já Calado tinha esperança na reconquista da América Portuguesa. O prólogo de *O Valeroso Lucideno*, analisado por inquiridores da Inquisição Lusitana, demonstra como a

escrita de Calado poderia influenciar nos ânimos da metrópole. Para um dos inquiridores, Frei João do Deserto, a honra do catolicismo e do povo lusitano eram as razões para louvar a obra. Assim diz Frei João do Deserto⁴⁵.

Li este livro intitulado: O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade, composto pelo Padre Mestre Frei Manoel Calado, Pregador Apostólico da mesma Ordem [*Ordem de São Paulo*]; não só achei nele cousa que encontre a pureza da nossa fé, ou inteireza dos bons costumes, senão que pareceu obra digna de adquirir, e grangear a seu Autor eterna fama de Português honrado, pois no meio de perseguições tão repetidas, agora fugindo, depois acometendo, como a oportunidade o pedia, sendo fiel companheiro, e espiritual alívio aos naturais de Pernambuco, acrescentou, sobre o mais, este trabalho de escrever de vista as proezas em que se avantajaram os Portugueses, como honrado filho deste reino, para que não obscurecesse o descuido (inimigo comum de toda a honra) a glória, que o incansável esforço havia grangeado, pelo que me parece, que não só se lhe deve a licença que pede para imprimir, mas ainda que se obrigue a que o faça, porque vendo os naturais de Pernambuco sua fama gloriosa estampada, façam maravilhas pela conserva, e os mais Portugueses invejando esta honra (que nisto de invejar foram sempre primos) se animem a ganhá-la. Lisboa em 20 de abril de 1648. (CALADO, 1942, v. 1, prólogo)

Além de ver a obra como importante para a honra do catolicismo e do povo português, João do Deserto elogia a coragem - “pois no meio de perseguições tão repetidas, agora fugindo, depois acometendo, como a oportunidade o pedia” (CALADO, 1942, p. 2) -, a fidelidade, o companheirismo e a caridade do padre com os combatentes - “sendo fiel companheiro, e espiritual alívio aos naturais de Pernambuco” (CALADO, 1942, p. 2) -. Por fim, João do Deserto dá grande importância aos homens pernambucanos como restauradores do brio lusitano, “porque vendo os naturais de Pernambuco sua fama gloriosa estampada, façam maravilhas pela conserva e os mais Portugueses invejando esta honra que nisto de invejar foram sempre primos se animem a ganhá-la” (CALADO, 1942, p. 2)

Convém lembrar que quando falamos em Império Português, estamos adotando a concepção de Charles Boxer utilizada na obra *O Império Marítimo Português*. Nessa obra,

⁴⁵ Frei João do Deserto foi procurador geral, apóstolo da Ordem de São Paulo e ermitão da congregação dos Eremitas da Serra D'Ossa, mesma região de Calado

Boxer procura explicar como Portugal manteve um império tão vasto durante tanto tempo, já que era um país pouco povoado, sem estrutura comercial bem organizada. Um dos pontos centrais de sua obra é encontrar semelhanças entre a Coroa Portuguesa e suas possessões, de modo que o domínio se baseava na identidade religiosa, social e administrativa.

Nessa perspectiva, visualizamos o Império Português como uma rede de relações amplas que não se restringiam apenas entre Portugal e Pernambuco. Essa rede, que se consubstanciava na circulação dos homens, navios e recursos pelas varias regiões do Império, pode ser observada, inclusive, na obra de Calado. De acordo com o clérigo, foi de Cabo Verde que em 1630 partiram as primeiras informações destinadas a Pernambuco sobre a partida de uma esquadra holandesa que rumava para o nordeste. Em 1641, Angola foi tomada pelos holandeses e uma embarcação com feridos luso-africanos chegou a Pernambuco, cabendo aos senhores do nordeste prestar socorro aos recém - chegados com roupas, hospedagem e cuidados médicos. Passaria despercebida essa informação se estes feridos não fossem nobres, e que após a expulsão dos holandeses em 1654, Vieira foi nomeado governador de Angola⁴⁶.

Nos episódios mencionados, vemos as possessões do Império Português unindo-se pelos laços de identidade que lhes davam sentido. Assim, foi baseando-se na história e na unidade do Império Português que Calado procurou dar razão à existência dos insurretos

Os velhos aos mancebos compeliam
A renovar a fama Portuguesa,
Os de mui tenra idade, que isto ouviam
Aos pais, ora na praça, ora na mesa,
Com tal orgulho, e brio se sentiam,
Com tal resolução, tal altiveza,

⁴⁶ A mesma informação é veiculada por Raphael de Brito Freyre. Acerca desse episódio, Calado dá grande valor aos gastos que Vieira teve com os luso-africanos, principalmente os dispêndios com negros e cavalos. Segundo Calado (1942), um negro custava em torno de 280 a 300 patacas, e um cavalo em torno de 300 a 400 patacas.

Que cada qual ao pai já pede espada
Para ir também na empresa começada.
(CALADO, 1942, v. 1, prólogo)

Fica evidente no poema acima a existência do ideal restaurador português por meio da união de indivíduos tão distantes. A renovação da fama portuguesa se daria pela defesa da “Pátria Pernambucana”, não como um movimento autônomo, mas incorporado ao Império Português.

Nos peitos dos fiéis (quando pregava)
Entre os discursos vários que fazia,
Heróicos exemplos semeava,
E façanhas heróicas colhia,
Os de robustos braços incitava,
Os de corações frios acendia,
Com que os Pernambucanos por mil modos
Queriam defender a pátria todos.
(CALADO, 1942, v. 1, prólogo)

O chamado à unidade é encontrado em outros cronistas, como Raphael de Jesus e Francisco de Brito Freyre. Nesses autores, fica registrada a valorização dos defensores não restrita a adultos, mas estendida a crianças. Na Paraíba, por exemplo, Freyre narra o caso de uma criança que combateu contra os holandeses após a chegada de uma companhia vinda de Portugal para ajudar os locais. Assim diz Freyre:

Na primeira carga, lhe ferirão um filho de nove anos, chamado Gaspar; e prosseguindo a peleja, lhe levou uma bala o braço esquerdo. Acudindo o pai com a magoa a que o obrigava a natureza, lhe disse o Menino: *Para ajudar a Vossa Mercê nessa ocasião, pouca falta me faz o braço esquerdo, pois tenho aqui o direito* (FREYRE, 1977, p. 361)

Analogicamente, podemos afirmar que tanto no poema citado na página anterior, quanto no trecho acima, há um jogo de escrita que indica a existência de duas épocas em um mesmo momento. O pai representante da tradição e o filho representante do novo, em outros termos, os insurretos representavam um novo brio, uma nova honra da raiz lusitana.

Calado não é o único que acredita na existência de uma unidade que superara as fronteiras dos estratos sociais. O clérigo Raphael de Jesus, por exemplo, usa o termo

restituição para falar da ação insurrecional. Segundo Jesus (1844), João Fernandes Vieira afirmava que a ação insurrecional era semelhante às águas que o rio restitui para o mar.

Para Calado (1942), a restauração da honra do Império Português era a razão da escrita de seu diário. “Pus-lhe por título: O Valeroso Lucideno, e triunfo da liberdade; porque (segundo se verá no discurso deste tratado) tudo convém com propriedade ao valor do braço português” (CALADO, 1942, p6). Se *O Valeroso Lucideno* se refere ao português João Fernandes Vieira e este é visto por Calado como o líder dos insurretos, fica claro para o autor que a ação dos revoltosos era uma ação em prol do Império Português.

Nesse sentido, os insurretos teriam a seu favor um elemento que faltava do lado holandês. Embora a CIO fosse uma empresa calvinista e com participação dos Estados Gerais, a empresa abrigava, em seu interior, alemães, poloneses, italianos e franceses, judeus e católicos que impediam a existência de uma unidade semelhante aos moldes luso-brasileiros, isto é, à existência de um ideal que conferisse uma unicidade aos homens que a compunham.

Concomitante, a invasão holandesa atraiu mercenários e homiziados das mais diversas regiões da Europa, que viam na empresa holandesa um meio de transformação social e refúgio contra as condenações que pairavam sobre suas vidas no continente europeu. Essa realidade provocou problemas que se perduraram por toda a existência da CIO no território nordestino.

Além de João Fernandes Vieira ser visto como o aglutinador dos estratos sociais diferentes, deve-se mencionar que o madeirense era alguém muito influente dentro da CIO. Escabino de Maurícia e contratador do pau-brasil, Vieira era um dos poucos portugueses em que a empresa tinha confiança.

Como membro da estrutura do domínio holandês, o lusitano conhecia suas fraquezas, mas, enquanto fiel à empresa, rogava para que a mesma realizasse mudanças em decisões

contrárias aos interesses dos senhores e dos moradores. A nótula diária⁴⁷ abaixo registra parte da relação de Vieira com a CIO.

João Fernandes Vieira, contratador do dízimo do açúcar na Capitania de Pernambuco e de Itamaracá, assim como das pensões na Capitania de Pernambuco, os contratos juntos chegando a soma de 184.500 florins, nos pediu diversas vezes de ser considerado por sua Excelência e os Nobres senhores, de acordo com artigo 4 do arrendamento (artigo onde o contratador, no caso de incêndio causado pelo inimigo, pode pedir uma diminuição da soma que por ele foi prometida). Com provas suficientes e irrevogáveis ele pode mostrar, que o inimigo cometeu incêndios durante esta safra, e por causa destes incêndios ele, o contratador, perderá mais de 100 trevos de cana, o que está relacionado com o contrato de seu arrendamento. Visto que isto se elevará até a soma de 80.000 florins os adquiridores do arrendamento dos dízimos estão persistindo para que ele diminua uma certa quantidade dos dízimos por eles arrecadados, assim ele requer que os Nobres queiram negociar isto com ele a fim de satisfazer os adquiridores mencionados. Depois de muitos debates e contestações sobre este assunto, visto que os prejuízos por ele alegados foram de uma ordem considerável, assim finalmente se entrou em acordo com ele, que ele poderá diminuir no seu contrato dos dízimos na Capitania de Pernambuco a soma de 28.640 florins, das pensões na mesma Capitania 5.200 florins e dos dízimos da Capitania de Itamaracá 4.160 florins, sem que ele depois disto, onde quer que seja que o inimigo faça incêndios, tente receber uma diminuição dos arrendamentos durante este ano. (DagelykseNotulen, **Período:** 4 de janeiro a 29 de junho **Ano:** 1641)

⁴⁷ “As *DagelykscheNotulen der HorgeRegeering in Brazilie*, ou *Nótulas Diárias do Alto Governo holandês no Brasil*, são o registro diário das deliberações do governo colegiado que regia as capitanias dominadas pelos holandeses e administrado pela velha Companhia das Índias Ocidentais no Brasil entre 1635 e 1654, ano da restauração pernambucana. Registros anteriores a 1635 não foram encontrados. As nótulas são atas de registro das reuniões do Alto Conselho e tratam, de forma sucinta, os temas debatidos e ocorrências de cada dia em Pernambuco. Não trazem dados aprofundados destas ocorrências, mas pontuam os principais fatos, ou pelo menos aqueles dignos de nota, de acordo com o interesse da companhia de comércio. Desta forma se pode encontrar nas *Dag Notulen* pistas importantes que permitem reconstituir a economia, a vida e a sociedade nos assentamentos do Brasil, bem como da movimentação inter-capitanias, de bens de comércio, pessoas e tropas. Estes registros, associados aos registros portugueses e a outras fontes primárias holandesas, tais como os conteúdos das *Brief Papier e nuit van Brazilie* (Cartas e Papéis saídos do Brasil) e as *Generale Missiven* (Relatórios Gerais) são potencialmente relevantes, capazes de gerar novas abordagens históricas sobre o período holandês no Brasil, que, não obstante o muito que já foi dito, ainda pede novas investigações que possam dar corpo ao trabalho iniciado por historiadores do passado”. Retirado de: <http://www.liber.ufpe.br/hyginia/monumenta.jsp>

O diário de Moreau vai além, ao descrever a relação entre Vieira e a Companhia das Índias Ocidentais. Segundo o diário Vieira era:

[...], mulato de nascimento, escravo liberto, homem inteligente e sutil, sustentava firmemente os direitos da Companhia sobre o açúcar que se fazia nos engenhos, mandava cortar o pau-brasil, tinha sempre alguma proposta a fazer para o lucro da Companhia e freqüentemente oferecia aos Senhores e magistrados raridades curiosas ou de valor, que não tinham sido vistas, a fim de ganhar-lhes as afeições. Gozava de tal crédito e favor entre eles, que numerosas vezes era chamado para opinar sobre os negócios da Companhia, que assim não lhe eram ocultos, porque se desconfiaria de qualquer pessoas, antes dele. (MOREAU, 1979, p. 37)

Segundo Calado (1942), a relação próxima que Vieira tinha com a CIO foi fundamental para que a empresa não suspeitasse do envolvimento do lusitano com os insurgentes. De acordo com o clérigo, os holandeses só foram tomar alguma posição contra Vieira depois que alguns judeus (possivelmente Sebastião de Carvalho ou Antonio Cavalcanti) delataram ao Conselho Político o surgimento de uma conspiração na qual Vieira exercia participação decisiva.

Há em *O Valeroso Lucideno* um chamado a uma restauração que não se limitava à geografia do Império Português ou a fé de seus súditos, mas que se estendia (principalmente) a uma honra perdida. Para Calado (1942), o brio português estava abalado desde a tomada da coroa pelos castelhanos e isso culminou no afrouxamento da devoção lusitana e no esquecimento das promessas de um reino messiânico que Deus teria feito a Afonso Henrique, fundador de Portugal no século XII.

Assim, para Calado (1942), cabia aos insurretos restaurarem a honra maculada pelos infortúnios acometidos ao Império Português e, nesse sentido, os rebeldes eram os únicos que preservavam as qualidades morais (devoção e bravura) que outrora foi tão comum aos lusitanos.

c) Os insurretos e a fé.

Uma segunda forma utilizada por Calado para caracterizar os insurretos, Vieira em especial, como um grupo essencial ao Império Português era dando a estes atributos pertencentes aos discursos da Coroa e da Igreja. Em alguns casos, a apropriação do discurso religioso fez com que os insurgentes passassem da esfera de indivíduos de devoção para a de homens vinculados a mesma genealogia do Cristo. O poema abaixo, por exemplo, coloca Vieira no tronco davídico⁴⁸, assumindo assim uma postura messiânica.

Mostra-se mui contente
Nosso Mestre de Campo, e parte a pé
A dar com toda a gente
As graças a que é
Vara do Régio tronco de Jessé.
(CALADO, 1942, v. 2, p. 301)

Poemas destinados à Vieira misturavam personagens históricos, mitologia greco-romana, elementos do cristianismo e de Portugal. Fala da natureza dos mares, exalta a riqueza da cana, valoriza o dispêndio de Vieira e enaltece sua biografia. Vejamos abaixo:

Vendo-se Lucideno com estado,
E sabendo que tinha Portugal
Um soberano Rei por o Céu dado
Rei da Coroa herdeiro natural;
Vendo em Olinda o povo atribulado
Por o Belga Tirano capital
Tratou de o livrar da morte horrenda
Com sua vida, e ser, sangue, e fazenda.
(CALADO, 1942, v. 1, p. 335)

Ao atribuir tais características ao líder da insurreição, Calado olhava para aquilo que ele entendia como um “despertamento espiritual e moral dos luso-brasileiros”. Os líderes, responsáveis pelo retorno devocional do povo a Deus, são vistos como os bastiões da cristandade, os cruzados de Deus em Pernambuco, os “cavaleiros medievais” em tempos de

⁴⁸Segundo a tradição judaico-cristã, Davi foi o segundo rei de Israel e de sua linhagem sairia àquele que seria o Messias do povo hebreu. De acordo com a leitura dos Evangelhos, Jesus era descendente de Davi em razão da genealogia de Maria e José. No poema utilizado, Calado cita o nome de Jessé, pai do rei Davi.

modernidade. Para tanto, Calado afirma que uma das consequências do levante no interior da sociedade nordestina foi o crescimento da religiosidade de modo que não havia batalha a ser combatida sem oração ou procissão.

Paralelamente, Calado afirma que fazia parte desse momento a ocorrência de sonhos e visões de santos animando e exortando os insurgentes. De acordo com Calado (1942), o próprio Vieira foi cobrado em sonhos por Santo Antonio a vingar os agravos cometidos pelos holandeses e zelar pela fé católica. Dentro dessa devoção mais intensa, também se destacavam os episódios em que símbolos da fé dos insurretos eram armas poderosas contra os inimigos.

Segundo Calado (1942), um insurgente lusitano, refém dos holandeses enfraqueceu o inimigo, pois tinha em suas mãos uma imagem de Nossa Senhora. Outro, por nome Frazão, carregava nas mãos a imagem da Virgem Nossa Senhora do Socorro no momento em que foi capturado pelos holandeses. Assim que entrou no esquadrão inimigo, este se enfraqueceu consideravelmente, pois a santa milagrosamente lacrimejava.

Para o clérigo, esses episódios são marcos de um momento que Portugal recuperava a grandeza do seu reino e sua importância para o cristianismo. Calado lembra que o lugar de Portugal dentro do “reino de Cristo” foi estabelecido quando Deus prometeu a Afonso Henrique que faria de Portugal uma nação próspera e que a usaria para a expansão do cristianismo. Além disso, Deus teria alertado Afonso Henrique que a 16ª geração real cairia e o reino passaria por um tempo sob o jugo de outro reino até que um rei viesse para restaurar a Coroa Portuguesa e conduzir o mundo a construção do reino milenar de Cristo na terra⁴⁹.

Segundo Calado:

⁴⁹A aparição de Jesus a Afonso Henrique deu-se em Ourique, região sul de Portugal. O episódio ocorreu em um momento em que as forças lusitanas estavam duelando a dias com os mouros. Conhecido como *O Mito de Ourique*, é considerado o marco de fundação de Portugal. Para melhor

Havia Cristo nosso Senhor prometido ao nosso primeiro Rei Dom Afonso Henrique, que quando o reino De Portugal estivesse mais dependurado de um delgado fio, e mais a ponto de se perder, e acabar. *In ipsa attenuata, ego respiciam, e videbo.* Que ele poria seus benignos olhos, e acudiria seu desamparado. Duas coisas acho aqui dignas de notar; a primeira é a diferença que vai dos olhos de Deus aos olhos dos homens; e a segunda o como é Deus pontual em cumprir sua palavra. (CALADO, 1942, v.1, p. 190)

Calado afirma que profetas lusitanos tinham, ao longo do tempo, lembrado o povo das promessas de Deus para Portugal⁵⁰. Contudo, essas promessas teriam sido esquecidas em razão da conquista de Castela e da invasão holandesa. Todavia, Calado afirma que presságios da restauração teriam se dado em Portugal e em Salvador como lembretes que Deus não se esquecia do povo português. Deste modo, a ascensão do rei Dom João IV em 1640, e a insurreição faziam parte de um momento em que a esperança lusitana estava em alta. Assim diz o autor sobre o presságio de Salvador:

O segundo presságio sucedeu no Brasil, na Cidade do Salvador, Baía de todos os Santos, ano de quarenta, entre o mês de Agosto, e Setembro. Vive ali um Sacerdote velho, chamado Antonio Viegas, Cura da Sé, mui virtuoso, porém tão grande Sebastianista, que sempre andava acompanhado das profecias do Bandarra, de Santo Isidoro, e outras semelhantes [...] (CALADO, 1942, v.1, p. 213)

Para Calado (1942), o retorno da esperança e da religiosidade era consequência direta do tratamento que Deus teria feito aos luso-brasileiros. Contudo, Calado afirma que para que

compreensão sobre o mito, indicamos a leitura de Ana Isabel Buescu, Vínculos da Memória: o mito de Ourique. In: CENTENO, Y. K. (coord.) *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Salamandra, 1993.

⁵⁰A crença nas promessas de Deus é reiterada pela obra de Freyre. Em trecho de sua obra que é uma Ode a bravura lusitana em defender a possessão no Novo Mundo, assim diz o autor:

Mas aquelle grande Deos, que atendeofempremiis ao piedoíb animo, que ao piqueno numero dos Portuguefes; Ôcpreferindoos a todos, femellesofFenderem a ninguém, os refervou para geraesConquiiladoresdoUniveríb, como dandolhes as incultas Regiões daAmèrica, as não tirou a outros, allim não permitio agora que outros lhastiraffem 5 quando religiofa, & felizmente em as deficobrir, Sc povoar, padecidos immeníbs , & não menos ditoíbs trabalhos, unirão pela navegação, o que eflavafieparado da natureza. (FREYRE, 1977, p. 26)

o retorno da religiosidade ocorresse, foi necessário o tratamento de Deus contra o pecado e a ingratidão do povo⁵¹. Assim diz o clérigo:

Desdourou-se esta terra com grande desaforo, as usuras, onzenas e ganhos ilícitos era coisa ordinária, os amancebamentos públicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo; as ladroices e roubos sem carapuça de rebuço, as brigas, ferimentos, e mortes eram de cada dia, os estupros, e adultérios era moeda corrente; os juramentos falsos não se reparavam nisso; os cristãos novos seguiam a lei de Moisés e judaizavam muitos deles, como bem o mostraram depois que o holandês entrou na terra, que se circuncidaram publicamente e se declaravam por judeus; (CALADO, 1648, v. 1, p. 19-20).

Segundo Calado (1942), o homem se preocupa muito com as riquezas fáceis e temporárias deste mundo. Para ele, isso faz o homem se tornar um escravo do pecado, pois “[...] o pecado com um só desejo, prende, cativa, mata e faz a um homem escravo”. (CALADO, 1942, v. 1, p. 13). Assim diz Calado sobre a ingratidão do povo português:

Foram os portugueses no principio de sua Monarquia tão amados, e queridos de Deus, que como a tais lhe deu gloriosas vitórias de todos seus inimigos caseiros, e vizinhos, e os encheu de opulentos despojos dos apartados da sua santa Fé Católica, e fez chegar seu nome, sua fama, e o valor de seus braços,

⁵¹Freyre também vê na ocupação um castigo direto de Deus aos portugueses. Assim diz Brito:

Não acertando em eleger meyo a confusão, a efles perdeu a temeridade; aos outros a cobardia. Porque carecendo de quem os foubel mandar, 8c ignorando o que fedeviafazer, algüsexcedião a fuás obrigações, 8c os mais faltavão a cilas. Com que o Olandcz , achando mayoríbcorro em as noffiasdefordcs, do que nas luas forças , alcançou hum triunfo fem gloria, de hum vencimento fempeleija. Onde fá-cilmentefe trocara a fortuna, a não ferem as armas do .Nòrte,inftrumentos já deftinados, para fatisfafer a Deosoffendido. Que quanto primeiro fuppendeo a execução do castigo, acrefcentou depois no rigor da vingança. Vendo por largo tempo,maisobftinados, que arrependidos, os efcandalofos Moradores de Parnambuco, crefcerem tanto nas felicidades,comodepravaremfe nos coltumes. Motivo que o deu poucos dias antes, a GafpardeMendoça, Senlior do Engenho dos Apepucos, eftimulado da grande femrazão, que lhe fizerão na Villa algüsMiniftros, para deifogar o fentimento da magoa, com o alarido da queixa, vociferando a gritos na Praça publica, eítasmefimas palavras : *aonde efião os Irmãos daSanta Cafia da ^Mifericordia, que vendo a fuWiçafierja morta de todo em Parnambuco,fiemhaVer quem aenterre;não açodem elles a dar lhe fiepultura?*. (FREYRE, 1977, p. 197-198)

até as últimas partes do mundo, fazendo descobridores, e conquistadores de todo o Oriente, fazendo-lhe sujeitos, e ainda tributários muitos Reis, e metendo debaixo de seus pés muitas tiaras, cetros, e coroas; dando-lhe novos Estados, e Província, na América, Brasília, as mais das Ilhas, que no mar Oceano, e Índico, se conhecem, e habitam; enfim pondo-os em tão alto trono, que uns temiam de ouvir seu nome, e o reverenciavam, e outros invejavam suas riquezas, e prosperidades, mas como estas costumam perverter, e desencaminhar aos corações humanos, vendo-se os Portugueses tão prósperos, e abundantes, deram entrada aos vicio, entrou com eles a soberba, confiaram mais do que convinha em seu valor, e esforço, e se esqueceram de dar a Deus as devidas graças, por os benefícios que da sua liberal mão haviam recebido; e como a ingratitude é um pecado que mais provoca a Deus a executar sua ira, e justiça, começou Deus a castigá-los para que tornassem ao verdadeiro caminho, que encaminha para o Céu. (CALADO, 1942, v. 1, p. 175-176)

Ao fazer essa análise, Calado estabelece uma relação próxima entre o texto bíblico e a ação insurrecional. O Velho Testamento tornava-se mais utilizado que o Novo Testamento, base do cristianismo. Vieira seria uma espécie de Moisés, ao passo que os demais líderes cumpririam o papel que outrora pertenceram aos espias de Israel⁵².

Para o clérigo, Deus não os teria castigado para sempre e, como Deus tinha escolhido os portugueses como filhos queridos e amados, mudaria a sorte de seus cativos. Assim diz o autor:

Porém como a palavra de Deus é fixa, firma, pura e sem falência, para que os Portugueses não descoroçoassem, sempre os foi animando com particulares revelações, que ia fazendo a muitos Santos varões, para que animassem a seus próximos, e com muitos ditos de outros, assim sábios, como idiotas, que mais que foram profecias, do que outra cousa. E assim, os Portugueses, que se prezavam de o ser, traziam as mãos cheias destas papeladas, a quem chamavam profecias do Bandarra, de S. Isidoro, de Fernão Gomes, de S. Tomé, e outras semelhantes, e as tinham guardadas nos escaninhos de seus escritórios, como cousas sagradas; e todos estavam esperando por o ano de mil e seiscentos e quarenta (não sei com que

⁵²De acordo com o texto bíblico, os espias de Israel foram doze homens enviados por Moisés para espionar Canaã, a terra prometida para os israelitas. Tidos como os mais nobres homens, esses homens espionaram Canaã por quarenta dias. Segundo o texto, ao verem na terra prometida “homens gigantes” e uma terra que consumia seus moradores, os espias voltaram temerosos para CadesBarneia, lugar onde Moisés e os israelitas acampavam, e afirmavam que investir contra Canaã era um erro. Apenas dois espias defendiam a idéia de invadir Canaã, mesmo com as dificuldades. Seus nomes eram Calebe e Josué, este último teria sido o homem que conduziu os israelitas a conquista da terra prometida quarenta anos após o episódio da espionagem.

unânime consentimento) para haverem de receber esta grandiosa mercê da mão de Deus, e verdadeiramente que tantos foram os presságios, novidades, e maravilhas, que precederam a este ano, que quem com entendimento repousado o considerasse, a poucos passos viria a dar, que tantos prodígios, prometiam alguma grande novidade. (CALADO, 1942, v. 1, p. 197-198)

De acordo com Calado (1942), durante os momentos mais duros da insurreição tornaram-se comuns promessas de mortificações, disciplinas, jejuns, romarias, esmolas e a promessa de construção de Igrejas. Fazia parte das batalhas a presença de clérigos capazes de mudar o destino dos insurretos. Assim diz o autor:

[...]; estava junto ao Governador um Sacerdote com uma imagem de Cristo crucificado nas mãos, animando a nossa gente, e vendo o grande perigo em que estávamos, fez uma exclamação pedindo a Cristo pelos merecimentos de sua paixão e morte, e pelas dores e angústias que a Virgem padeceu ao pé da Cruz, [...] (CALADO, 1942, v. 2, p. 11)

Para Calado, não foi a insurreição e nem os líderes insurrecionais de 1645 que teriam provocado o retorno à devoção. A gênese desse momento estava nos episódios da resistência ao invasor em 1631, visto que muitos líderes da insurreição como Vieira, Dias, Negreiros, Ascenso Silva e outros, resistiram ao inimigo com bravura.

Sobre a resistência, é ilustrativo o episódio, narrado por Calado, em que os holandeses tentaram atacar os portugueses no Arraial em um dia de celebração da Semana Santa. De acordo com o clérigo, poucos teriam ficado na porta do Arraial fazendo a sua defesa, visto que muitos estavam confessando pecados aos clérigos locais. Ainda assim, Calado afirma que os holandeses não conseguiram conquistar a região, fazendo com que esta vitória fosse reconhecida pelos insurretos como uma ação miraculosa de santos católicos.

Para Calado (1942), o retorno da fidelidade a Deus iniciado em 1630, acentuou-se ao longo dos anos mediante as restrições de culto impostas pelos holandeses. Após a conquista do Arraial, a CIO procurou dar garantias aos luso-brasileiros com o intuito de recuperar o prejuízo causado pela resistência local. Em uma tentativa de evitar o êxodo da população recifense para o sul do nordeste, a empresa prometeu aos moradores concessão da liberdade

de consciência religiosa. Entretanto, tal liberdade nem sempre se traduziu em liberdade de práticas religiosas, visto que a partir de 1638 as procissões foram proibidas a pedido de ministros protestantes.

Além disso, a associação do catolicismo com a Coroa Ibérica era algo constantemente lembrado por Nassau e pelos membros da Companhia das Índias Ocidentais. O temor de um levante e o desejo de consolidação e alargamento do Brasil Holandês eram as razões para temerem os católicos. Para Barléu (1974), ao mesmo tempo em que o Conde pregava uma política de reconciliação e de tratamento especial para com os portugueses (como benevolência e cortesia), não se esquecia da necessidade de com o tempo e em boa ocasião expulsarem os portugueses do Nordeste. A ligação de frades carmelitas, beneditinos e franciscanos com a Bahia contribuiu para o temor dos holandeses, ocasionando a deportação desses clérigos para a Europa.

Nos escritos de Calado, há argumentos que sustentam o receio dos holandeses. A falta de sacerdotes em Recife acentuou as ligações dos insurgentes do Pernambuco com a Bahia. Constantemente, ocasionavam pedidos para o envio de sacerdotes que estavam em Salvador, o que gerava desconfiança do governo holandês e fazia com que a chegada destes no Pernambuco demorasse de cinco a seis meses por caminhos secretos ou por matos.

Assim diz o autor:

Neste tempo mandaram algumas pessoas principais de Pernambuco pedir encarecidamente ao Bispo que lhe mandasse da Baía alguns Sacerdotes para que lhes administrassem os Sacramentos [...] dali a cinco, ou seis meses das petições feitas, começaram a vir da Baía alguns sacerdotes por caminhos secretos, e do mato, ainda que não passaram de oito, a saber seis religiosos, e dous clérigos, [...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 98)

Os holandeses, ao permitirem os frades em Olinda, Paraíba e Ipojuca (lugares arrasados pelos incêndios e menos populosos em razão da fuga dos moradores) e não em Recife, demonstravam uma tentativa de sufocar a identidade religiosa católica que

frequentemente estava associada ao ser português. Abalar a fé era abalar a identidade do homem pertencente ao Império Português. Ao mesmo tempo, ao deixar o catolicismo ser praticado no interior, a CIO conseguia um meio de animar os luso-brasileiros a plantarem, ainda que a mesma temesse que partisse do meio rural um levante ao domínio holandês.

O temor holandês fez com que ela iniciasse um período de perseguição, levando à expulsão ou enforcamento de religiosos acusados de conluio com rebeldes no interior⁵³. De acordo com Calado (1942), a CIO reuniu na Ilha de Itamaracá clérigos de diversas ordens para de lá serem transportados para América Espanhola e Europa. Em Itamaracá tiveram suas roupas tiradas e sofriam humilhações dos soldados holandeses, alguns que desembarcaram morreram no meio do caminho e outros padeciam como náufragos em ilhas do Atlântico. A veracidade que Calado afirma dar a este episódio é porque ele estaria entre esses clérigos e só não foi morto ou enviado aos mares em virtude da intervenção do conde de Nassau.

O interior, onde os holandeses pouco penetravam, tornou-se domínio dos católicos insurgentes. Nas capelas dos engenhos e nas igrejas dos povoados do interior, muitos frades e padres levaram a efeito uma constante campanha contra protestantes e judeus. Os clérigos usavam o confessionário, o púlpito e até empunhavam armas para instigar os fiéis, exortavam os fiéis a perseverar na fé católica a fim de evitar a disseminação do culto reformado. Ao mesmo tempo, as pregações e exortações lembravam as atrocidades e humilhações cometidas pelos holandeses desde o desembarque em solos pernambucanos.

⁵³ O interior dos distritos era o lugar mais inseguro do Brasil – Holandês. A região era alvo dos ataques de soldados holandeses, descontentes com as condições de trabalho ou ambicionando riquezas, de negros foragidos ou de quilombolas, interessados em atingirem a seus antigos senhores; dos índios tapuias, aliados dos holandeses e conhecidos pela brutalidade como atacavam a quem tinha como inimigo e dos salteadores ou rebeldes, lavradores ou senhores que perderam suas terras para a Companhia das Índias e que rumaram para lugares como Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

A proximidade que Calado demonstra ter com os insurretos e as batalhas é caracterizada por uma forte presença de elementos religiosos que nos dão uma breve noção do que era ser luso-brasileiro católico sob o domínio do conquistador protestante. Esses elementos, enfatizados por Calado, iriam além da esfera paroquial, estando imbricados na gênese do homem lusitano, oriunda no século XII e dando identidade ao insurreto que combatia contra o conquistador no século XVII.

No prólogo de sua obra, Calado compôs poemas que igualavam o homem português do passado ao luso-brasileiro de então. Possamos ver isso em um dos poemas citados abaixo.

Os velhos aos mancebos compeliã
A renovar a fama Portuguesa,
Os de mui tenra idade, que isto ouviam
Aos pais, ora na praça, ora na mesa,
Com tal orgulho, e brio se sentiam,
Com tal resolução, tal altiveza,
Que cada qual ao pai já pede espada
Para ir também na empresa começada.
(CALADO, 1942, v.1, p. 12)

A fama portuguesa a ser restaurada era a que enaltecia os grandes feitos de Portugal nos séculos anteriores e que tinha sua origem em promessas enviadas ao patriarca português Dom Afonso de Henrique. Assim diz Calado:

E vencendo ao inferno, e morte, alcançou o triunfo da nossa liberdade, e averiguou a empresa do nosso resgate, posto nos braços da cruz, se mostrou ao afligido e angustiado zelador, e defensor de sua santa Fé Católica D. Afonso Henriques; e prometendo-lhe gloriosa vitória de tão grande imensidade, e número de Mouros, como consigo tinha Ismael, e os outros Reis seus confederados; e em lhe dando o título de Rei de Portugal, e por armas, e braço sua santa cruz, e as insígnias de nossa redenção, que são as cinco chagas, os trinta dinheiros, porque o Senhor foi vendido, e nos sete castelos, os sete dos do Espírito Santo; e prometendo-lhe a propagação dos Reis seus sucessores no trono da Lusitana Monarquia, e certificando-lhe em como o tinha escolhido, e aos Portugueses, para que levassem seu nome, e sua fé até as últimas partes do mundo; e no mesmo tempo, e hora em que lhe prometeu tão assinaladas mercês, benefícios, deitando os olhos de sua presciência à ingratidão, e má correspondência, que pelo tempo adiante os Portugueses haviam de mostrar para com ele, e logo os ameaçou com o castigo, para que se emendassem, e o ameaço lhe servisse de piozes, que os detiveram no caminho de seus apetites, em lhe dizendo, que prosperaria, e dilataria os Reis de Portugal da descendência do Santo Rei Afonso, até a

décima sexta geração. *Usque ad deciman-sexamgenerationem*. Logo acrescentou. *Tuncattenuabitur*. Passada a décima sexta geração, então se adelgaçará o Reio de Portugal, e ficará sua coroa pendurada de um delgado fio, a risco de cair em terra e se quebrar de todo em todo. Consta isso em Marís, no juramento d'El-Rei Dom Afonso Henrique. [...] Havia Cristo nosso Senhor prometido ao nosso primeiro Rei Dom Afonso Henrique, que quando o reino De Portugal estivesse mais dependurado de um delgado fio, e mais a ponto de se perder, e acabar. *In ipsaattenuata, ego respiciam, e videbo*. Que ele poria seus benignos olhos, e acudiria seu desamparado. Duas coisas acho aqui dignas de notar; a primeira é a diferença que vai dos olhos de Deus aos olhos dos homens; e a segunda o como é Deus pontual em cumprir sua palavra. [...] Porém como a palavra de Deus é fixa, firma, pura e sem falência, para que os Portugueses não descoroçoassem, sempre os foi animando com particulares revelações, que ia fazendo a muitos Santos varões, para que animassem a seus próximos, e com muitos ditos de outros, assim sábios, como idiotas, que mais que foram profecias, do que outra cousa. E assim, os Portugueses, que se prezavam de o ser, traziam as mãos cheias destas papeladas, a quem chamavam profecias do Bandarra, de S. Isidoro, de Fernão Gomes, de S. Tomé, e outras semelhantes, e as tinham guardadas nos escaninhos de seus escritórios, como cousas sagradas; e todos estavam esperando por o ano de mil e seiscentos e quarenta (não sei com que unânime consentimento) para haverem de receber esta grandiosa mercê da mão de Deus, e verdadeiramente que tantos foram os presságios, novidades, e maravilhas, que precederam a este ano, que quem com entendimento repousado o considerasse, a poucos passos viria a dar, que tantos prodígios, prometiam alguma grande novidade. (CALADO, 1942, pg. 179-180)

d) As práticas da Companhia das Índias Ocidentais

Para Calado (1942), não foram apenas as ações contra a religião que conduziram ao processo insurrecional. Atitudes tomadas pela empresa e por seus funcionários também motivaram o conflito.

A ocupação holandesa atraiu mercenários e funcionários que dispunham de poucos recursos e não tinham conhecimento do meio rural nordestino, fato que os levou a estabelecerem-se no meio urbano. Contudo, como o custo da moradia e da alimentação estava inflacionado no Recife, o roubo e o suborno contra moradores tornaram-se numa prática corriqueira. Tal situação era um obstáculo à já estremecida relação de dominados e dominantes. Segundo Calado:

Ficaram os holandeses senhores da vila, e Recife, e começaram a saquear tudo com grande desaforo, e cobiça. Este entrava por as casas, e saía carregando do melhor que nelas achava. Aquele quebrava com machados as portas das que estavam fechadas, as caixas, os escritórios, os contadores

cheios de finas sedas, de couro, e de prata, e ricas jóias; outros entravam por as igrejas, depois de lhe roubarem os ricos, e custosos ornamentos, e fazerem em tiras muitos deles, quebravam em pedaços as imagens de Cristo, e da Virgem Maria, e dos outros santos, e as pisavam com os pés com tanta coragem e desaforo, como que se com isto lhe parecesse que extinguíam a fé Católica Romana. Outros entravam por as lojas dos mercadores, e achando-as cheias de pipas de vinho, bebiam tanto que as ruas estavam abastadas de bêbados; outros como andavam esquentados, e azougados, punham fogo nos conventos, e edifícios suntuosos, dando com eles em terra. (CALADO, 1942, v. 1, p.27)

Por mais exagerada que pareça, a afirmação de Calado não merece descrédito. As relações vividas no período inicial da invasão, isto é, os cinco primeiros anos também podem ser entendidos como um dos pilares da Insurreição Pernambucana tanto na leitura de Calado quanto dos demais cronistas e autores⁵⁴.

É fato, que no período nassoviano houve certo clima de paz e relativa tolerância religiosa. Entretanto, as boas relações de Nassau com os moradores católicos não eram assimiladas pelos seus subalternos. De acordo com Calado (1942), além de subornarem e agredirem alguns religiosos, os soldados flamengos roubavam suas roupas, despojando-os e deixando-os de ceroulas.

Nassau procurou tomar atitudes para erradicar os “holandeses errantes”. Segundo Watjen (1938), o conde restabeleceu a disciplina, enviando para Amsterdam alguns dos funcionários mais perigosos, além de melhorar a alimentação diária dos civis e militares.

Contudo, as medidas de Nassau se mostraram ineficientes, pois a crônica falta de recursos para manter seus funcionários civis e militares e o atraso nos pagamentos contribuíram para que os funcionários da companhia continuassem agindo de forma indevida.

Ao mesmo tempo em que a CIO permitia a ação de alguns de seus funcionários, a empresa se via dependente do trabalho dos luso-brasileiros no interior e entendia que sem

⁵⁴Pode ser que este argumento seja um dos únicos pontos de concordância na historiografia do Brasil - Holandês.

eles, ela não teria acesso às riquezas da terra. O secretário Dussen reconhecia os lusitanos como os principais agentes da terra. Assim diz ele:

Os portugueses são também zelosos no cultivo dos seus canaviais e graças a eles a agricultura do país progrediu, [...] Os portugueses senhores de engenho, em consequência da guerra perderam muito dos seus bens, empobrecendo e incapacitando-se para restaurar os seus engenhos, [...] (DUSSEN, 1947, p. 86)

Ainda que a contragosto, o governo da Nova Holanda buscou conceder liberdade de religião aos luso-brasileiros do interior, como uma maneira de mantê-los presos à terra e produzindo. Paralelamente, à medida que a empresa holandesa procurava obter mais lucros, a população local ficava sujeita às obrigatoriedades que a cercavam, como leis e taxas criadas. No trecho abaixo, Calado mostrou algumas das atitudes, consideradas indevidas, por parte da CIO:

Para assolação de toda a Província inventaram e inovaram vária diversidade de ofícios, a saber Escoltetos, e financeiros, que nenhum outro cargo executavam mais que argüir os pobres moradores de tudo aquilo, que lhe ditava a imaginação para condenarem para si, usando de seus poderes com os maiores insultos do mundo, até tomarem as mulheres casadas com força; e violência, e usarem delas por mancebas, tendo-as, e mantendo-as em suas casas (CALADO, 1942, v.1, p. 296-297)

Em face da atuação opressora de alguns flamengos, Calado lamentava a situação dos moradores, vista por ele como miserável. Assim diz o autor:

Não tendo já para que apelar estes tristes moradores os obrigou sua grande miséria, e seu desconsolado cativo a olharem para si e verem no triste espetáculo de suas pessoas apagado o brio dos antigos portugueses, esquecida a valentia, com que foram criados, vendo por lei fixado suas cintas sem espadas, sua fazendas com novos donos, muitas de suas casas com violenta desonras, com tão geral desampador, que alguns comunicava sua dor ao outro, por alívio, saía da ocasião mais penoso pois as repetidas lástimas do próximo, e o piore que foram em tanto crescimento as afrontas, que se debilitaram os brios ainda à falta do ordinário sustento com que foi força recorrer ao discurso, e desembuçar o envergonhado valor, que tantos anos havia andava coberto, e a amiudados juízos forma total resolução de livrar a pátria de tão forte cativo ou morrer na demanda (CALADO, 1942, v.1, p. 299)

Para Moreau (1979), os administradores da CIO só almejavam lucro e pouco pensavam a respeito do bem estar social da colônia. Além dos altíssimos impostos, o autor cita que dentre as práticas da empresa holandesa, estava à exigência do pagamento de 5% do valor das propriedades e 10% dos aluguéis das casas.

Durante determinado tempo, a CIO proibiu armas de fogo ou pólvora nas casas dos portugueses. Segundo Moreau (1979), essa decisão gerou momentos embaraçosos para alguns lusitanos, pois houve situações que alguns negros jogaram utensílios bélicos nas casas dos portugueses para incriminá-los. De acordo com Moreau (1979), o temor em possíveis acusações fazia com que os luso-brasileiros dessem grande soma de dinheiro a funcionários da CIO para não serem aprisionados e condenados.

Algumas decisões de Nassau contribuía para essa situação. Uma das atitudes tomadas pelo conde foi a redução dos direitos dos senhores sobre os seus escravos. Tal medida dizia que mesmo que os negros fossem castigados com chicote, vara e correia de couro, caberia apenas à autoridade pública julgar sobre mutilações, marcação de ferro e morte. Esta decisão foi considerada uma “afronta” à autonomia do senhor de engenho, que até então tinha liberdade para castigar seus escravos.

A existência de funcionários corruptos, ou que agrediam e assassinavam os moradores, aumentou após a restauração portuguesa e da assinatura da trégua entre os Estados Gerais e Portugal. Segundo Boxer (1961), com a promessa de paz o preço das ações da CIO baixaram de modo significativo, desagradando aos diretores e acionistas partidários da continuidade da guerra. Os primeiros atingidos pela queda dos preços das ações foram os funcionários da empresa que tiveram seus soldos e salários reduzidos ou atrasados, gerando maior fustigação por parte desses com os moradores luso-brasileiros. Assim, Boxer descreve a situação dos empregados da Companhia:

Os pagamentos eram demorados e os atrasados iam conseqüentemente se acumulando; contudo, a culpa disso não lhes cabia necessariamente, mas vinha principalmente do fato de não receberem a tempo, ou por inteiro, os subsídios das províncias. Aos que concluíam o seu tempo de serviço, procuravam os diretores persuadir que continuassem no Brasil como colonos, em vez de tornarem à Holanda para dar baixa, isso com o duplo objetivo de obter colonos afeitos ao clima tropical, e de poupar o dinheiro das passagens de volta. Bom número deles assim fez, e outros teriam feito o mesmo se houvessem recebido o que lhes devia, coisa que era raro verificar-se. Era sistema da Companhia segurar uma parte do pagamento como garantia de bom comportamento de seus homens e precaução contra deserções, até findar o prazo de serviços (geralmente três anos), ocasião em que, é de supor-se, receberiam o saldo. Na realidade, as contas dos soldados eram muitas vezes manobrados pelos próprios pagadores, ou pelos funcionários da Companhia, que nelas descontavam roupas e outros pertences, calculados em base fictícia. Em conseqüência disso, muitos soldados que depois de longos e fiéis serviços esperavam voltar para a Holanda com um bom saldo a seu favor, verificaram que pouco ou nada tinham a receber” (BOXER, 1961, p. 179-180)

Ao mesmo tempo, a demora em assinar a Trégua dos Dez Anos – tratado de paz assinado pela Coroa Portuguesa e pelos Estados Gerais com duração de 10 anos (1642-1652) – permitiu que uma série de acontecimentos desestabilizasse ou até mesmo vetasse a possível paz. A demora de Dom João IV em ratificar a trégua, possibilitou que uma série de invasões holandesas ocorresse em outras partes do Império Português. A primeira deu-se em Angola, principal mercado de negros na costa da África. No mesmo continente, São Tomé se tornou o segundo alvo da CIO em virtude de sua abundância em produzir cana de açúcar.

Para realizar tais ações, a Companhia utilizou-se de civis e militares que trabalhavam no nordeste. O deslocamento desses funcionários fragilizou a segurança e a administração do Brasil Holandês e possibilitou uma ação mais incisiva dos insurgentes. A assinatura da trégua, em 1642, foi precedida pela conquista da capitania do Maranhão, vista como uma via de comunicação para a região andina. Nesse período, o Brasil Holandês alcançou o seu auge territorial, com uma área que abrangia Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará e Itamaracá⁵⁵.

⁵⁵ A área de domínio da CIO ainda abrangia o forte português da Mina, na Guiné, capturado em 1637. A conquista do lugar tinha fins estratégicos para o acesso ao mercado escravista. Além desses

2) As ações insurrecionais

Como a historiografia nos informa, a dominação holandesa deu início a um período de declínio econômico e político dos senhores nordestinos. Os momentos que antecederam a conquista suscitaram um pânico que levou muitos senhores a abandonarem seus engenhos e fugirem para o sul da região. Para Freire (1961), a invasão holandesa foi a primeira quebra de autoridade do poder local dos senhores. Contudo, o desinteresse dos holandeses em fixarem-se no interior fez com que a CIO atraísse os senhores a retornarem para suas antigas possessões, revendendo os engenhos em várias prestações e prometendo liberdade religiosa.

Com o tempo, alguns desses senhores se viram apertados por credores (especialmente judeus), acumulando dívidas com a CIO e sofrendo com perdas de safras ocasionadas por pragas, enchentes, epidemias, falta de gado, incêndios, depredações e ataques de salteadores. Além disso, tornaram-se impotentes diante das humilhações que passavam em seus próprios domínios. Segundo Calado (1942), os senhores eram sujeitos a vexames e exploração dos escoltetos, a saques dos bandos de soldados, a roubos, a ataques de salteadores.

As ações praticadas ou permitidas pela CIO também geraram descontentamento dentro da própria empresa. Moreau, secretário da CIO no período posterior à partida de Nassau, endossa a narrativa de Calado com relação à opressão da empresa sobre os senhores. O interesse da CIO em restaurar suas finanças após os prejuízos proporcionados pela resistência, fez com que a mesma tomasse medidas que indignavam ainda mais os luso-brasileiros. Segundo Moreau:

[...]; as mercadorias e objetos eram taxados de tantas gabelas correspondentes aos direitos de registro, reconhecimento, controle, avarias marítimas, desembarque, verificação, armazenamento, imposto alfandegário,

territórios, a CIO intentou em 1643 conquistar parte do Chile que ocorreu de maneira mal sucedida. Tal investida demonstra o caráter expansionista da CIO e, também, sua insistência em expandir seu território para as áreas que compunham o Império Espanhol.

que o pouco lucro restante depois da dedução desses tributos teria desanimado os mais laboriosos, se não fosse a venda aos portugueses, a preços excessivos e não razoáveis. (MOREAU, 1979, p. 27-28)

As críticas feitas por Calado e reafirmadas por Moreau, indicam que o tratamento dado pela CIO aos luso-brasileiros se estendia a todos os estratos sociais.

Contudo, há algo específico que nos chama a atenção na obra de Calado. Ao mesmo tempo em que o clérigo frequentemente fazia menção aos nomes dos senhores envolvidos em qualquer tipo de levante contra os holandeses, raríssimas vezes Calado fazia referência aos indivíduos oriundos dos estratos inferiores, apresentados em geral de maneira global.

Quando falava de um indivíduo do estrato inferior sem fornecer seu nome, Calado procurava identificá-lo pelo local de origem ou pela ocupação que exercia. Assim, se os menos afortunados estavam submetidos à liderança dos estratos superiores, restauradores do brio e da honra lusitana, quer dizer que a ação insurrecional teria se dado de cima para baixo, cabendo aos estratos mais destacados introduzirem nas mentes populares a prática da defesa da fé como fator motivacional.

No trecho a seguir, vemos como Calado narra às ações dos homens que pertenciam aos grupos inferiores na escala social. O clérigo narra o episódio em que determinado soldado da Bahia, encontrado em solo pernambucano, foi capturado e condenado à força pelos holandeses. Prestes a morrer, esse soldado recebeu a visita de um predicante calvinista. Segundo Calado, o soldado reagiu da seguinte maneira:

Vá-se com todos os diabos, ministro de Satanás, enganador, e embusteiro, vá-se de diante dos nossos olhos, não seja o demônio, que aqui nos venha tentar, que não queremos ouvir suas razões, nem cremos em seus enganos; somos Católicos Cristãos, e cremos bem, e verdadeiramente na lei de Cristo, segundo a ensina e guarda a Santa Igreja Romana, e nela nos esperamos salvar, e não em lei de bêbedos, e velhacos ladrões. (CALADO, 1942, v. 1, p. 343)

Contudo, ao mesmo tempo em que Calado via na insurreição um marco único na história da América Portuguesa, o clérigo procurava apresentar os insurgentes com ressalvas.

De acordo com Calado, ao dar-se conta das proporções que o levante tomava, João Fernandes Vieira teria escrito uma carta a Dom João IV com o intuito de dizer ao rei que os insurgentes não tinham por objetivo a revolta contra Portugal.

Ao mesmo tempo, João Vieira escrevia que, caso Dom João optasse pela neutralidade, ele e os demais insurretos procurariam outro príncipe católico a se submeter. Assim diz Calado sobre a carta escrita por Vieira a Dom João IV:

[...] a Vossa Majestade convem valer-nos, porque de outra maneira não só será reprovada entre os Príncipes Cristãos a ação, mas ainda condenada a paciência, [...] pedimos a Vossa Majestade nos acuda, quando logo seja possível, sem permitir que este nosso papel se consuma, e com ele nossa cristandade, e vidas, de Concelho, e em concelhos, porque só a Vossa Majestade compete isso [...] tornamos a pedir socorro, e remédio com tal brevidade, que nos não obrigue a desesperação. Pelo que toca ao culto divino, a buscar em outro Príncipe Católico o que de Vossa Majestade esperamos. (CALADO, 1942, v.1, p. 307-308)

A perspectiva de uma luta que se dava pela defesa da fé e que não tinha como intuito uma afronta direta a Portugal pode ser observada no seguinte poema de Calado:

Vendo-se Lucideno com estado,
E sabendo que tinha Portugal
Um soberano Rei por o Céu dado
Rei da Coroa herdeiro natural;
Vendo em Olinda o povo atribulado
Por o Belga Tirano capital
Tratou de o livrar da morte horrenda
Com sua vida, e ser, sangue, e fazenda.
(CALADO, 1942, v. 1, p. 335)

Em simultâneo à ação central de Vieira e seus liderados, ocorriam levantes praticadas por luso-brasileiros que moravam em províncias longínquas da região da Várzea⁵⁶, base dos

⁵⁶ A Várzea era uma das 8 freguesias que pertenciam à Capitania de Pernambuco. A região ficava a 11 milhas da sede da Companhia das Índias, no Recife. A freguesia abrigava um grande número de engenhos, sendo que os três principais - São João, do Meio e Santo Antônio - eram de propriedade de João Fernandes Vieira. Devemos mencionar que as ações locais, distantes dos grandes centros como Recife e Salvador, não era inédito no período do Brasil - Holandês. Os anos correspondentes à resistência inicial ao invasor também foram marcados por conflitos em lugares como Ceará e Rio Grande do Norte.

insurretos. Nesses distantes lugares, a empresa holandesa tinha menos funcionários que no Recife.

Em Ipojuca, 55 quilômetros do Recife, os moradores se levantaram matando alguns judeus e holandeses que ali estavam. Em Olinda, o senhor de engenho Pedro Gomes Chaves ordenava ações sem esperar qualquer decisão delegada por Vieira. Na região do rio São Francisco os senhores mais ricos do distrito enfrentavam os holandeses ali aquartelados.

Contudo, o episódio mais valorizado em Calado de uma liderança local, deu-se em Porto Calvo. Em Porto Calvo, abundante entreposto de cana entre Recife e Alagoas, surgia como destaque à liderança do senhor Cristovão Lins de Vasconcelos. Segundo Calado (1942), Lins e seu tio, Marinho de Falcão, juntaram-se com os moradores de Porto Calvo para levantarem-se contra os holandeses.

O levante ordenado por eles deu-se porque o comendador holandês (Chan Florim), em Porto Calvo, prendeu o nobre Rodrigo de Barros Pimentel, casado com uma prima de Cristovão Lins. O cerco orientado por Lins fez com que os holandeses de Porto Calvo ficassem circunscritos ao interior da fortaleza local, onde em pouco tempo tinham escassez de alimentos. Tal fato provocou a desistência dos holandeses em prosseguirem a luta.

Assim como a recuperação da honra e do brio lusitano imbuídos de um discurso religioso era o fator motivacional dos insurgentes liderados por Vieira, Calado afirma que o mesmo ideal era encontrado a esses líderes distritais. A ação desses homens fez com que Calado escrevesse poemas que os enaltecessem, como o abaixo:

Não me posso escusar de dar louvor
A um mancebo de tão tenra idade,
Com quem o esforço, o brio e o valor
Confirmou da nobreza a qualidade:
Foi desta povoação descobridor
Cristóvão Lins, exemplo de bondade,
Porém si pelo avô foi conquistada,
Também foi pelo neto restaurada
(CALADO, 1942, v. 2, p. 144)

A menção à restauração do brio lusitano, destituído de interesses materialistas, prossegue no poema como uma das características da insurreição.

De que aproveita a vida em cativo
Terrível, fero, duro, e rigoroso?
Gastem-se os bens, consuma-se o dinheiro,
Façamos nosso nome glorioso:
Eu quero nesta emprêsa ser primeiro,
Mais lustrará quem for mais valoroso,
Vamos cercas a fôrça do inimigo,
Que Deus será por nós neste perigo.
(CALADO, 1942, v. 2, p. 144)

Ao mesmo tempo, devemos mencionar que a relação de Calado com os senhores não se dá unicamente no reconhecimento da honra a esse estrato. Para o clérigo, o mesmo estrato, que forneceu os heróis da insurreição, foi capaz de promover os principais traidores luso-brasileiros. De acordo com o clérigo, a defesa da fé como discurso de uma instituição do Império Português não era pertinente a todos os moradores, de modo que alguns luso-brasileiros não se uniram às fileiras de Vieira nem à de insurgentes de outras províncias. Deste modo, homens como estes demonstravam infidelidade a Deus e ao Império Português.

Para Calado (1942), esses homens eram indignos do sangue lusitano, pois ao invés de lutarem contra o invasor, preferiram se associar ao inimigo para obter ganhos materiais. Ao fazer essa afirmação, Calado tenciona a relação do local com o invasor dentro de um “termômetro” que mede a fidelidade a Deus e à Coroa Portuguesa.

Ao mesmo tempo, devemos levar em consideração que ao exaltar a figura dos insurgentes como indivíduos acima do bem e do mal, Calado acaba ignorando atitudes tomadas por alguns desses líderes que seriam contrárias aos princípios religiosos que o norteavam.

Embora John Nieuhof tenha cometido alguns exageros no clássico *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, ele nos demonstra o quanto alguns princípios cristãos valorizados por Calado, eram deixados de lado pelos insurretos. Segundo Nieuhof (1961), era

comum a ocorrência de ataques e massacres a fazendas comandadas por Camarão e seus capitães sem que levasse em consideração idade ou sexo. Mulheres grávidas tinham suas barrigas abertas por soldados luso-brasileiros e aqueles que desistiam de combater eram mortos⁵⁷. Assim, o termômetro de Calado era baseado muito mais naquilo que o fiel faria pelo sucesso da insurreição.

Nas primeiras páginas de sua obra, Calado não isentou aqueles que não auxiliaram o governador Matias de Albuquerque nos combates contra os holandeses, dando-lhes o termo pejorativo de “barrigas inchadas”. Assim diz o autor:

Acudiu Matias de Albuquerque a lhe impedir o desembarcar, ou ter com ele encontro no caminho, e suposto que levava consigo uma luzida tropa de gente, entre os valorosos, e honrados que o acompanharam com grande ânimo de defender a terra, iam outros ricaços, e de inchadas barrigas, que como não estavam acostumados a morrer, tudo era inconvenientes a tal determinação, e persuadiram ao General, que não tivesse encontro com o inimigo no caminho, nem na praia, senão na vila, aonde tinham seus reparos, e trincheiras; e isto diziam a gritos, porque como na vila lhe ficavam suas mulheres, e filhos e riquezas, queriam pô-las em salvo, [...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 25)

A vila deixada para trás era Olinda e os barrigas inchadas representavam parte do estrato dos senhores que outrora dispunham de poder, riqueza e prestígio. Ao mesmo tempo, Calado acreditava que esses homens eram os responsáveis pela invasão dos holandeses, visto que isso teria se dado como consequência do castigo de Deus aos luso-brasileiros, como expresso anteriormente.

Após a invasão, os resistentes localizados no Arraial do Bom Jesus sofreram com as traições cometidas pelos próprios companheiros de resistência. De acordo com Calado, tornou-se comum que traidores oferecessem cavalos, guias e presentes a soldados e funcionários holandeses em troca de conservação de seus bens. Nesse episódio, via-se a

⁵⁷Cremos na possibilidade de práticas desviantes cometidas por alguns luso-brasileiros. Contudo, cremos que Nieuhof exagera ou generaliza algumas das ações mencionadas acima. Casos de homens como Sebastião de Carvalho e Antonio Cavalcanti, senhores que não assinaram a carta de lealdade feita entre os insurretos, são exemplos opostos aos ditos por Nieuhof.

crítica aos senhores de engenhos, únicos que tinham condições de presentear os inimigos com ofertas tão custosas.

Calado (1942) afirma que não era apenas no nordeste que poderiam se encontrar infiéis a Cristo e ao Império Português. Escrevendo sobre a rede de ligações que havia no Império e a preocupação na unidade de sua extensão, Calado também relata sobre traições ocorridas em Angola. Assim diz o clérigo

Dali a poucos dias chegou ao Recife o Coronel André Son de Angola, aonde deixava já outro sucessor no cargo, e trouxe consigo três embaixadores negros do Conde de Consonho (que se havia rebelado contra os Portugueses) a pedir socorro aos Holandeses, e firmar com eles amizade, e aliança; e do Recife partiram para a Holanda a propôr sua causa no Tribunal dos Dezenove da Companhia, e o André Son trouxe de Angola muito ouro, e prata, e jóias, e todas as mais alfaias, que achou por as casas dos moradores, de ornato, e serviço ordinário, e quotidiano. (CALADO, 1942, v. 1, p. 252)

Todavia, dentre todos os nomes mencionados por Calado, aquele que o clérigo considerava como o “grande traidor” de Deus e da Coroa era o português Gaspar Dias Ferreira. Senhor de engenho em Muribeca, Sergipe; Ferreira era ,de acordo com o relatório de Dussen ,um dos senhores que mais deviam a CIO. Seu débito era de 62.954:7 florins, pouco se comparado a João Fernandes Vieira; 327.756:1:8 florins e ao judeu Jorge Homem Pinto, senhor na Paraíba e maior devedor da CIO com 1:245:160 florins⁵⁸.

Mesmo com a dívida, Calado afirma que Ferreira era influente entre holandeses e usava disso ambicionando poder e prestígio, ainda que isso custasse o sangue dos moradores. Para apontar bem a diferença entre Ferreira e os demais senhores de engenho se faz necessário lermos o seguinte trecho escrito por Calado.

Havia em Pernambuco dous homens, que privavam muito com o Príncipe João Mauricio de Nassau, e com os do supremo, e político Concelho dos holandeses, e ambos mui encontrados na vida, e costumes, um se chamava João Fernandes Vieira, e outro Gaspar Dias Ferreira; um tratava de grangear sua vida, e também a amizade dos holandeses com o dispêndio de sua fazenda, e outro tratava de seu próprio interesse, e de fazer ricos aos

⁵⁸ DUSSEN, 1947, p 150-157.

holandeses à custa da fazenda, e sangue dos moradores. (CALADO, 1942, v. 1, p. 117)

As críticas de Calado a Ferreira preenchem boa parte do primeiro volume de sua obra. O clérigo afirma que Ferreira também usava sua influência para conquistar a confiança do conde de Nassau, atuando às vezes como conselheiro do conde sobre os assuntos correspondentes aos indivíduos luso-brasileiros.

Calado expõe Gaspar Dias Ferreira como alguém que só intervinha em favor dos moradores quando recebia algum tipo de compensação financeira. A importância dele, segundo Calado, é que ele tornou-se o principal negociador entre o Supremo Conselho e os moradores, principalmente para os mais ricos e para aqueles que estavam em complicações jurídicas. Assim diz Calado sobre o papel desempenhado por Ferreira:

[...] não faziam os moradores petição, nem moviam causa que não corresse por as mãos de Gaspar Dias Ferreira, ou para cuja expedição não fosse chamado, e ele o fazia de tal modo, que nenhum vinha com petição, ou demanda, que não deixasse o velo, e às vezes o sangue; [...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 120).

Segundo Calado (1942), até Nassau percebeu que Ferreira não era alguém de confiança e isso fica evidente em um dos capítulos da carta trocada entre o conde e a CIO. No documento Nassau relatava a estreita relação que ele tinha com três portugueses no nordeste. Assim diz Calado sobre o conteúdo da carta:

[...] ele João Mauricio tinha três grandes amigos Portugueses, com os quais de continuo tratava; a saber um Frade chamado Frei Manoel do Salvador, e o segundo João Fernandes Vieira, e o terceiro Gaspar Dias Ferreira...o segundo grangeava sua amizade, presentando-o com mimos, e regalos, e alguns de muito porte, porém tudo à custa de sua fazenda; e o terceiro fazendo-lhe emprender cousas injustas, e executar alguns desaforos, e injustiças com os moradores, que tinham mais cara de tirania, do que de obras de pessoa de sangue Real, e Imperial; e que o caminho por onde esse homem o levava era o interêsse de ajuntar dinheiro, à custa do sangue dos pobres, e inocentes, com o que êste homem o fazia rico a êle, e se fazia rico a si, pois sendo poucos antes tão pobre que não tinha um prato de farinha para comer, todavia com sua sombra, e com o favor que lhe dava, se tinha feito este homem tão altivo, que se fazia estimar, e venerar mais do que êle dito Príncipe, [...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 129-130)

Todavia, os comentários de Nassau sobre Ferreira não impediram que o português exercesse grande influência sobre o conde. Segundo Calado (1942) partiu de Ferreira o plano para a fracassada investida holandesa contra Salvador em 1638. A influência de Ferreira sobre Nassau teria se dado não apenas nas questões estratégicas, como o intento contra o Salvador, mas também ao uso da máquina institucional da CIO para proveitos econômicos pessoais.

Vendo Gaspar Dias Ferreira, que os negros se vendiam em Pernambuco por tão alto preço, e que também havia grande falta de vinho, e que nessas duas espécies se podia tirar excessiva ganância, e proveito; persuadiu ao Conde de Nassau a que ambos fizessem uma companhia, e mandassem uma nau ao Cabo Verde, ou à Ilha da Madeira, com cópia de dinheiro, e alguns açúcares, e páu do Brasil, e tabaco, a carregar, ou de negros, ou de vinhos, e que êle daria ordem para que na torna viagem viessem a tomar qualquer porto da capitania de Pernambuco, como não fôsse o do Recife, e que Dalí êle faria desembarcar qualquer fazenda que trouxessem, e a matéria por a terra dentro, e a venderia sem ser sentido, com o favor, e à sombra dele dito Conde, e que assim grangeariam a mãos lavadas grande soma de dinheiro; e que para que nos pôrtos de Portugal lhe dessem carga para a nau, ele buscaria piloto, e marinheiros Portugueses, para que se entendesse que a nau ia da Baía, e não de Pernambuco; e como esta matéria de interesse atropela com todos os impossíveis, pareceu-lhe bem ao Conde João Mauricio o apontado, e logo deu ordem para que Gaspar Dias comprasse aos do supremo Conselho uma grande nau, que estava desmastreada no porto do Recife, para se lhe darquerena; e a calafetaram em breves dias, e a puseram a vela, [...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 266-267)

O resultado desse evento foi à chegada, no Recife, de um grande número de escravos.

Em resolução a nau deitou toda a escravaria em térrea, e em lotes se foi repartindo por diferentes freguesias, e vendendo por excessivos preços; e Gaspar Dias Ferreira, com cartas escritas em nome do Conde João Mauricio, e firmadas por ele foi mandando a maior parte dessas peças a alguns senhores de engenho, e lavradores ricos de seis em seis, dizendo-lhes que haviam feito um presente de escravos, e que lh'os mandava para suas casas para se servirem deles, e que lh'os pagariam pelo preço que quisessem e quando quisessem. Alguns as aceitaram mais por não desagradarem ao Conde, do que por vontade de comprar peças. Outros porque conheciam mui bem as manhas de Gaspar Dias, se escusaram que não haviam mistér peças, nem tinham com que as pagar, porém que agradeciam muito a mercê, por a qual ficavam mui obrigados. Não se passaram oito meses, quando Gaspar Dias Ferreira deu com a mão do gato sobre todos os que haviam aceitado as peças, e lh's as fez pegar cem mil réis, e a noventa réis cada peça, e isto com rigor; [...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 269-270)

Segundo Calado (1642), comentários irônicos grassavam em boa parte da população que Gaspar Dias Ferreira praticava feitiçaria em sua casa para ter maior influência sobre

Nassau. Esses feitiços, para Calado não eram “espirituais”, mas financeiros. “E eu digo que os feitiços que ele lhe dava, eram muitos alvires para lhe encher a bolsa, e muitos conselhos, e tramóias para tirar com rebuçada raposia o sangue dos pobres” (CALADO, 1942, v. 1, p. 257).

A influência de Ferreira sobre holandeses e luso-brasileiros não é algo mencionado apenas na leitura de Calado. Encontramos nas nótulas diárias da CIO, o envolvimento do lusitano em assuntos prioritários da empresa holandesa.

Como escabino de Maurícia, Ferreira intercedeu a CIO em dezembro 1639 pela substituição do secretário lusitano da Câmara de Maurícia “porque o português que está no serviço não é a pessoa indicada” (DagelijkseNotulen, volume 5, período 4) em favor de alguém indicado por ele e pelos demais escabinos. A resposta para essa petição de Ferreira era a permissão para que os escabinos nomeassem as pessoas adequadas para substituir o secretário. Além dessa nótula, as demais citavam Ferreira como um “atuante defensor” dos interesses dos moradores de Maurícia contra a cobrança de impostos sobre os terrenos e aluguéis.

Segundo Calado (1942), o retorno de Nassau a Amsterdam provocou pânico em Ferreira, que temendo ser morto tanto por luso-brasileiros quanto por holandeses, teria abandonado seu trabalho e retornado a Europa. Assim diz o autor:

Vendo Gaspar Dias Ferreira que, si o Príncipe se ia, e ele ficava na terra, que os Holandeses o haviam de destruir, e prender, e os Portugueses o haviam de matar, por os muitos, e notáveis agravos que lhes havia feito, e as fazendas que lhes havia roubado, pôs em ordem de se ir com ele, e assim o fez, e levou consigo dous filhos seus, e a duas filhas, deitando fama que os levava para receberem mercês grandiosas d’El-Rei D. João;[...] (CALADO, 1942, v. 1, p. 278)

Contudo, se Ferreira era o vilão do povo, Vieira era o herói, e o clérigo usava a biografia desse senhor de engenho para afirmar que se ele venceu na vida, certamente venceria a guerra pela liberdade religiosa.

Já, no período correspondente à insurreição, Ferreira “saiu de cena” e as críticas direcionadas a luso-brasileiros recaíram sobre Sebastião de Carvalho e Antonio Cavalcanti. Seus nomes apareceram no diário de Calado através da carta enviada pelos senhores ao rei Dom João IV. Carvalho e Cavalcanti se negaram a assinar o documento, gerando assim indignação em Calado.

[...] Antonio de Oliveira, e ele não somente a não quis assinar, mas antes reprovou grandemente o intento, pondo-lhe infinitas dificuldades, mostrando nisto não ser Português no nome, e na língua, mas não nas obras, nem no coração, [...] Este [Sebastião de Carvalho] pois, não somente não quis assinar a carta, mas antes logo foi dar ponto aos do supremo Conselho de tudo o que se passava, e o mesmo fez Antonio de Oliveira, e lhes declarou todas as pessoas que estavam mancomunadas, e juramentadas para a empresa. (CALADO, 1942, v. 1, p. 358)

Pouco se sabe sobre esses dois senhores. Até o momento, só encontramos seus nomes no diário de Calado, em algumas nótulas diárias e no relatório de Dussen. Ambos tinham dívidas com a empresa holandesa, mas irrisórias se comparada às de Vieira e Ferreira⁵⁹. Sabemos ainda que Cavalcanti era escabino holandês em Maurícia, lugar onde os negros foram armados pelos próprios holandeses para guarnecerem a cidade de possíveis ataques dos insurretos.

Assim como Cavalcanti, Gaspar Ferreira também era escabino de Maurícia e a primeira conclusão para que possamos chegar a essa constatação é que muito provavelmente, Maurícia abrigava os luso-brasileiros que desejavam a manutenção do domínio holandês, livrando-se assim de tudo que poderia se remeter ao passado da Nova Lusitânia⁶⁰.

⁵⁹ Segundo Dussen (1942), em 1939 a dívida de Antonio Cavalcanti era da ordem 20 florins e a de Sebastião Carvalho 2.640 florins.

⁶⁰ Em homenagem ao conde, a cidade foi batizada como Maurícia e foi projetada por Nassau segundo planos urbanísticos definidos. De acordo com Nieuhof (1942), o próprio Nassau interveio em sua construção, andando por ela traçando suas ruas e praças; além de demarcar seus limites. Dentro do plano urbanístico desenvolvido por Nassau, fez parte a construção de obras mirabolantes, como o Palácio de Vrijburg (palácio residencial, onde Nassau recebia visitas e dividia aposentos com ilustres)

Ao mesmo tempo, podemos ver nessa relação o papel desempenhado por judeus e cristãos-novos para que os holandeses não desistissem do domínio sobre o nordeste. É possível tal análise, visto que em primeiro lugar, um considerável número de judeus de origem lusitana migraram para o nordeste após a invasão e, em segundo lugar, que apenas no Recife e em Maurícia foram construídas sinagogas.

Embora Calado visse a insurreição como um levante predominantemente religioso, ele nos fornece elementos suficientes para cremos que o motim era fruto de uma instável relação entre os interesses da Companhia das Índias Ocidentais com os dos moradores.

Ao mesmo tempo, ainda que o clérigo valorizasse a participação dos senhores de engenho, ele não abriu mão de criticar aqueles que se ausentaram da conspiração contra a CIO. Mesmo que Varnhagen o chame de “*panegirista de Vieira*” (o que nos daria condição de dizer que os alvos do clérigo são na verdade os inimigos de Vieira), não podemos menosprezar as informações que o clérigo dá sobre o levante, especialmente sobre o duplo posicionamento dos senhores de engenho.

3) Aspirações Pessoais

A questão religiosa foi uma das ferramentas utilizadas pelos insurretos para estabelecer uma unidade entre os distintos elementos que faziam parte da sublevação. Embora não seja possível negar qualquer tipo de devoção dos insurretos, cremos que os insurretos tinham pessoais.

Entre os combatentes, havia homens que aspiravam por títulos de fidalguia, por terras, por alforria e também por liberdade religiosa. A soma de todos esses interesses, associada ao

e o Palácio da Boa Vista. Esse segundo tinha pomares de frutas, plantas, faunas, casas de diversão e jogos. Além disso, a cidade ainda dispunha de saneamento básico, pontes e diques.

discurso religioso apregoado tanto por Calado quanto por outros cronistas lusitanos, levariam à restauração da honra portuguesa, com a retomada do nordeste.

De acordo com Raphael de Jesus (1844), os interesses citados acima eram decorrentes dos danos causados pela presença holandesa aos vários grupos sociais da América Portuguesa. Para Jesus (1844), os homens de negócio sentiram a diminuição do comércio, os homens do governo, a perda da reputação; os homens do povo, a perda do sossego⁶¹. Deste modo, a insurreição foi o elemento necessário para a solução de problemas ou para a conquista de objetivos dos diferentes estratos sociais do Brasil – Holandês.

Após a consolidação da ocupação holandesa em 1636, tornou-se comum os rebeldes atuarem de maneira desorganizada e dispersa. A entrada definitiva dos senhores, em 1645, na luta contra os invasores (após levarem nove anos tentando se recuperar dos prejuízos causados pela invasão) trouxe garantias financeiras e estratégias para os insurretos que agiam, até então, de maneira descentralizada.

Ao ler Calado, é de se espantar o crescimento da ação dos insurretos. De acordo com o clérigo, quando a insurreição se iniciou de maneira organizada, em 1645, apenas 130 pessoas com poucas armas, pedras, paus, algumas espingardas e pólvora guardadas por Vieira compunham o grupo dos insurretos. Com o passar das semanas, o grupo cresceu em números e em munições, alcançando, em fins de 1645, números que atemorizavam o inimigo.

⁶¹Esses interesses se agravaram à medida que consolidava a ocupação e a presença da Companhia das Índias Ocidentais. Geralmente, a historiografia apresenta a insurreição como uma consequência a debilidade da empresa em não manter guarnecer o território, contudo, constatamos que a debilidade da empresa também pode ser expressa no fato de não dar condições que satisfizessem e apaziguassem os ânimos dos que se levantaram. Resquícios das invasões do século XVI e das pilhagens do século XVII ainda pairavam sob a sociedade nordestina e o receio de ver o território desprotegido pela CIO provavelmente passava pelas mentes de combatentes como Vieira e outros senhores.

Para Calado (1942), todo esse crescimento deu-se com o aglutinamento de forças dos diferentes estratos sociais. Uma das ações feitas pelos líderes insurrecionais para trazer unidade em torno da insurrecional, deu-se por meio de um abaixo assinado pelos mais diversos estratos sociais que aderiam à insurreição e apoiavam a liderança de João Fernandes Vieira. Conforme Calado:

[...] todo o povo de Pernambuco, altos, e baixos, nobres, e peões, ricos, e pobres, Juízes, e Vereadores, e mais oficiais das Câmaras, o secular, e o clero, capitães, e soldados, deram a João Fernandes Vieira, em como o tinham aclamado por Governador da liberdade, e como a tal lhe obedeciam de comum consentimento, por ele haver sido, e ser o principal, e ainda o total remédio daquela Província. (CALADO, 1942, v. 1, p. 117–118)

Como dito anteriormente, a ação dos insurgentes tinha suas origens na invasão de 1630, mas também se relacionava com a ação dos campanhistas que atormentaram a população rural durante o governo de Nassau⁶². Em 1645, ocorreu a entrada definitiva dos senhores de engenho em um conflito que estava em andamento a alguns anos com a ação dispersa de homens como Paulo da Cunha, Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Camarão e outros, mas que não tinham nenhuma forma estruturada.

Ao mesmo tempo em que Calado legitimava as ações organizadas dos insurretos, ele excluía qualquer ligação desses insurretos com o governo da Bahia. Como vimos, Portugal e os Países Baixos assinaram uma trégua de paz em 1640, logo, Salvador deveria ser submissa a Portugal e cumprir a trégua com lealdade. Ao defender a postura neutra de Salvador, Calado queria demonstrar em seus escritos a fidelidade do governador lusitano em Salvador, Antonio Telles, com o rei Dom João IV e com os holandeses pela trégua dos dez anos.

De acordo com o clérigo, partiu de Telles um mandado de prisão para que Vidal de Negreiros prendesse a Vieira pelos agravos que este praticava em solos pernambucanos. Para

⁶² Campanhistas eram indivíduos que não aceitavam a dominação holandesa no Pernambuco. Suas ações pelo interior visavam o ataque a engenhos pertencentes a judeus e holandeses. Grande parte desses campanhistas tornou-se membro do grupo liderado por João Antonio Vieira, e alguns até alcançaram cargos de liderança, casos de Henrique Dias e André Vidal de Negreiros.

o clérigo, Negreiros desistiu do intento, pois foi convencido por Vieira a se levantar contra os holandeses. A mudança de posição de Negreiros também o levou a influenciar a Telles, que passou a ajudar os insurretos. Segundo Calado (1942), Telles estava tão esperançoso na reconquista de Pernambuco, por parte dos senhores locais, que constantemente enviava de Salvador capitães e soldados de sua confiança para se submeterem à liderança de Vieira.

Ao fazer isso, Calado atribui a liderança da insurreição a Vieira, explicando assim a posição subalterna de Negreiros no levante e a convivência de Telles e Dom João IV com os insurgentes. Para Calado (1942), toda a confiança que os insurretos depositavam sobre os ombros de Vieira era fruto de sua disposição em atender aos necessitados. Assim diz o clérigo:

[...], e começou a dispender sua fazenda com os pobres, casando órfãos, vestindo as viúvas, e donzelas, dando-lhe saias, e mantos, e o necessário, por cuja falta deixavam de ir à Igreja a ouvir missa nos Domingos, e festas; acudindo por os que estavam presos por dividas, pagando por uns, e ficando por fiador de outros, e não havia necessitado que chegando a ele não viesse remediado, e era tido, e havido por pai dos pobres; reformou as Igrejas que estavam desbaratadas por os Holandeses, e levantou as confrarias dos Santos, e principalmente as do Santíssimo Sacramento, e a Virgem Maria Nossa Senhora, servindo nelas com muita devoção, e dispêndio de sua fazenda. (CALADO, 1942, v. 1, p. 124)

Calado complementa sua análise afirmando que os moradores acreditavam que a única maneira de curar o povo das humilhações e dos prejuízos causados pelos holandeses era escolhendo Vieira como cabeça da conspiração. Assim diz Calado

[...] tratamos do remédio dela [SITUAÇÃO], e elegendo em primeiro lugar uma cabeça de tão leal coração, e de tal fazenda, que com ambas as cousas pudesse ajudar-nos a sustentas com as armas nas mãos, até que pudéssemos ter remédio na proteção, e amparo de Vossa Majestade, que nos não podia faltar, e assim elegemos por Governadores de nossa liberdade a João Fernandes Vieira, em quem achamos igual conselho, vontade e despesa. (CALADO, 1942, v. 1, p. 300)

O papel de Vieira na ação local não se restringia apenas a sua escolha como líder, mas também como um espelho para outros homens. Assim diz Calado

E há de advertir que todos estes homens, que se agregaram a João Fernandes Vieira, sendo os mais deles casados, e ricos, desampararam suas fazendas, e deixaram suas mulheres, e filhos ao rigor do inimigo, como o fez o mesmo João Fernandes Vieira, [...] (CALADO, 1942, v.1, p. 378 - 379)

A figura de Vieira também era respeitada entre os holandeses. Moreau mostra tais características no seguinte trecho de seu diário:

[...], sustentava firmemente os direitos da Companhia sobre o açúcar que se fazia nos engenhos, mandava cortar o pau-brasil, tinha sempre alguma proposta a fazer para o lucro da Companhia e freqüentemente oferecia aos Senhores e magistrados raridades curiosas ou de valor, que não tinham sido vistas, a fim de ganhar-lhes as afeições. Gozava de tal crédito e favor entre eles, que numerosas vezes era chamado para opinar sobre os negócios da Companhia, que assim não lhe eram ocultos, porque se desconfiaria de qualquer pessoas, antes dele. Notou-se que ele demonstrava de público, em diversos lugares, certo descontentamento contra o Conselho, porque não lhe haviam querido rebaixar coisa alguma do preço de uma fazenda, onde ele dizia ter perdido muito, além de seus esforços. Isso foi escrito ao Vice-Rei, que o subornou, tomou-o ao seu serviço, deu-lhe uma pensão e prometeu torná-lo grande, desde que lhe comunicasse fielmente tudo que se passasse e as opiniões correntes, assim como o momento que julgasse propício para expulsar os holandeses. (MOREAU, 1979, p. 37)

De acordo com Francisco de Brito Freyre, havia um padrão para ser eleito mestre de campo ou capitão. Para Freyre, deveriam ocupar essa posição apenas “as pessoas de mais conhecida qualidade, e de mais avantajado merecimento, mais bem quistas na terra, com maior séquito, e cabedal”. (FREYRE, 1977, p. 189)

Como figura central do diário e da guerra da insurreição, Vieira é também o cavaleiro a ser resguardado. Sua bravura deveria ser reservada aos grandes momentos, deixando com que “cavaleiros de menor envergadura” combatessem em episódios menores. Assim diz Calado:

[...] o Governador João Fernandes Vieira, abraçou uma rodela, e arrancou a espada, e se foi abalçando para o inimigo com muito orgulho, e furor com o corpo de gente que consigo tinha, gritando: *A eles, a eles, à espada, à espada*. Porém o Sargento Mor Antonio Dias Cardoso e o Padre Simão de Figueiredo o detiveram pondo-lhe as pontas dos dardos nos peitos; e vendo que lhe não podiam reprimir o impero, o Padre Simão de Figueiredo lhe requereu da parte de Deus, e de sua Majestade, e da liberdade divina, e do povo Cristão de Pernambuco, que se detivesse, e não arriscasse sua vida, porquanto em sua pessoa consistia o remédio total da Capitania de Pernambuco se ver livre do tirânico cativo em que estava metida, e que

tivesse consigo o corpo da gente para ir provendo os lugares que se vissem necessitados. Ouvido este requerimento se deteve o nosso Governador, ainda que mui cheio de ira e cólera. (CALADO, 1942, v. 2, p. 7)

Para alguns desses senhores, como Vieira, o ideal de cavalaria não excluía a preocupação em recuperar ou preservar a riqueza que possuíam. Estes interesses também estavam presentes durante a insurreição. Segundo Calado (1942) partiu de Salvador uma ordem de Telles para que Negreiros e Moreno queimassem os engenhos que havia em Pernambuco, no intuito de prejudicar a empresa holandesa.

Em princípio, Calado afirma que Vieira não concordou com a ideia de incendiar os canaviais. Para Vieira, os senhores e lavradores teriam cabedal necessário para sustentar a guerra, demonstrando mais uma vez que os elementos rurais estavam na dianteira do processo insurrecional.

Embora fosse contrário à determinação, Calado afirma que Vieira decidiu obedecer a Telles, pois não queria ser visto como um rebelde pela Coroa Lusitana. Ao analisar o episódio dessa forma, Calado procura preservar a imagem dos insurgentes, tirando deles quaisquer malefícios causados à população local. Ainda assim, Vieira e os demais senhores conseguiram convencer Telles a não incendiar os engenhos, demonstrando assim que a manutenção da riqueza era uma preocupação a estes senhores.

Contudo, porque a ordem havia vindo do Governador Geral, ele foi o primeiro que mandou queimar a maior parte dos seus canaviais, no que perdeu mais de duzentos mil cruzados; porém fez isto para que os demais tomassem exemplo dele e daí a poucos dias veio outra ordem, que ninguém queimasse mais canaviais, e neste bando e edital se assinou ele com os dous Mestres de Campo, sendo assim que no primeiro bando não se quis assinar, suposto que o deu à execução em sua fazenda primeiro que todos. (CALADO, 1942, v. 2, p. 234-235)

É preciso mencionar que tanto a CIO quanto os senhores de engenho tinham uma grande expectativa para 1645. Segundo Nieuhof (1942), esperava-se que nesse ano a economia do açúcar alcançaria altos rendimentos. Contudo, a debilidade da CIO em sustentar-se diante de uma expectativa que não aconteceu, aliada à presença de mercados livres nos

portos nordestinos que realizavam o transporte de produtos com dano à empresa e aos moradores, e por fim, as ações cometidas pela empresa no intuito de firmar-se; foram as motivações econômicas que levaram os insurgentes a se rebelarem.

Segundo Calado (1942), só em Pernambuco havia em torno de 150 engenhos e, acerca da indústria do engenho, o clérigo deu detalhes interessantes acerca da economia nesse período. Assim diz ele:

[...], Pernambuco tem cento e cinqüenta engenhos de açúcar e cada um deles há mister ao menos vinte e cinco pessoas, entre brancos e negros, para moer, assim dos oficiais que fazem o açúcar, como escravos que servem nas fornalhas, metem cana nos engenhos e a cortam e a carretam e cortam e combóiam a lenha necessária e muitos carros e bois que servem neste ministério e quem deitar bem a conta conhecerá a multidão de gente que se ocupa nos engenhos e lavradores de cana e quantos se podem ocupar na guerra e plantar mantimentos, não moendo os engenhos porque sucedeu muitas vezes que faltando a farinha para a sustentação dos soldados e mandando os nossos Governadores da guerra buscar carros para a comboiarem ao nosso Arraial, os senhores de engenho se escusavam dizendo: *Estamos moendo e não podemos emprestar os carros* e os lavradores diziam: *Nós estamos com o corte aberto, e não podemos levantar mão, porque não faltam com a tarefa.* (CALADO, 1942, v. 1, p. 233-234)

No lado holandês, acreditava-se que a insurreição narrada por Calado não tinha outra razão senão por questões econômicas. Segundo Moreau (1979), o intuito de manter as riquezas dos engenhos foi o real motivo de Vieira e outros senhores terem se levantado contra a empresa holandesa. Ainda segundo Moreau:

Notou-se que ele demonstrava de público, em diversos lugares, certo descontentamento contra o Conselho, porque não lhe haviam querido rebaixar coisa alguma do preço de uma fazenda, onde ele dizia ter perdido muito, além de seus esforços. Isso foi escrito ao Vice-Rei, que o subornou, tomou-o ao seu serviço, deu-lhe uma pensão e prometeu torná-lo grande, desde que lhe comunicasse fielmente tudo que se passasse e as opiniões correntes, assim como o momento que julgasse propício para expulsar os holandeses. (MOREAU, 1979, p. 37)

Além dos interesses do estrato dos senhores, havia do lado dos negros o interesse em ganharem alforria ou melhores condições. Esse interesse não era restrito apenas aos negros que combatiam no lado luso-brasileiro, mas também no lado holandês, onde os escravos que denunciasses para o Conselho Político a existência de porte de armas de seus senhores,

conseguiam sua liberdade. De acordo com Calado, nesse momento tornou-se comum a ocorrência de negros que subornavam seus senhores com o intuito de obterem liberdade.

Assim diz o autor:

[...], e andavam os negros cativos tão desaforados, e soberbos, que si seus senhores os ameaçavam com castigo, ou lh`o davam por suas desenvolturas, ou ensino, logo ameaçavam aos senhores com os Holandeses, e que os haviam de acusar, que tinham armas escondidas; e nesta matéria usavam de uma maldade nunca vista, e era que davam de beber aos negros cativos, e lhe diziam que si queriam ser forros mexericassem a seus senhores que tinham em tal, e tal parte as armas escondidas, as quais os mesmos flamengos haviam escondidos nos mesmos lugares, em ódio dos Portugueses, e com intenção de por esta via lhes roubarem as fazendas, e alguns foram destruídos, e condenados com esta estratagem, e muitos moradores se foram esconder nos matos com temor. (CALADO, 1942, v. 1, p. 150-151)

Mesmo assim, foi com o lado luso - brasileiro que os negros conseguiram melhores garantias. O conhecido negro Henrique Dias alcançava louros desde a época das batalhas iniciais pela sua coragem e fidelidade a Coroa Portuguesa. O posicionamento de Dias começou a ser exposto já nos primeiros meses após a invasão holandesa. Enquanto muitos negros aproveitaram a invasão para fugir para o interior ou para tirar proveito da situação (delatando a situação de senhores de engenho luso-brasileiros), Dias e outros negros alforriados procuraram se apresentar para o Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, e se colocarem como defensores locais, causando a morte de muitos holandeses. Essas ações de Dias levaram Calado a afirmar que Dias era “negro na cor, porém branco nas obras e no esforço” (CALADO, 1942, v. 1, p. 81)

Outro clérigo que narra às ações praticadas por Dias e enaltece a sua figura, ainda que o mesmo fosse negro, é Francisco de Brito Freyre.

Hum Negro, indigno deste nome, pelo que emendou ao defeito da natureza, o esforço do animo, tomando confiança da nossa falta, por ver que tínhamos dado já aos índios armas de fogo, e quanto carecíamos de mais gente, se ofereceu ao General com a que pudefife juntar da sua, para servirem como Negros, e pelejarem como Brancos. Chamava-se Henrique Diaz, e mostrou sempre tanta constância, e tal industria, que entre outras mercês , o despachou El Rey com foro de Fidalgo alarga tença, posto de Mestre de Campo, e Habito de Crifto, suprindo ás suas provanças, os seus

merecimentos ; que lhe fizeram nobre o sangue vil, criando aquele, depois que por tantas feridas esgotou ele.' Se bem o não estimaram os Portugueses, quanto o temeram os Inimigos: devendo-se a virtude louvar mais, onde se espera menos. (FREYRE, 1977, p. 277-278)

Dias, em razão de seus atos de coragem e valentia, foi ferido várias vezes e perdeu uma mão. Em razão disso, foi elogiado pela sua fidelidade, gerando um alargamento da sua influência sobre os demais negros, pelo qual, o Conde da Terra (um dos encarregados pela Coroa Portuguesa em recuperar o território perdido para os holandeses) afirmou que deveria ser dada autoridade, honras e liberdade necessária para Dias fazer aquilo que bem entendia. Seu prestígio era tanto, que lhe foi outorgado o título de “*governador dos negros, crioulos e mulatos*”.

Além disso, Dias recebeu pelos serviços prestados à Coroa, uma fazenda, grande quantia em dinheiro e a comenda da Ordem de Cristo. Ainda que no período pós-conquista muitos negros tenham voltado ao estado anterior de submissão⁶³, alguns conseguiram garantias que se perpetuaram por longos anos e se estenderam a seus descendentes, caso específico de Henrique Dias, que através da comenda da Ordem de Cristo permitiu que filhos e netos recebessem essa honrosa condecoração da Coroa Lusitana.

⁶³ Dentre as promessas dadas a Dias e a seus negros estavam a promessa de casas e terras na região nordestina, promessa esta que de acordo com Neto (1988) não foi obtida

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A obra de Calado foi uma das fontes mais utilizadas pelos historiadores para o estudo da dominação holandesa no nordeste. No entanto, muito mais que estudar o Brasil-Holandês, os historiadores utilizaram a obra de Calado para visualizar na luta contra os batavos a constituição de uma identidade brasileira, conforme podemos observar em Capistrano de Abreu e em Manoel Bonfim.

Paralelamente, observa-se uma grande diminuição dos estudos sobre o clérigo português ao longo da segunda metade do século XX. É possível que tal desinteresse decorra de novos interesses, dos novos métodos e abordagens desenvolvidos pela historiografia nas últimas décadas. Além disso, o surgimento de novos documentos, especialmente documentos oficiais holandeses como as “nótulas diárias”, também contribuíram para uma renovação historiográfica.

Contudo, embora tenha sido utilizada, principalmente, como fonte para estudar as raízes de uma identidade brasileira, a obra de Calado admite outras interpretações. Como vimos, para Calado, a fé e a restauração de uma honra perdida – a honra portuguesa – foram os ideais utilizados pelos insurretos para dar coesão e unidade a indivíduos de estratos sociais diferentes, pois, tanto o catolicismo, quanto uma identidade portuguesa estavam fortemente arraigados na população luso-brasileira. Esse sentimento que atribui à fé uma identidade, foi destacado por Charles Boxer que afirma que “ser português é ser católico” (BOXER, 1961, 382).

Além disso, segundo Boxer (1961), Portugal e suas possessões faziam parte de um grande império marítimo (Império Marítimo Português). Sendo assim, entendemos que na América Portuguesa, e no Brasil-Holandês, a fé, católica, também é fator de identidade e coesão social, pois o próprio Calado via os insurretos como restauradores da fé católica e do reino português.

No segundo capítulo desse trabalho, utilizamos os recursos analíticos da história das instituições como modelo de análise das relações entre holandeses e luso-brasileiros e procuramos salientar semelhanças e diferenças entre as ações institucionais da empresa holandesa e dos insurretos.

Embora os discursos oficiais buscassem apresentar uma unidade entre os diversos indivíduos, foram motivações particulares que, de fato, conduziram à insurreição. Senhores de engenho lutavam pelo fim do domínio holandês para acabar com as pesadas taxações que caíam sobre eles e para restaurar privilégios econômicos e sociais que desfrutavam sob os reis ibéricos. Ao mesmo tempo, negros combatiam pela obtenção de liberdade – fato que pode ser observado na participação de Henrique Dias, liberando um pelotão de escravos, que, com o fim do Brasil-Holandês, conseguiram a liberdade.

De qualquer maneira, uma identidade portuguesa, calcada na fidelidade aos dogmas da Igreja Romana, era fator de coesão entre os moradores de Pernambuco, pois, se não o fosse, não teria sido um argumento utilizado por Manoel Calado.

Em Janeiro de 1654, quase nove anos depois do início da insurreição, os holandeses se renderam aos luso-brasileiros. Contudo, foi apenas com o tratado firmado entre portugueses e holandeses – Tratado de Haia, em 1661 – que os holandeses reconheceram a soberania portuguesa no território nordestino. Em troca desse reconhecimento, Portugal teve que ceder aos Países Baixos o atual Sri Lanka e as Ilhas Molucas, além de pagar uma indenização financeira.

Para o território nordestino, Pernambuco em específico, o fim da ocupação holandesa significou o surgimento de uma tensão entre duas cidades: Olinda e Recife. A tensão ocorreu, principalmente, em razão da organização social desses núcleos urbanos. Olinda ainda era o berço da aristocracia local, enquanto Recife se tornara uma urbe que concentrava grande parte

das movimentações financeiras de Pernambuco. Essa tensão teve como uma de suas consequências, a Guerra dos Mascates em 1710.

Por último, o fim da dominação holandesa no nordeste acarretou na concorrência entre o açúcar produzido no nordeste e o açúcar produzido pelos holandeses na região do Caribe. Nas Antilhas, em Aruba, Barbados e Curaçao, os holandeses e, posteriormente ingleses e franceses, produziram açúcar a um custo de produção mais baixo que o do açúcar produzido no nordeste, o que, conseqüentemente, fazia com que o açúcar dessa região fosse mais barato que o brasileiro, contribuindo para a decadência da economia açucareira na América Portuguesa.

FONTES DOCUMENTAIS.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*. Trad. Cláudio Brandão. Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: EDUSP, 1974.

BRANDÃO, F. F. *Monarquia Lusitana*.v. VI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da liberdade*. Recife, 1942.

DUSSEN, Adrien Van der. *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): Suas condições econômicas e sociais*. Trad. José Antonio Gonsalves de Mello Neto. Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro. 1947.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica*. 2ª edição. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1977. (Coleção Pernambucana, 5)

JESUS, Frei Raphael de. *Castrioto Lusitano*. 2ª Edição, Lisboa. 1844.

MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Moacir N. Vasconcelos, Edusp, São Paulo. Itatiaia, Belo Horizonte. 1979.

NIEUHOF, John. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Trad. Moacir N. Vasconcelos Martins, São Paulo. 1942.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Conselho Editorial do Senado Federal, Brasília: Biblioteca Básica Brasileira, 1998.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. *Doce Inferno: açúcar – guerra e escravidão no Brasil holandês (1580-1645)*. 7ª Edição, São Paulo: Atual, 1991.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o poder*. Trad. Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Unesp, 1997.

BONFIM, Manoel. *O Brasil na América: Características da Formação Brasileira*. 2.ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654*. Trad. Olivério Pinto, São Paulo: Nacional, 1961.

_____. *O Império Marítimo Português*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto, São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin, São Paulo: Cia das Letras, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *El Imaginário Social y La Institucion* **IN:El Pensamiento de Cornelius Castoriadis**. Vol I. Ediciones Proyecto Revolucionário, 2008, p. 126 – 182.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*, Brasília: Estação Liberdade, 1996.

DELEUZE, Gilles. *Instintos e Instituições*. **IN: Dossier Deleuze**. ESCOBAR, Carlos H. de (org), Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991, p. 134-137.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. Trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura, São Paulo: USP 1998.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. Trad. MF, 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bonfim, "pensador da História" na Primeira República*. Revista Brasileira de História. Vol. 23, N.º 45, São Paulo, Julho de 2003. Acessado em 18/01/2011.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100006&script=sci_arttext

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8ª Edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

JESUS, Frei Raphael de. *Castrioto Lusitano*. 2ª Edição, Lisboa. 1844.

LOURAU, René. As principais tendências de abordagens das instituições IN: **Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARROU, Henri-Irenée. *Sobre o conhecimento histórico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês (1630-1654)*, São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO NETO, José A. Gonsalves de: *Henrique Dias: Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil*, Recife: Joaquim Nabuco, 1988.

_____ *Tempo dos Flamengos*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____ *A Situação do Negro no Brasil – Holandês* In
Novos Estudos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

MENEZES, Sezinando Luis. PEREIRA, José Flávio; REIS, Jaime Estevão dos; PEREIRA, Lupércio Antonio; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Instituições e história das idéias. In:

Sandra C. A. Pelegrini; Silvia Helena Zanirato. (Org.). **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *José Honório Rodrigues: a obra inacabada*. Estudos Avançados. Vol.2, N.º 3 São Paulo Set - Dez de 1988. Acessado em 18/01/2011.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008

NEME, Mário. *Fórmulas Políticas do Brasil Holandês*, São Paulo: Difusão Européia, 1971.

NETSCHER, P. M. *Os Holandeses no Brasil*. Trad. Mário Sette, São Paulo: Nacional, 1942.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos-Novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

PAISES BAIXOS, Embaixada do Reino dos. História dos Países Baixos.

PAISES BAIXOS, Departamento Cultural da Embaixada Real. Holanda: Uma Nação da Europa Ocidental.

PORTO SEGURO, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Silva. *História das Lutas Com Os Holandeses No Brasil: Desde 1624 A 1654*. Salvador: Progresso, 1955.

PRIORE, Mary del. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRIORI, Ângelo e CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes. *A utopia de Manoel Bonfim*, Revista Espaço Acadêmico. Nº 96, maio de 2009. Acessado em 18/01/2011.

http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp_priori.pdf

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, José Honório. *Civilização Holandesa no Brasil*, São Paulo: Nacional, 1940

_____. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. *O Brasil Filipino no período holandês*, São Paulo: Moderna, 1980.

- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – “As Ordens Religiosas na Diocese de Évora 1165 - 1540”. *Medievalista* [Em linha]. Nº7, (Dezembro de 2009). [Consultado 07.05.2011]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. ISSN 1646-740X.
- SHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654*, Recife: Governo de Pernambuco, 1986.
- SILVA, Leonardo Dantas. *Visões do Cotidiano IN A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Yvonne Jean. 4ª edição, Brasília: UNB, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Questão dos Judeus – Novos IN A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, conde de Porto Seguro. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 – 1654*. Série Marajoara, Salvador: Progresso. 1955.
- VIEIRA, Padre Antônio. Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Papel Forte). **IN: Escritos Históricos e Políticos**. PÉCORA, Alcir (Org.), São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, São Paulo: Nacional, 1938.
- WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*, São Paulo: Pioneira, 1966.
- ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no Tempo de Rembrandt*. Trad. Maria Lucia Machado, São Paulo: Cia das Letras, 1989.